



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

KATHLEEN PIMENTEL DOS SANTOS

**LUTA POR MORADIA EM SERGIPE E RESPOSTA DO ESTADO
AOS/ÀS TRABALHADORES/AS SEM-TETO**

São Cristóvão/SE

2022

KATHLEEN PIMENTEL DOS SANTOS

**LUTA POR MORADIA EM SERGIPE E RESPOSTA DO ESTADO
AOS/ÀS TRABALHADORES/AS SEM-TETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina dos Santos Martins.

São Cristóvão/SE

2022

KATHLEEN PIMENTEL DOS SANTOS

**LUTA POR MORADIA EM SERGIPE E RESPOSTA DO ESTADO
AOS/ÀS TRABALHADORES/AS SEM-TETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina dos Santos Martins.

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina dos Santos Martins (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Examinadora)
Universidade Federal de Sergipe

Me. Alexis Magnum Azevedo de Jesus (Examinador)
Universidade Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Alegrias, medos e incertezas, o caminho tem sido desafiador. Nas adversidades e prazeres ao longo desse percurso eu nunca estive sozinha, os agradecimentos são inúmeros. Primeiramente agradeço a Deus por me conceder esperanças e força quando as coisas desandaram, pela coragem e confiança que me permitiram vencer mais essa etapa. Que nunca me falte fé, que nunca me falte a Ti!

À minha família, mãe, filha, avós, tios/as (Marcos, Carlos e Rosa) e primos/as (Samires e Beto), obrigada pela convivência e por contribuírem com meus objetivos. Em especial e com todo amor, à minha mãe (Katia), que viveu os meus sonhos, possibilitou as minhas conquistas e nunca saiu do meu lado. Nada que eu seja, faça ou ofereça será capaz de demonstrar o quanto eu sou grata e quanto eu te amo, meu eterno obrigada.

Aos meu avós, Maria e Adelino e ao meu tio-avô José, sei que não sou de demonstrar, mas sou imensamente grata pela preocupação, cuidado, apoio e orações. Me desculpem pelo sono atrasado nas noites em que me esperaram chegar da universidade, por terem que me escutar tagarelar sobre minhas apresentações e pela falta de paciência rsrsr. Amo muito vocês!!!

Ao meu pinguinho de gente, Maria Heloisa, que dividiu a mamãe com as responsabilidades da graduação. Eu te amo mais do que consigo descrever! Obrigada por mostrar que sou mais forte do que imaginei, obrigada por ser a melhor filha que eu poderia ter. À Paulo André, o preto mais chato e lindo que madrinha poderia ter, amo demais.

Ao meu namorado Neto, que aguentou meus momentos de estresse e reclamação. Pela paciência com minha falta de tempo e por todo apoio. Obrigada por aguentar a saudade e fazer nossos fins de semana serem ótimos. Que sejamos felizes juntos, te amo.

Das alegrias que a vida acadêmica poderia oferecer eu ganhei as melhores, as minhas amigas Carol e Thay. Não tenho palavras suficientes para expressar o quanto foram importantes nesse percurso e quanto sempre serão na minha vida. Se nem o trabalho em grupo conseguiu nos separar, não há mais nada que faça rsrs. Sem dúvidas sou melhor junto a vocês. Muito obrigada!

À minha amiga e melhor companhia, Carol, obrigada por cada momento, carinho e dedicação. Por permitir e ajudar que eu seja minha melhor versão, por deixar que eu conheça e admire cada dia mais a pessoa que você é. Obrigada pela parceria, incentivo e os melhores momentos dentro e fora da universidade. Sou imensamente feliz por ter encontrado na nossa amizade amor e reciprocidade. Obrigada pelo incentivo e por ter possibilitado a realização desse trabalho e por todas as vezes em que sua força tornou tudo possível. Repito: “Deus não une pessoas, une propósito”. Você merece exatamente tudo de melhor, te amo muito!

À minha amiga Thay, obrigada pela companhia, apoio e incentivo. Agradeço por nos proporcionar os melhores diálogos rs, por sempre demonstrar preocupação e disponibilizar ajuda. Sempre vou querer o seu bem e torcer pela sua felicidade, de onde eu estiver estarei te desejando o melhor. Obrigada por compreender e entender que não sou a amiga mais carinhosa, mas que o carinho sempre existiu e assim sempre será. Torço que tenhamos muitos momentos a compartilhar. Amo você!!

Agradeço a banca examinadora, a começar pela Profa. Tereza, obrigada pelas mediações e orientações que possibilitaram a realização desse trabalho. Agradeço e tenho a honra de contar com a participação da Profa. Lica, a quem admiro demais. Tenho o prazer de conhecer e ter o olhar e apontamentos do Me. Alexis, obrigada.

Agradeço aos companheiros de estrada, Tiago, Lucas, Edcarlos e Jackson, obrigada por dividiram os km e muitas conversas. Em especial à Rodrigo a quem eu tenho um carinho enorme por todos os momentos e as melhores conversas, você me ensina muito. Também agradeço por conhecer e experienciar a UFS com Diego e Rubens. E a Rafael que sempre me socorreu nos momentos de correria dos trabalhos e apresentações.

Aos professores Silmere, Marcelo e Ivan, que conheci nesse percurso, admiro-os pela capacidade em transmitir conhecimento de forma tão brilhante. De forma particular à Profa. Vera Núbria sempre compreensiva e prestativa, obrigada por todos esses anos de orientação na Iniciação Científica, além do incentivo ao meu desenvolvimento acadêmico.

Ao GEPSSO, por ser o espaço acadêmico que mais me sinto acolhida, pelo incentivo à produção científica e a socialização de conhecimento. A experiência do

grupo é resistência e enfrentamento em tempo de desmonte do ensino superior e negação da ciência.

À todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a política habitacional no que se refere a produção de habitação de interesse social de Sergipe e sua efetividade frente às principais reivindicações e lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). O propósito foi buscar compreender como o capital tem se apropriado das cidades como fonte de produção e valorização por meio da segregação sócio-racial. Trata-se de pesquisa do tipo exploratória, de natureza quali-quantitativa, cuja análise está baseada no materialismo histórico-dialético. Nela, foi utilizada a pesquisa bibliográfica através de artigos, livros, teses e dissertações relacionadas à política habitacional brasileira e ao processo de formação e perpetuação da segregação racial e socioespacial. O estudo também fez uso de pesquisa documental, cujo principais fontes foram os documentos e notícias produzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, além das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Fundação João Pinheiro e dos dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal e do Ministério do Desenvolvimento Regional. Os resultados evidenciam que a condução da política habitacional sergipana segue o receituário nacional em garantir as condições de valorização de capital, quando qualitativa e quantitativamente continuar a deixar a classe empobrecida, majoritariamente negra, fora do acesso à moradia digna e ao direito à cidade. A pesquisa também revelou o duplo caráter de ataque do capital aos movimentos sociais urbanos de luta por moradia, quando reduzem cada vez mais suas demandas por meio de cortes de recursos para a política habitacional, e quando tem criminalizado suas ações e penalizando seus sujeito e seus conflitos. Conclui-se que os processos de mercantilização das cidades sergipanas e brasileiras tem levado a cabo os determinantes da mundialização do capital, onerando a todo custo o contingente populacional preto e empobrecido.

Palavras-chave: política habitacional; segregação espacial; desigualdade sócio-racial; movimento dos trabalhadores sem-teto.

ABSTRACT

This work aims to analyze it with regard to the social housing policy in Sergipe, aiming to identify how responses given to housing claimed through urban social movements. The purpose was to seek to understand how capital has appropriated cities as a source of production and valorization through socio-racial segregation. This is an exploratory type of research, of a qualitative-quantitative nature, whose analysis is based on historical-dialectical materialism. In it, bibliographic research was used through articles, books, theses and dissertations related to Brazilian housing policy and the process of formation and perpetuation of racial and socio-spatial segregation. The study also made use of documentary research, whose main sources were documents and news produced by the Homeless Workers Movement, in addition to research carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the João Pinheiro Foundation and data provided by Caixa Econômica Federal and the Ministry of Regional Development. The results show that the conduction of Sergipe's housing policy follows the national prescription in guaranteeing the conditions of capital appreciation, when qualitatively and quantitatively it continues to leave the impoverished class, mostly black, out of access to decent housing and the right to the city. The research also revealed the double character of capital's attack on urban social movements fighting for housing, when they increasingly reduce their demands through cuts in resources for housing policy, and when they have criminalized their actions and penalized their subjects and their conflicts. It is concluded that the processes of commodification of Sergipe and Brazilian cities have carried out the determinants of the globalization of capital, burdening at all costs the black and impoverished population contingent.

Keywords: housing policy; spatial segregation; socio-racial inequality; homeless; workers movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista área da ocupação Beatriz Nascimento (destaque em azul)	64
Figura 2 - Ocupação Beatriz Nascimento: Disposição dos barracos	65
Figura 3 - Ocupação Beatriz Nascimento: alagamento e lama.....	66
Figura 4 - Ocupação Marielle Franco e Anderson Vivem: bairro Coroa do Meio.....	68
Figura 5 - Galpão em que as famílias da Ocupação Marielle e Anderson Vivem foram encaminhadas	69
Figura 6 - Marielle e Anderson Vivem: novo terreno ocupado	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atuação da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP/COHAB) até 2019.....	86
Quadro 2 - Empreendimentos do PMCMV em Aracaju – Faixa 1 (2009-2018).....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População urbana e rural de Sergipe (2017)	44
Tabela 2 - Sergipe: evolução do Índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)	45
Tabela 3 - RMA: Aglomerados Subnormais (2010)	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sergipe: evolução populacional (1950-2010).....	42
Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural de Sergipe	43
Gráfico 3 - Déficit habitacional em Sergipe (2010-2019).....	47
Gráfico 4 - Sergipe: Déficit Habitacional por componente (2010-2019).....	48
Gráfico 5 - Sergipe: Déficit habitacional x Domicílios vagos.....	50
Gráfico 6 - Região Metropolitana de Aracaju – Déficit habitacional 2019 x Unidade Habitacionais entregues pelo PMCMV (2009-2021).....	89
Gráfico 7 - Aracaju: Unidades entregues – faixas de atendimento (2009-2021)	94
Gráfico 8 - Subsídios da União: PMCMV (2009-2019) e PCVA (a partir de 2020) ...	96

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior
BBC BRASIL	Bristish Broadcasting Corporation Brasil
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEHOP	Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
CG	Coeficiente de Gini
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
COHAB	Companhia de Habitação de Sergipe
CONCIDADE	Conselho Nacional das Cidades
CONDESE	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
FCP	Fundação Casa Popular
FJP	Fundação João Pinheiro
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GMA	Guarda Municipal de Aracaju
GRE	Grande Rosa Elze
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCVA	Casa Verde e Amarela
PDDU	Plano Diretor do Desenvolvimento de Aracaju
PM	Polícia Militar
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
RMA	Região Metropolitana de Aracaju
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SPU	Superintendência de Patrimônio da União

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
URIAP	Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
ZAS	Zonas de Aglomerados Subnormais
ZEIS	Zonas Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – DETERMINANTES HISTÓRICOS ESTRUTURAIS PARA COMPREENDER A QUESTÃO DA MORADIA EM SERGIPE	23
1.1 Das senzalas às choupanas e aos barracos das cidades: aspectos estruturais para compreender a questão da moradia como uma expressão estrutural da questão social no Brasil	23
1.2 Expansão capitalista no campo e suas repercussões	32
1.3 Crise capitalista, aprofundamento das expressões da questão social e luta por moradia.....	37
CAPÍTULO II – LUTA POR MORADIA EM SERGIPE.....	42
2.1 A questão da Moradia em Sergipe	42
2.2 Emergência do MTST e a sua luta contra as sequelas do capital.....	53
2.3 Luta por moradia em Sergipe e resposta do Estado à essa expressão da questão social.....	61
2.4 Luta pela moradia em Sergipe: uma luta protagonizada por trabalhadores/as negros/as.....	71
CAPÍTULO III - POLÍTICA HABITACIONAL COMO RESPOSTA DO ESTADO À LUTA POR MORADIA EM SERGIPE.....	75
3.1 Política Habitacional em Sergipe: no compasso da lógica do capital e da segregação sócio-racial	75
3.2 Os Programas Minha Casa Minha Vida e recém Casa Verde e Amarela: o que os números revelam?	87
3.3 Dos Despejos ao uso da violência: a resposta do estado de Sergipe à luta por moradia.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

Situada nas discussões sobre o espaço urbano, a questão da moradia brasileira se expressa principalmente pelo déficit habitacional, envolve diversos sujeitos sociais e apresenta uma configuração desigual da ocupação do espaço das cidades. Buscar suas determinações requer compreender o próprio processo de formação sócio-histórico do país, atentando-se para o modelo da modernização operada na sociedade brasileira.

Esta pesquisa analisa a materialidade da política habitacional no que se refere a produção de habitação de interesse social de Sergipe, visando identificar quais as respostas dadas às demandas por moradias reivindicadas através dos movimentos sociais urbanos, particularmente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), buscando apreender as determinações que envolvem o déficit habitacional e a privação do direito à cidade, vivenciada, principalmente, pela população negra e pobre.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que firmada na teoria social crítica, o materialismo histórico dialético, se afirma como pesquisa exploratória. No processo de aproximação do objeto, dois movimentos são desenvolvidos. O primeiro deles busca apreender os processos da formação sócio-histórica brasileira e seus determinantes para compreender a questão da moradia. Parte, assim, do pressuposto de que a condição histórico-social da acumulação capitalista brasileira impactou diretamente na configuração desigual das cidades.

A ausência e/ou precarização das habitações que se apresenta atualmente carrega características herdadas do período colonial: economia agroexportadora, trabalho escravo, grande concentração de terras e uma abolição desprovida de qualquer política reparatória. Se o modelo fundiário baseado na grande propriedade da terra e a constituição dos latifúndios impactou na configuração desigual das cidades brasileiras, como destaca Ferreira (2005), o regime escravo, apropriando mão-de-obra sob condições sub-humanas, relegou a população dessas cidades à exclusão. Tal condição manteve continuidade no processo de industrialização e urbanização à serviço da acumulação capitalista, intensificando nas cidades brasileiras a condição de segregação e exclusão socioespacial.

No segundo movimento, o estudo empenhou-se em apreender a demanda por moradia em Sergipe, a política habitacional e a luta por moradia implementada pelo MTST. Nesse processo, o perfil populacional que compõe os/as trabalhadores/as sem-teto exigiu entender como a questão étnico-racial apresenta-se histórica e ontologicamente vinculada a uma formação desigual e excludente do espaço urbano. Procurou-se identificar dentro da singularidade brasileira a indissociabilidade entre a desigualdade social e racial vivenciadas não só nos espaços citadinos, mas dentro da própria política habitacional, que, empenhados em favorecer à acumulação do capital, tem por meio de sua política e modelo habitacional propagar guetização e segregação da população negra, empurrando-a para as margens das cidades e de sua infraestrutura. O pressuposto que fundamenta essa explicação está na compreensão de que a questão étnico-racial constituiu-se fundamental para sustentar a estrutura produtiva do modo de produção capitalista – essencialmente na singularidade brasileira – presente nos traços de exploração e dominação herdados do trabalho escravo e inseridos nas relações sociais, vivenciadas atualmente, como explica Martins (2012).

As mudanças no mundo do trabalho, desencadeadas da crise de 1970, com a reestruturação produtiva, a mundialização financeira e o neoliberalismo apresentavam uma nova realidade para a classe trabalhadora. A redução dos postos de trabalho decorrente do processo de desindustrialização e da reestruturação produtiva, e a redução de gastos sociais e a privatização dos serviços públicos com o avanço das políticas neoliberais pôs o trabalho e a moradia no centro da problemática urbana.

A configuração das cidades, direcionada a um modelo urbano industrial, apresenta e acentua dois resultados de um mesmo processo: a acumulação de capital e a pauperização, ambos em ordem crescente. O espaço citadino é marcado por paisagens fundamentalmente opostas, pois a grande concentração econômica advinda da industrialização e urbanização não abarcou toda população. As áreas modernas, de edifícios e construções luxuosas não ocultam os assentamentos irregulares e vazios de infraestrutura. De igual maneira, a gestão das cidades divide-se em espaços contemplados com infraestrutura, contraposto à espaços onde os serviços públicos são limitados ou inexistentes.

Historicamente, as respostas do Estado para a problemática urbana foram inexistentes ou comprometidas com a acumulação do capital. A Constituição Federal de 1988, resultante da luta organizada presente na sociedade brasileira, possibilitou a instituição do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Habitação, que representam um avanço na democratização do acesso à cidade. Estes se organizam pelos princípios da função social da propriedade, direito e gestão democrática das cidades e da responsabilidade do Poder Público para direcionar a política urbana. Entretanto, sua efetividade encontra ranhuras com as imposições neoliberais, tendo como reflexo a manutenção das desigualdades étnico-raciais e sociais nas cidades brasileiras.

O resultado dessa condição é um déficit habitacional expressivo, além das demais expressões da questão social que se articulam diretamente a essa problemática. A situação apontada é identificada na disparidade entre os números de imóveis vagos e o número de famílias sem moradia, que, segundo a BBC News (2018), há no país 6,9 milhões de famílias sem casa para 6,05 milhões de imóveis vazios. Soma-se a isto a dificuldade de solucionar os problemas de saneamento e serviços básicos.

Nesta perspectiva, e considerando o crescimento das lutas por moradias no contexto atual de aprofundamento da agenda neoliberal, é importante questionar: diante das crescentes reivindicações e luta do MTST, qual a real demanda por moradia em Sergipe? As bandeiras de luta e as reivindicações do MTST, em termos de moradia, refletem o déficit habitacional em Sergipe? As propostas em termos habitacionais durante os mandatos dos governos Lula, Dilma e Bolsonaro e as ações concretas no atendimento da demanda por moradia em Sergipe refletem, de fato, a efetividade da política habitacional sergipana?

Antecipa-se que no âmbito urbano, a questão habitacional, identificada não só, mas principalmente pelo déficit habitacional, tem sobrevivido de uma política habitacional descontinuada. Nesse sentido, esta pesquisa parte de duas hipóteses norteadoras: 1) A política habitacional se estrutura voltada para um modelo de empreendimento de eficiência econômica e de suporte da acumulação do capital, empurrando negros e pobres para as margens da cidade e de sua infraestrutura; 2)

As reivindicações do MTST demonstram a pouca efetividade da política habitacional brasileira para reverter a marginalização socioespacial.

Diante disso, traçou-se como objetivo geral analisar a política habitacional no que se refere a produção de habitação de interesse social de Sergipe e sua efetividade frente às principais reivindicações e lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Para consecução desse propósito, os objetivos específicos formulados foram:

- Levantar a demanda por moradia em Sergipe e o perfil populacional que a compõe;
- Conhecer as bandeiras de lutas e as reivindicações do MTST em termos de moradia;
- Analisar as propostas da política habitacional sergipana durante os mandatos dos governos Lula, Dilma e Bolsonaro e as ações concretas no atendimento da demanda por moradia em Sergipe.

O interesse por essa temática se deve às observações empíricas e inquietações pessoais a respeito de uma condição social destituída de dignidade e segurança resultante da ausência de moradia, as quais são reforçadas por inúmeras pesquisas e indicadores sociais que apontam a existência dessa situação de desigualdade social na questão das habitações.

Nesse sentido, esta pesquisa se preocupa, para além do panorama quantitativo do déficit habitacional, com a condição social dos sujeitos que fazem parte desse quadro, uma vez que o levantamento bibliográfico realizado aponta que a produção teórica sobre a política habitacional está acumulada majoritariamente em análises da política em si, mas não vinculadas aos movimentos de luta por moradia.

O objeto investigado também justifica-se por se constituir questão de pesquisa articulada ao compromisso ético-político, intrínseco ao Serviço Social. O empenho em trazer a vinculação da questão étnico-racial na investigação sobre a política habitacional está na compreensão de que a raça e o racismo, na singularidade brasileira, atravessa tanto os espaços sócio ocupacionais da profissão, quanto é a chave da compreensão da população ao qual é negada o direito à moradia. Analisa-se também que o tema seja relevante para o Serviço Social, diante

da escassez de literatura da área abordando a discussão em questão, fundamentalmente nas particularidades de Sergipe.

Diante do persistente déficit habitacional e dos problemas ligados à vida urbana na sociedade brasileira, mesmo depois da instituição do ordenamento jurídico-formal vinculados a política habitacional, esta pesquisa se torna relevante ao contribuir para o conhecimento acerca da política habitacional que não corresponde as reais necessidades da realidade sergipana. Assim, em tempos turbulentos, em termos políticos e econômicos como os atuais, compreender os processos que cercam e estruturam a vida urbana contribui para o conhecimento da realidade social do sujeito político denominado "sem-teto" ao tempo que contribui para fortalecer as formas de resistência contra as determinações do capital.

O processo de aproximação com a constituição histórica do objeto e suas expressões emergentes se preocupa com a ultrapassagem fenomênica da questão habitacional. O direcionamento adotado conforma-se com a perspectiva teórica de Marx, portanto, toma a política habitacional como expressão fática, mas não a tem como absoluta. A busca por sua essência necessita ir além da sua factualidade para identificação dos processos que a explicam e a implicam. Enfatiza Netto (2011, p. 45) ao estudar Marx que, “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações”.

Diante disso, o materialismo histórico-dialético será o método que norteará esta pesquisa, sustentado na compreensão de que o objeto deve ser conhecido na sua essência, por meio de aproximações sucessivas do real. Considera-se, pois, que esse método científico “penetra o mundo dos fenômenos através de uma ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106).

Fundamentada na perspectiva materialista histórico-dialética, esta pesquisa irá buscar compreender o objeto de estudo em sua totalidade levando em consideração todas as suas determinações e relações econômicas, políticas, históricas e sociais (GIL, 2008). O método marxista é composto pelas categorias materialista dialética e histórica dos fenômenos sociais, por isso, é imprescindível a categoria da totalidade como meio para que o objeto seja apreendido em sua concretude. A totalidade, para Marx, não significa a soma do todo, mas sim a

aproximação com a essência dos fenômenos, assim, significa apreender o objeto de estudo levando em consideração a estrutura e infraestrutura social.

De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2011), a dialética é movimento que possibilita a apreensão das contradições inerentes às ações humanas e o movimento existente entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos acontecimentos sociais. A dialética permite, portanto, o conhecimento das contradições e transformações presentes na sociedade. Para Trivinõs (1987, p. 23), “o materialismo dialético reconhece como essência do mundo à matéria que, de acordo com as leis do movimento se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis”. O materialismo histórico é determinado pela materialidade e historicidade do mundo e seus fenômenos, o que torna o mundo conhecível (idem.).

Prodanov e Freitas (2014) destacam que a metodologia deve ser definida em seus múltiplos níveis, sob essa ótica, a pesquisa possui natureza quanti-qualitativa considerando que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente” (MINAYO, 2007, p. 22).

Classifica-se como pesquisa exploratória, considerando que a busca por referências bibliográficas permite contextualizar o objeto, o campo e as suas mediações. Pois, segundo Gil (2002, p. 41), pesquisas como esta “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” Dotando a investigação científica de ideias e descobertas que potencializam a compreensão dos temas estudados.

Adotou-se um percurso metodológico estruturado em etapas que resultam na coleta sistemática de dados e leituras que referendam o alicerce das análises. Realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de consulta em artigos científicos, livros, anais de eventos, teses e dissertações que abordem a temática dessa pesquisa, utilizando como principais fontes de coleta as bases de dados, como Scielo, Google Acadêmico e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que são bibliotecas virtuais que possuem um amplo acervo de produção teórica. Segundo Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao

investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A busca nas fontes de pesquisa foi feita através das palavras-chaves: mercantilização da terra; política habitacional; direito à cidade; movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST) e questão étnico-racial, com o propósito de subsidiar a elaboração do referencial teórico e se apropriar de conhecimentos acerca da problemática do espaço citadino, da atual política habitacional brasileira e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

O estudo também realizou pesquisa documental, fundamentado na compreensão de que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (GIL, 2002, p. 45). O levantamento, utilizando as plataformas oficiais do Governo Federal, considerou os principais documentos que regulamentam a política habitacional, no governo Lula, Dilma e Bolsonaro, de modo a conhecer as principais ações propostas na atual política habitacional nesses períodos. Também utilizou os estudos das necessidades habitacionais fornecidos pelas seguintes instituições: Fundação João Pinheiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para identificação das principais demandas por moradia no estado de Sergipe.

Também foram usados os documentos produzidos pelo MTST, a exemplo da Cartilha do Militante e do Relatório Nacional, além do sítio eletrônico oficial do MTST, para realização do levantamento das bandeiras e reivindicações de moradia do movimento. De forma complementar, foram incluídas informações de sites de jornais e notícias.

As informações coletadas através das pesquisas bibliográfica e documental passaram por um processo de análise, tratamento e interpretação, visando compor o quadro de conclusões e reflexões norteadas pela teoria social crítica.

Esta monografia se estrutura em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo intitula-se “**Determinantes históricos estruturais para compreender a questão da moradia em Sergipe**”, e apresenta os traços constitutivos das cidades brasileiras, evidenciando as repercussões da formação social do país no acesso à moradia e na política habitacional, em sua relação com a questão étnico-racial. Reflete, também, sobre o processo de apropriação dos espaço urbano pela expansão capitalista e a forma que assume na

sociedade burguesa, enquanto elemento determinante do déficit habitacional e da segregação socioespacial.

O segundo capítulo, intitulado “**Luta por moradia em Sergipe**” aborda a configuração da realidade de moradia no estado de Sergipe, em que pese a presença de elementos do panorama nacional da habitação, e também identifica os movimentos que organizam a luta social por moradia, enfatizando as ações do MTST. Analisa, ainda, os sujeitos políticos que formam os sem-teto, destacando a determinação racial e social dessa condição, bem como as suas formas de resistência para suprir suas necessidades de moradia.

O terceiro capítulo, com o título “**Política Habitacional em Sergipe: no compasso da lógica do capital e da segregação sócio-racial**”, traz um panorama da política habitacional em Sergipe, mostrando a sua relação com os interesses do capital e a produção da segregação sócio-racial. Além disso, analisa a efetividade dos programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Verde e Amarela quanto à garantia do direito à moradia no estado, verificando a resposta do estado de Sergipe à luta do MTST.

Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos principais aspectos da pesquisa, evidenciando a estrutura, dinâmica e síntese do objeto, em conformidade com o método de pesquisa. Espera-se que este trabalho desperte interesse para aprofundamento em novos estudos.

CAPÍTULO I – DETERMINANTES HISTÓRICOS ESTRUTURAIS PARA COMPREENDER A QUESTÃO DA MORADIA EM SERGIPE

1.1 Das senzalas às choupanas e aos barracos das cidades: aspectos estruturais para compreender a questão da moradia como uma expressão estrutural da questão social no Brasil

O Brasil, como colônia de exploração, circunscrito aos interesses da metrópole portuguesa, formou uma sociedade e uma economia organizada para fora (PRADO JR., 2008). A sua condição de heteronomia econômica não foi superada, mesmo após a supressão do estatuto colonial (FERNANDES, 2006). Trata-se de uma característica que se perpetua nos diferentes momentos da formação social brasileira e fundamenta a forma como o capitalismo se desenvolveu no país: com um caráter de dependência e subordinado às demandas dos mercados centrais.

A condição de país colonizado influenciou diretamente as particularidades políticas, sociais, econômicas e culturais que constituem hoje o país. O sentido da colonização está diretamente ligado à economia, em torno da produção e exportação de gêneros tropicais e minerais (café, açúcar, algodão, ouro) ao mercado europeu (PRADO JR., 2008). Segundo Mello (1998), essa requisição advém da necessidade dos países centrais em obter produtos primários, levando a economia brasileira a constituir-se como agroexportadora, consolidando o Brasil na posição de dependência e subordinação na divisão internacional do trabalho. Para o autor, esse tipo de atividade produtiva demandou grandes extensões de terras, reforçando a manutenção da propriedade privada.

Para produzir na colônia, e assim garantir os gêneros que requisitava a metrópole, era necessário mão-de-obra específica sem que nenhum ônus recaísse sobre o sistema econômico agrário, cuja base era a grande extensão de terra (BARRETO, 2010). É sob essa requisição que a ideia de mão-de-obra africana escravizada se instaura e se concretiza a partir do século XVI, quando a coroa portuguesa inicia o tráfico de escravos para a colônia brasileira.

Freitas (1983) destaca que a substituição do escravo indígena – utilizada inicialmente – pelo africano ocorreu por razões mercantilistas. Nesse processo, a

“moeda não metálica” (FREITAS, 1983, p. 21) que elevaria a acumulação do capital da metrópole tornou-se o negro escravizado. Segundo Barreto (2010), o negro africano trazido para colônia era trocado por mercadorias, as quais posteriormente eram comercializadas na Europa por um preço elevado. Assim conformava-se o lucro altíssimo extraído pelo trabalho escravo, o que explica a resistência das classes dominantes em abandoná-lo.

Não se deve desconsiderar que, conforme aponta Mello (1998), “[...] a colonização moderna integra um processo mais amplo, o de constituição do modo de tradução capitalista”, no qual o trabalho escravo serve de base à acumulação do capital europeu. Ianni (1988) situa a estreita relação entre as formações sociais baseadas no trabalho escravo e as formações sociais capitalistas, particularmente as européias. Nesse sentido, é o modo de produção capitalista, em suas diferentes fases, que determina o trabalho escravo.

as formações sociais baseadas no trabalho compulsório, criadas no Novo Mundo, nascem e desenvolvem-se no interior do mercantilismo, então predominante e ascendente na Europa. Ao mesmo tempo que se organizam e se expandem as formações sociais baseada no plantation, engenho, fazendas, encomienda, hacienda etc., o Novo Mundo entra ativa e intensamente no processo de acumulação primitiva, [...] De qualquer maneira, desde o princípio, as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial: primeiro mercantilista e depois capitalista. [...] no primeiro instante as formações sociais escravistas [...] são essencialmente determinadas pela reprodução do capital mercantil, [...] a partir do século XVIII, as formações sociais escravistas passam a ser decisivamente determinadas pelas exigências do capital industrial, em expansão na Europa e, principalmente, na Inglaterra. Ou seja, desde o século XVI ao XIX os movimentos [...] das formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas são influenciados e mesmo determinados [...] pelas exigências da reprodução do capital europeu (IANNI, 1988, p. 31-32).

A propriedade monocultural trabalhada por trabalhadores escravizados era a organização agrária baseada na exploração de larga escala e objetivava o aproveitamento do território. A política da metrópole constituía e defendia o regime da grande propriedade. Se a monocultura acompanhava a grande propriedade por seu caráter tropical, a política portuguesa, ao conceber áreas de terras aos seus colonos que se negavam a serem trabalhadores rurais, comprometendo o número

necessário de mão de obra da colônia, confirmava a instalação do trabalho escravo no Brasil (PRADO JR, 2008).

A economia agroexportadora, o regime escravista e o modelo fundiário baseado na grande concentração de terra caracterizam o período colonial e marca intimamente o caráter conservador da modernização brasileira. A formação de colônias desse tipo “[...] oferecem perspectivas de grandes lucros por causa do alto grau de exploração, do baixo preço das coisas necessárias para a vida e, em geral, da elevada produtividade” (HARVEY, 2005, p. 60).

O sistema colonial nesses moldes, não sofreu modificações substanciais durante os três primeiros séculos da história brasileira (séc. XVI e o início do XIX), conforme analisa Prado Jr. (2008). A acumulação capitalista no Brasil, operada dentro dos objetivos estabelecidos pelo sistema colonial – tendo como guarda a apropriação privada da terra e exploração de mão-de-obra – não cessa com o fim da economia colonial, apenas muda sua dinâmica com a instituição do trabalho assalariado e o fim do regime escravo, marcando o modo de produção especificamente capitalista no final do século XIX.

Assim, se a grande disponibilidade de terra se apresentava como propícia ao tipo de produção adotado, o alcance dos interesses do capitalismo comercial da metrópole demandava a concentração das terras nas mãos do grande capital (ALVES, 2019). Desse processo decorre a chamada especulação fundiária, que passa a se expressar quando a “terra adquire valor comercial na medida em que representa para o capital a extração da mais-valia” (ALVES, 2019, p. 6).

A terra, por exemplo, não é uma mercadoria produzida pelo trabalho social. Mas a atividade central do movimento de cercamento da Grã-Bretanha e das práticas de colonização em todo o mundo era dividi-la, privatizá-la e transformá-la em mercadoria para que o mercado de terras pudesse se tornar o campo primário de acumulação do capital e da extração de riquezas para uma classe rentista cada vez mais poderoso (HARVEY, 2016, p. 64).

Nesse contexto, dois processos integralmente vinculados e que irão influenciar diretamente na configuração das cidades brasileiras, ocorrem para atender mais uma vez a necessidade de acumulação do capital. Um deles marca o processo de implantação da propriedade privada no Brasil, que se efetiva a partir da aprovação da Lei de Terra. Com a criação da Lei de Terras em 1850 a terra é

propriamente transformada em mercadoria, pertencendo aos que possuíam título de comprovação ou a quem comprasse através dos leilões da Coroa Portuguesa. E o segundo refere-se ao movimento de redefinição de força de trabalho.

Diferente da sua real finalidade, que propunha a regulamentação da posse de terras no país, esta lei, na prática, efetivou um processo excludente, no qual o acesso à terra demandava um poder de compra. Nesses termos, a lei privava imigrantes e trabalhadores escravizados libertos do acesso à terra (FERREIRA, 2005). Assim, a Lei de Terras assentou na sociedade a divisão de duas classes:

os proprietários fundiários de um lado, e do outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravos, que seriam juridicamente libertos apenas em 1888, e os imigrantes, presos à dívidas com seus patrões ou simplesmente ignorantes de todos os procedimentos necessários para obter o título de propriedade (FERREIRA, 2005, p. 3).

Apesar da Lei de Terras e dos processos dela decorrentes estarem fundamentalmente ligados ao meio rural, a sua repercussão influenciou as dinâmicas de propriedades das terras urbanas (FERREIRA, 2005). Maricato (2003), ao citar o sociólogo Francisco de Oliveira, chama a atenção para o fato de que, no período imperial, as cidades tinham papel essencial como “lugar de financiamento e comercialização dos bens primários” (MARICATO, 2003, p. 151), ou seja, “se a sede da produção agroexportadora era necessariamente o campo, o controle de sua comercialização, entretanto, se daria essencialmente nas cidades” (FERREIRA, 2005). Esse fato indica que já era esperado que a regulamentação da Lei de Terras incidiria sobre o controle do solo urbano.

A modificação de posse à propriedade da terra substituiria o lucro que advinha do trabalho escravo, uma vez que essa condição já não correspondia a necessidade de expansão do capital. É nesse contexto de mudanças nas bases da acumulação do capital e de redefinição da força de trabalho no Brasil, na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, seguindo os padrões capitalistas mundiais, a questão étnico-racial se define e se aprofunda, uma vez que o debate de raça ganha centralidade pela pretensão de definir o trabalho assalariado associado a uma força de trabalho imigrante e branca (MARTINS, 2012).

O fim do trabalho escravo, a industrialização incipiente e a chegada do período Republicano intensificaram o crescimento dos primeiros centros urbanos e seu afluxo populacional (FERREIRA, 2005). Seguindo as requisições da acumulação capitalista europeu para reforçar a participação do país no comércio internacional, era necessário o início de grandes intervenções urbanas que “visaram criar uma nova imagem da cidade em conformidade com os modelos estéticos europeu” (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 81).

Assim, é a redefinição da força de trabalho que representa o segundo processo de configuração das cidades. Cabe reiterar, como salienta Ferreira (2005), que o fim da escravidão no Brasil está diretamente ligado aos interesses comerciais ingleses que, após a Revolução Industrial, pressionava e se organizava para “impedir qualquer restrição a seus produtos e garantir o aumento do mercado, o que incluía também o fim da mão-de-obra escrava e a implantação do assalariamento” (FERREIRA, 2005, p. 2). Apesar das pressões sofridas, as oligarquias agrárias retardaram ao máximo a consumação e o debate da abolição, mesmo que o regime escravocrata já não alcançasse legitimidade e estivesse diante de luta e resistência cada vez mais forte, por parte dos/as trabalhadores/as escravizados/as (MARTINS, 2012).

A configuração dos centros urbanos com a implantação de estruturas urbanísticas ganhava contornos dos padrões europeus, o que fazia não caber uma população que na cor não correspondesse a esses padrões. Assim, firmados na ciência do século XIX, carregando o racismo científico dos países imperialistas, a política migratória e a ideologia de branqueamento da sociedade brasileira (GONÇALVES, 2018) compunham “o esforço empreendido pela burguesia no sentido de efetivar as transformações nas relações de produção sem abrir mão das condições garantidoras da superexploração capitalista” (MARTINS, 2012, p. 54). Ou seja, o ideal de raça se apresenta como ferramenta ideológica para a adoção e legitimidade da política e defesas da contínua acumulação capitalista.

Nesse processo de formação da força de trabalho, o imigrante aparece como o "agente natural do trabalho" assalariado (FERNANDES, 2008, p. 42), já que os trabalhadores/as oriundos/as do trabalho escravo eram considerados não possuidores dos atributos necessários à uma sociedade que se pretendia nos

moldes europeus. Não ao acaso, distantes do acesso à propriedade da terra e à margem do trabalho assalariado, a população negra passa a compor, já na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, os sem-terra, os sem trabalho ou desempregados e os sem moradia ou sem-teto. Obviamente, o ideal de raça se apresenta como ferramenta ideológica para a adoção e legitimidade da política e defesa da contínua acumulação capitalista, mesmo porque a "raça" também serve de base para a superexploração do trabalho, em um país que mantém a sua condição de dependência e de subordinação ao imperialismo.

Portanto, as relações sociais forjadas no trânsito entre trabalho escravo e trabalho livre já contém, em sua gênese, o que Santos (2012) toma como um traço constitutivo do capitalismo brasileiro – que particulariza a questão social no país -, ou seja, as relações entre capital e trabalho pautadas na superexploração da força de trabalho. Embora a análise de Santos (2012) não ofereça elementos para pensar, particularmente, nas relações de trabalho assumidas por trabalhadores/as negros/as, os elementos estruturais que traz para pensar a questão social permitem entender que a formação do mercado de trabalho nacional é caracterizada pela flexibilidade e precariedade do trabalho, ou seja, a restrita regulação do trabalho; alta rotatividade nos empregos; informalidade; subemprego, entre outros aspectos. A superexploração do trabalho é, portanto, uma particularidade da questão social no Brasil, que se revela na privação econômica, social, cultural e política da classe trabalhadora, impactando, inclusive, no seu acesso à moradia, a qual assumiu a forma de uma mercadoria extremamente valorizada, na lógica capitalista. Assim, compreende-se que a interrelação entre a apropriação privada da terra e a superexploração da classe trabalhadora configura a problemática habitacional (PINTO, 2005).

Ao considerar que a formação social brasileira emerge a serviço da acumulação capitalista da Europa, é pertinente afirmar que a existência dos embriões dos processos de precarização e superexploração da força de trabalho antecede a formação do mercado de trabalho e acompanham a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que, por sinal, “foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora [...] em atividades mal remuneradas” (THEODORO, 2008, p. 25). Com a instituição do trabalho livre, os

libertos foram postos à margem do mercado de trabalho e relegados do trabalho assalariado, diante da opção de uma força de trabalho imigrante e branca. Assim, o que restou a essa população recém-liberta foi se juntar ao contingente de homens livres, exercendo os trabalhos mais árduos e menos rentáveis, ou seja, os trabalhos socialmente considerados como trabalho de escravos, dando continuidade a uma condição de vida diferenciada.

Deste modo, a incipiente classe trabalhadora, formada por trabalhadores/as oriundos/as do trabalho escravo, imigrantes, homens livres brancos, etc., foi submetida a relações de trabalho baseadas na superexploração e, nesse sentido, com condições de trabalho altamente precarizadas, baixíssimos salários e distantes de proteção social, embora o ônus maior tenha recaído sobre os negros, que tiveram suas chances de ingresso no mercado de trabalho quase que extintas, retidos às ocupações mais instáveis ou não ocupações, o que persiste até os dias atuais, conforme analisa Theodoro (2008).

Quando se quer apreender as condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as negros no Brasil, é importante apreender os argumentos que circunscrevem a justificativa pela escolha de uma força de trabalho imigrante europeia diante da existência de uma força de trabalho dos negros recém liberta. Em verdade, os argumentos tendem a ocultar que “na transição e no desenvolvimento capitalista brasileiro, a raça foi tomada como um dos componentes fundamentais ao desenvolvimento econômico do país” (MARTINS, 2012, p. 58).

Furtado (2003, p. 137) aponta que o problema central da economia brasileira da segunda metade do século XIX estava na “inadequada oferta de mão-de-obra”. O autor argumenta que há excessivas vantagens na opção de adesão do trabalhador europeu aos libertos, pela dificuldade e o elevado custo para recrutar população recém-liberta nacional, uma vez que ela estava concentrada no setor de subsistência da zona rural. Acresce à esse, o argumento da dificuldade de adaptação de tal população ao trabalho assalariado.

Outra análise que se apresenta como parte do argumento de não incorporação da força de trabalho dos libertos direciona-se à preferência pelo ócio e a fuga ao trabalho como componentes da mentalidade do trabalhador negro, incumbe, inclusive o desprimoroso desenvolvimento mental como responsável pela

própria segregação dessa população, além do atraso ao desenvolvimento econômico, conforme afirma Furtado (2003). Nessa mesma vertente, Kowarick (1994) assinala que a mão-de-obra deveria apoiar-se no trabalho estrangeiro em razão da sua aptidão para o trabalho disciplinado nas fazendas, tão necessário para a lucratividade dos empreendimentos cafeeiros da época.

Assim, contrariando esses argumentos, análises refutam que a "opção" pela mão-de-obra imigrante guarda relação com a inadequação do negro liberto com o trabalho assalariado, e/ou com o seu suposto atraso moral, cultural e econômico para se adaptar a esse padrão de sociedade moderna. Ao contrário, as análises afirmam um racismo institucionalizado que direciona uma política estatal de imigração em detrimento de políticas públicas que promovessem a inclusão dos trabalhadores negros e recém-libertos na incipiente sociedade capitalista.

Ao analisar a cidade de São Paulo, Andrews (1998) percebe uma indiscriminada preferência racial, colocando a mão de obra imigrante europeia em regiões prósperas, enquanto os negros e brasileiros miscigenados foram relegados aos trabalhos nas áreas desafortunadas ou nas tarefas menos rentáveis. Nessa direção, a análise de Beigulman (1977 apud ANDREWS, 1998, p. 111) evidencia um mercado de trabalho dividido racialmente quando na ocupação de um nível superior de "assalariado [está] estrangeiro (trabalhador que visa a eventual constituição de um pecúlio), e um segundo, [ocupado por trabalhador] nacional, para tarefas penosas rejeitadas pelo primeiro".

A condição do negro dentro do modelo de exploração do trabalho na realidade brasileira não é sem propósito. A participação dos negros no exército de desocupados determina sua importância na reserva da força de trabalho barata e "susceptível às ocupações/empregos física, política e economicamente degradantes" (MARTINS, 2012, p. 19), tão necessária à acumulação do capital. Como contingente de trabalhadores que não têm outra alternativa para sobreviverem, senão se submeterem à superexploração, as suas condições de trabalho, de vida e, particularmente, de moradia, explicitam uma questão racial que está entrelaçada aos determinantes estruturais da questão social na nossa formação social.

Por essa razão, a questão étnico-racial é parte da formação sócio histórica do país, já que o Brasil está ligado à dinâmica do capital internacional desde seus

primórdios com seu complexo colonial e semicolonial derivado das economias imperialistas. Após a sua independência, a fórmula socioeconômica permaneceu a mesma: busca de superlucros e força de trabalho a baixo custo, derivados de uma aliança entre o capital imperialista e oligarquias locais, aprofundando ainda mais a superexploração da força de trabalho (MARTINS, 2016).

As discussões entre os intelectuais acerca da "opção" por uma força de trabalho europeia e branca e o adiamento, até o último momento, da abolição por parte das oligarquias agrárias, sinalizam a racionalidade e o caráter racista das relações sociais que são forjadas na constituição do capitalismo no Brasil. Sem perder de vista que toda a classe trabalhadora está imersa nessas relações de superexploração, quando se verifica as inserções dos trabalhadores negros no mercado de trabalho, não há como ocultar que a sua condição diferenciada, resultante dos processos estruturais e estruturantes das relações permeadas pelo racismo, os conduzem à condições de moradia também diferenciada, mesmo quando observa-se no âmbito da classe trabalhadora.

Os elementos históricos-estruturais permitem compreender que saindo da condição de escravizados, os trabalhadores negros são lançados à margem do trabalho assalariado e, conseqüentemente, nas áreas mais precárias de moradias, constituindo, assim, as primeiras aglomerações de choupanas e favelas nos lugares onde não se constituía interesse do capital. Assim, na disputa pelo uso do solo urbano, os negros levaram/levam desvantagem em razão da sua condição de marginalização e invisibilidade na sociedade brasileira.

Ao tempo que os espaços das cidades passam a ter cor e classe social, os libertos encontram como alternativa de moradia as áreas mais afastadas dos bairros centrais, ocupando-as de forma ilegal, ou nos cortiços, que eram locais onde moravam as famílias que, por viverem com a baixa remuneração que recebiam, buscavam taxas de aluguéis que poderiam pagar, geralmente de péssimas condições de habitabilidade. Estas caracterizam a precariedade das condições de moradia dos negros no pós-abolição (COSTA; AVEZEDO, 2016).

O pós-libertação marca a chegada de um contingente de trabalhadores oriundos do trabalho escravo e este se soma ao contingente de trabalhadores pobres, marcando a expansão das cidades brasileiras. A concentração de

população, por sua vez, aprofunda a proliferação de favelas e guetos, nas localidades onde já se encontrava uma população pobre. Inicia-se, então, um “processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades” (THEODORO, 2008, p. 29) que se intensifica com a apropriação do campo pelo modo de produção capitalista.

1.2 Expansão capitalista no campo e suas repercussões

O Brasil vem constituindo-se um país de predominância urbana, fruto do movimento de migração de áreas rurais para áreas urbanas, desencadeado ao longo das últimas décadas do século XX, mas com raízes muito mais antigas. A expansão capitalista dá a direção e conotação dessa migração, absorvendo, no cenário brasileiro, o movimento global do capital entrelaçado às particularidades do processo de formação sócio-histórica do país.

Não se pode ponderar campo e cidade e/ou tratar como construções paralelas ou opostas. Para os padrões de acumulação da estrutura produtiva, segundo Santos (2017), no campo ou na cidade, a terra e o trabalho estão subordinados à lógica do capital. Dessa condição, ou seja, da necessidade incessante de expandir-se e de subordinar espaços a seu interesse, que o capital em terras brasileiras apropria-se do campo apoio das políticas públicas governamentais.

No período colonial mesmo sem a passagem pelo sistema feudal, e passando pelas relações pré-capitalistas, a acumulação do capital também se constituía pelo monopólio privado da terra, quando expropriava a população nativa e explorava a força de trabalho escrava em favor da constituição dos latifúndios. O sistema colonial correspondia ao capitalismo mercantil europeu, conforme a organização colonial – pautada no latifúndio, monocultura e trabalho escravo – baseava-se em uma economia assentada na produção agrícola voltada para o mercado externo.

Durante séculos essa estrutura permaneceu inalterada, ao passo que o sistema agrícola assentava sua produção voltada para os interesses burgueses da metrópole. A estrutura fundiária brasileira baseada na concentração de terras tinha como base a expropriação e apropriação de terras dos nativos. Posteriormente, essa

estrutura se manteve através da instalação da propriedade privada da terra, instituída por meio da Lei de Terras. Ao permitir o acesso à terra somente aos afortunados, a lei nega, por inexistir o poder de compra, o acesso à terra à trabalhadores livres (pequenos agricultores, pescadores e comerciantes) e aos negros e indígenas que estavam em regime de servidão, reforçava o forçoso processo de expulsão do campo das camadas mais baixa.

Devido ao processo crescente de busca pelos espaços urbanos, desencadeadas pelo esvaziamento da força de trabalho no campo, gerada pela expropriação de terras dos pequenos produtores, a lei incide diretamente sobre as cidades. Conforme Oliveira e Fischer (2017, p. 47):

o principal efeito prático encontrado com o advento da lei de terras e seu decreto regulamentador foi a impossibilidade dos pobres terem acesso à terra, excluindo cada vez mais estes de terem o pleno acesso à cidadania, sendo forçados a migrarem do campo para a cidade em busca da afirmação desse acesso ao direito de propriedade.

Revela-se, portanto, a relação campo-cidade da época, uma vez que a expulsão da camadas pobres do campo pela apropriação das terras pelo latifúndio fazia crescer a busca dos centros urbanos. Essa estrutura e relação continua a se repercutir mesmo com a ultrapassagem do regime escravo e a instituição da República, que mantendo seu caráter de economia agroexportadora pautada na produção de café, favoreceu à acumulação de capital dos grandes produtores de café que dominavam grandes extensões de terras em detrimento mais uma vez da expulsão dos pequenos produtores. Evidencia-se que a proximidade do capital no campo esteve sempre vinculada à necessidade de desenvolvimento do capitalismo.

A estrutura fundiária brasileira marcada por um concentração e distribuição desigual de terras herdada do sistema colonial, conforme afirma Oliveira (2002, p.56) “muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil”. A esse respeito Carvalho (2005, p. 317) destaca que o pensamento dominante durante toda história do Brasil “é de que a grande propriedade da terra é a forma mais eficiente para responder aos desafios de um modelo de desenvolvimento rural que satisfaça às expectativas dos interesses econômicos nacionais e estrangeiros dominantes”.

Essa concentração desigual, comum ao cenário brasileiro, tem se apresentado de maneira mais ostensiva na segunda metade do século XX. Período em que, segundo Araújo (1996), há a consolidação do processo de industrialização brasileira, com a incorporação mais efetiva do espaço brasileiro no movimento expansionista do capital internacional.

A expansão do capital e suas repercussões no campo referem-se à introdução da mecanização e industrialização nos anos 1950 (MARTINS; GOIS, 2017) fazendo acelerar o fluxo migratório nacional. A década de 1960, que marca o golpe militar, empenha-se na política da industrialização em favor da rápida integração do país à economia internacional, pela generalização do conhecimento técnico-científico. Essa direção prolonga-se nas décadas seguintes quando observa-se:

O processo de industrialização e urbanização, sobretudo nas décadas de 1950 e 1980, causou uma grande transferência populacional do campo para as cidades que foi impulsionada também pelo processo de modernização da agricultura, ocorrido com base em um modelo de desenvolvimento conservador que visou apenas ao aumento da produtividade agrícola em detrimento de questões estruturais como a concentração fundiária e democratização do acesso à terra (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 97).

A respeito disso, merece destaque o Nordeste, dada sua inserção de forma particular e desigual na dinâmica de expansão do capital, o que ocasiona uma tendência de intensificação do fluxo migratório da região. Durante o período colonial, a região foi a grande potência da economia brasileira, mas com o declínio da economia açucareira e o desenvolvimento da economia cafeeira, o centro da economia nacional foi deslocado do Nordeste para o Sudeste, o que foi intensificado com o processo de industrialização vivenciado por este último, a partir do século XX.

Portanto, torna-se evidente o aumento das desigualdades entre as regiões mencionadas quando o Nordeste, que não conseguia ultrapassar o perfil agroexportador, assume o papel de periferia na economia brasileira, se tornando mero fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra a custo baixo para o Sudeste (ALVES FILHO, 2003 apud SANTOS *et al.*, 2012). Como efeito dessa condição, formam-se mercados de trabalho regionais totalmente distintos, pois, enquanto o

atraso econômico do Nordeste dificultava a constituição de um mercado de trabalho assalariado na região, predominando, assim, as relações informais de trabalho no campo, nas regiões Sudeste e Sul se formava um mercado de trabalho assalariado apoiado no trabalho branco, em meio ao processo de modernização brasileiro (SANTOS *et al.*, 2012).

Sergipe, assim como o Nordeste, concentrou por muito tempo suas atividades na produção açucareira e algodoeira, mesmo com o progresso da industrialização brasileira no Sudeste. A economia sergipana apresentou um crescimento industrial somente a partir da década de 1960, em virtude da implantação de políticas de desenvolvimento regional. No entanto, em meados de 1980, com a retração da economia, a desestruturação do mercado de trabalho e a perda de dinamismo do setor industrial, o estado teve que enfrentar o declínio do seu incipiente setor industrial (VASCONCELOS; FIGUEIREDO; NATALE, 2012).

Além disso, os altos índices de concentração fundiária em Sergipe, que marcaram 0,815 em 2006, ocupando o 13º lugar no *ranking* de concentração de terras no país (LE MOS, 2007 apud SILVA; ALVES; ANDRADE SÁ, 2016), configuram-se como elemento determinante para reprodução da desigualdade social no estado, ao passo que “propiciam condições desfavoráveis à produção e a sobrevivência, provocando o empobrecimento e a situação de instabilidade de segmentos significativos da população rural” (*ibid.*, p. 204).

Os desdobramentos desse processo implicam no grande êxodo do Nordeste para o Sudeste entre as décadas de 1970 e 1980, em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades sudestinas (MENEZES, 2011). Os processos ocorridos no campo, em que pese a concentração fundiária e a expulsão de trabalhadores para as cidades – revelando como o desenvolvimento do capital no campo incide sobre a configuração das cidades –, não modificaram-se substancialmente, mas mudanças no dinamismo econômico da região redimensionaram e reestruturaram o fluxo migratório.

Até a década de 1980 os fluxos migratórios para as cidades do sudeste (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) e para áreas de importância agrícola (Mato Grosso, Goiás e Maranhão) caracterizavam a dinâmica da região (CUNHA; BAENINGER, 2001), impulsionados pelos processos e entrada do capital no campo

e política de desenvolvimento regional. Nos anos de 1990, os novos movimentos ocorrem levando a uma redução desses fluxos. Há uma recomposição dos postos de trabalhos e melhorias das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2011). Esse processo é evidenciado quando observamos que

o emprego formal no Nordeste tenha crescido 262% quando se compara o período entre janeiro de 2003 e junho de 2005 com os mesmos meses de 1999 e 2001, respectivamente. Ainda assim, as regiões Sul e Sudeste responderam por 78,4% dos empregos formais gerados em todo o país, entre janeiro de 1999 e junho de 2005 (OLIVEIRA, 2011, p. 170).

Outro fator que reduz o fluxo inter-regional Sudeste-Nordeste é o próprio processo de migração, que levou um crescimento desordenado e acelerado das áreas urbanas. As expressões da “questão social” que se acentuaram nos centros urbanos das grandes cidades (problemas de habitação, elevado custo de vida, violência, precarização de trabalho, etc.) retirava a opção de migrar para outra região como solução das desigualdades historicamente vivenciadas na região Nordeste.

É mister saber que não há uma superação das desigualdades sociais presentes na região Nordeste, tão pouco há uma mudança nas bases de acumulação do capital no campo, o que ocorre é que a dinâmica de migração estaria realocada. Nas últimas décadas, o fluxo se concentra, segundo Oliveira (2012), em uma direção intrarregional e intra-estadual. O movimento de migração interna carrega os mesmos condicionantes do processo de imigração, em que o desemprego, a precarização do trabalho, a acentuação de pobreza.

No estado de Sergipe, a migração interna se intensificou a partir do final da década de 1980, pela contínua debilidade da estrutura econômica, o acesso desigual da terra e de tecnologias e o frágil investimento educacional no interior do estado. A intensificação do fluxo interno no estado atrela-se a concentração dos investimentos industriais e o intenso processo de urbanização na capital e em seu entorno, consolidando a Grande Aracaju como principal vetor econômico e de intensos fluxos migratórios (OLIVEIRA, 2002). Esse fluxo foi propiciado pela desconcentração industrial que alocou novos espaços econômicos em áreas como o

Nordeste (CUNHA; BAENINGER, 2001). No caso sergipano essa alocação centrou-se na Grande Aracaju.

A migração interna no estado também se associa as persistentes imposições do capital no interior do estado. Um ponto crucial para essa compreensão está fundamentada na estrutura fundiária que influencia na redução relativa da ocupação no setor primário. Caracterizada pela “concentração de terras e consequente atomização das propriedades, e predominância das pastagens em detrimento da lavoura, sendo o principal uso o cultivo temporário” (OLIVEIRA, 2002, p. 588), essa estrutura revela a precariedade vivenciada no campo.

A tendência migratória do interior do estado para a Região Metropolitana de Aracaju e Grande Aracaju, assim como a tendência nacional, acentua nessas áreas problemas historicamente atrelados ao processo desigual e desordenado de configuração das cidades: precariedade das habitações e informalidade das moradias, a dificuldade do acesso a infraestrutura (transporte, saneamento e aos equipamentos de saúde, educação e lazer), violência, além da redução de emprego e renda.

O dinamismo do espaço urbano, que absorve as imposições e a reconfiguração do capital no campo, tem se atenuado nos processos de retração da expansão do capital em seu estágio imperialista. Essa condição é evidenciada no forçoso processo de recuperação dos lucros e nas estratégias de manter as condições necessárias para produção e reprodução do capital. Com a mundialização do capital intensificou-se a apropriação do capital sobre as cidades, encontrando na particularidade brasileira o aprofundamento das expressões da questão social e, em especial, a acentuação dos conflitos por moradia.

1.3 Crise capitalista, aprofundamento das expressões da questão social e luta por moradia

O capitalismo, em qualquer um de seus estágios, particulariza-se pela busca incessante de lucros, sendo próprio do capital a necessidade permanente de valorização. No decorrer de sua história, esse modo de produção encontra intervalos de recessão, com o comprometimento da reprodução ampliada do capital. Esses

intervalos, pela sua periodicidade, denomina-se crises cíclicas. Tais crises são inerentes à dinâmica capitalista, em virtude das contradições próprias do seu modo de funcionamento e ocorrem logo após uma fase de grande prosperidade econômica, interrompendo o processo de acumulação do capital.

A década de 1970 é fortemente marcada pela emergência de mudanças na sociedade que vão marcar as décadas seguintes. É nessa década que o capital monopolista internacional enfrenta uma recessão generalizada, com o início de um período de ondas longas recessivas e se vê coagido a encontrar alternativas para a superação da crise através de uma série de reajustes e reconversões (NETTO, 1996). Neste contexto, o capital adota estratégias para alcançar a saída da crise, a partir da consolidação da ideologia neoliberal, da instauração de um novo padrão de acumulação capitalista que implica no aumento das desigualdades e na precarização e flexibilização das condições de trabalho.

Com a crise da acumulação capitalista que irrompe na década de 1970, tem-se um desmonte dos mecanismos de base keynesiana e emerge a defesa do neoliberalismo, o que implica numa série de mudanças no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política (ANTUNES, 1995). No sentido de promover uma retomada da acumulação do capital, o capitalismo monopolista realiza uma série de reajustes e reconversões que implicam no estabelecimento de novos processos de trabalho, com a substituição do fordismo pela acumulação flexível (Toyotismo), que implica em um modo de produção descentralizada, segmentada e horizontalizada, e com a criação de novas modalidades de contratação, através dos trabalhos temporários e das ocupações informais, que promovem condições inseguras e precárias aos trabalhadores (NETTO, 1996).

Conforme a análise de Mota (2009), as crises afetam diferentemente as duas classes sociais antagônicas: para a burguesia, representam uma ameaça ao seu poder; já para o proletariado, trata-se da intensificação da exploração da força de trabalho posto que são afetados na sua materialidade e subjetividade pelas condições do mercado de trabalho, com o desemprego estrutural, as reduções salariais, o crescimento do exército industrial de reserva, o aumento da pobreza e miséria e o enfraquecimento da sua organização política.

Na contemporaneidade, o processo de acumulação primitiva se faz presente, de acordo com Harvey (2013b), pela “acumulação por espoliação”. Isso pode ser entendido como a tentativa do capital em evitar sua desvalorização, uma vez que depois dos anos 1970 o capitalismo global experimentou o problema da “superacumulação”. Esse processo se dá pelo ajuste espaço-temporal, quando para absorver o excedente combina-se o deslocamento temporal por meio dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais, os quais “jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes do capital atual” (ibid., p. 96) com os “deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e de trabalho em outros lugares” (idem.).

Com o fim dos anos gloriosos do capitalismo a partir de 1970, marcado pelas baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, a reação da burguesia é operada pela reestruturação produtiva, com a mundialização financeira e a disseminação do neoliberalismo. Após a crise estrutural do capital, que foi causada por uma crise de superprodução, a recuperação dos lucros se daria pela via dos investimentos especulativos, dado que foi disponibilizado um montante de capital em sua forma monetária, do qual parte permaneceu na circulação da esfera financeira, estruturando um novo regime mundial de acumulação capitalista em que o capital se valoriza na própria esfera financeira e não mais na esfera de produção, o que Chesnais (1996) denomina de mundialização do capital.

Nessa nova fase do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro e especulativo se valoriza em seu interior, por meio das instituições financeiras e dos fundos mútuos e de pensão, e se sobrepõe ao capital produtivo, conforme reitera Chesnais (1996, p. 14) ao afirmar que “o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros”. Sob esse novo padrão de acumulação, foram articuladas medidas de liberalização, desregulamentação e privatização como forma de sustentá-lo, rompendo com qualquer tipo de controle às relações sociais.

A adoção do receituário neoliberal pelo Brasil em 1990 e o avanço das suas políticas implicam decisivamente na configuração das cidades e no acirramento da questão urbana/habitacional brasileira, tanto pela redução de gastos sociais do

Estado e a privatização dos serviços públicos quanto pela concepção de cidade – em sua organização espacial – como fonte de investimento no setor produtivo, para potencializar a reprodução e acumulação de capital financeiro com empreendimentos urbanos (ALVES, 2019). Souza (2018) destaca que estes empreendimentos urbanos sob forças neoliberais compromete a gestão das cidades ao passo que:

[...] é observado um crescente movimento de privatização seletiva e de exclusividade no acesso aos novos empreendimentos, aspectos que dão conteúdo ao urbanismo neoliberal instalado no País a partir dos megaeventos recentes, em detrimento da potencialização dos espaços públicos e do ambiente urbano mais inclusivo (SOUZA, 2018, p. 247).

Em linhas gerais, esse processo representa a financeirização do capital no setor imobiliário. É a utilização de instituições financeiras e de crédito para melhorias na infraestrutura dos espaços urbanos, transformando o fenômeno da urbanização em mecanismo de absorção da produção excedente que os capitalistas produzem sempre que buscam por lucros, como defende Harvey (2013a).

Os mecanismos de acumulação do capital se mostram na alarmante – e visível – segregação urbana na realidade brasileira. De acordo com o jornal Estadão (2011), pelas fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quantitativo de aglomerados subnormais¹ teve seu número quase dobrado no período de 20 anos. Em 1991, cerca de 4,48 milhões de pessoas (3,1% da população) viviam em assentamentos irregulares, passando para 6,53 milhões (3,9%) em 2000, já no ano de 2010 alcançou 11,42 milhões de pessoas morando em favelas, palafitas ou outros assentamentos irregulares.

Assim, o progresso das cidades brasileiras é limitado e/ou delimitado pelo segmento populacional que possui meio de pagá-lo, uma vez que a moradia nas cidades são altamente mercantilizadas, ou seja, possui valor de troca e a exploração do espaço urbano é fonte de acumulação do capital. A sequela é um enorme

¹ Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros (IBGE, 2021).

contingente de pessoas expropriadas dos direitos básicos, sendo “resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui” (MARICATO, 2000a, p. 155). Dessa forma, o aumento exponencial de ocupações de terras de forma irregular é sintetizado por Santos (2009 apud MONTEIRO; VERAS, 2017), pela lógica excludente do mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais – principalmente de uma política de habitação – que atendam as reais demandas da classe trabalhadora, em especial, da parcela que vivencia o trabalho informal e àquelas condições de trabalho e de vida da forma estagnada da Superpopulação Relativa no Brasil.

Na realidade, o que se percebe é que a ação do Estado, por meio das políticas habitacionais, e do capital, por meio do setor imobiliário, oferece as condições estruturais para a produção da segregação socioespacial, determinando uma divisão da população por classe social nos espaços urbanos (SANTOS, 2018). No estado de Sergipe, os indicadores socioeconômicos e a segregação e guetização encontradas na capital e nos seus entornos revelam as agruras que seguimentos populacionais tem enfrentado para que as estratégias de reconversão da crise econômica sejam realizadas.

A concentração de renda e riqueza pelas empresas capitalistas no campo, a redução de gastos sociais seguindo o receituário neoliberal, e o avanço do capital imobiliário sobre as cidades como resposta à crise do capital monopolista aprofunda todas as expressões da questão social, e também, contrário a esse movimento, desencadeia um processo de luta por moradia. A questão de moradia em Sergipe absorve todos esses determinantes, movendo no espaço urbano a atuação de movimentos sociais que defendem a participação popular no processo de construção da cidade, confrontando o apelo midiático e a tendência de segregação que envolve a política habitacional.

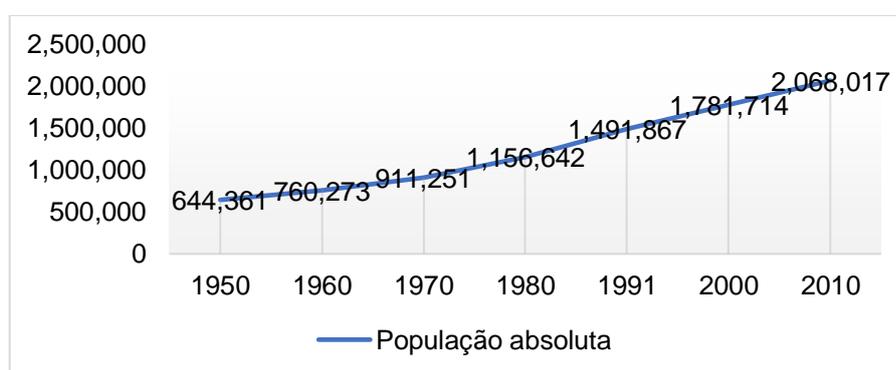
CAPÍTULO II – LUTA POR MORADIA EM SERGIPE

2.1 A questão da Moradia em Sergipe

De acordo com Harvey (2013b), o surgimento das cidades esteve sempre acometido aos lugares onde exista produção de excedente². Isso significa que os processos que ocorrem dentro das cidades e por meio delas mantém uma estreita relação com o antagonismo próprio do modo de produção capitalista. Nesse sentido, as relações econômicas e sociais da acumulação capitalista explica a exclusão socioespacial da urbanização brasileira, quando considerada as particularidades da formação e desenvolvimento de regiões e estados.

Sergipe, localizado ao Leste da região Nordeste, possui 75 municípios e foi o estado do Nordeste em que a MetrÓpole mais cresceu nas últimas décadas. Segundo informações do IBGE, estima-se que em 2021 sua população atingiu 2.338.474 habitantes. A população sergipana apresenta-se em escala crescente desde o final do século XIX, tendo seu crescimento acelerado após a década de 1960. Com bases nos Censos Demográficos do IBGE realizados entre 1950 e 2010, a população sergipana teve um acréscimo de 1.423.656 habitantes e uma variação relativa de 95,3 (hab. Km²), com um crescimento demográfico de 1,5% ao ano.

Gráfico 1 - Sergipe: evolução populacional (1950-2010)

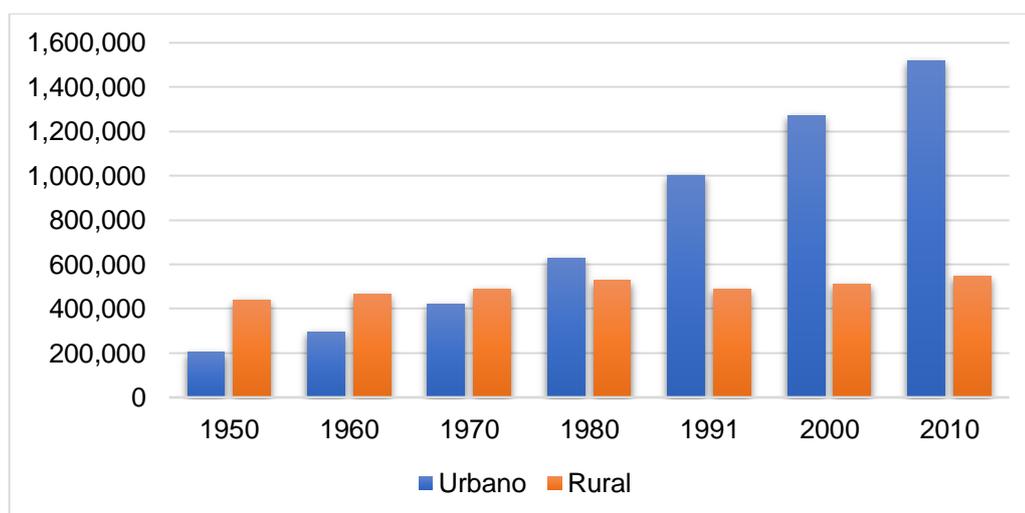


Fonte: Elaboração própria com base em dados dos Censos Demográficos de Sergipe (1950-2010), realizados pelo IBGE.

² “Capital, por isso, não é apenas comando sobre trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não pago. (...) O segredo da auto expansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago.” (MARX apud MORAES, 2019).

No mesmo período, a população urbana passa de 204.984 para 1.520.366, representando 73,67% de todo contingente populacional do estado, ou seja, um acréscimo de 1.315.282 habitantes, com variação relativa de 641,68%. Em relação à população rural, embora também apresente aumento, seu ritmo é muito menor, com variação relativa de apenas 24,64%, conforme o Gráfico 2. Esse crescimento da população urbana na relação com a população rural explica o processo de migração do campo para a cidade, ocorrido a partir dos anos 1950, quando o crescimento progressivo e acelerado da população urbana é verificado em outras regiões do país.

Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural de Sergipe



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos Censos Demográficos de Sergipe (1950-2010), realizados pelo IBGE.

Os gráficos 1 e 2 demonstram as duas principais tendências no cenário populacional sergipano ao longo das últimas décadas. Assim, o crescimento acelerado da população do estado ao longo desse período e o processo de urbanização desencadeado a partir da década de 1980, configurado e intensificado até 2010, mantém uma relação direta com o processo migratório campo-cidade, o qual está relacionado com a expansão capitalista no campo, o seu processo de concentração da terra e o aprofundamento das desigualdades sócio-raciais.

Apesar de ter início na década de 1950, a conversão de rural para urbana ocorre após a década de 1980, quando a população urbana dispara significativamente, apresentando quase o triplo do total da população rural em 2010. Essa inversão coincide, segundo Santos (2017), com as intervenções de infraestruturas realizadas pelo Estado, além do acelerado processo de migração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, das áreas rurais, e de outros Estados, principalmente das cidades do norte baiano para a Região Metropolitana de Aracaju, formada por Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Esse fluxo pode ser atribuído ao processo desencadeado pela concentração da terra e espoliação e expropriação da população rural.

O processo de urbanização da população pode ser melhor compreendido quando observamos a distribuição populacional do estado. Dos 75 municípios, apenas dez concentram um total de 1.361.407 habitantes em 2017, o que corresponde mais da metade da população total do estado (59,49%), como observado na Tabela 1. Com relação a Região Metropolitana de Aracaju, Aracaju se destaca em números de habitantes.

Tabela 1 - População urbana e rural de Sergipe (2017)

Nº	Localidade	População
1	Aracaju	650.106
2	Nossa Senhora do Socorro	181.928
3	Lagarto	104.099
4	Itabaiana	95.196
5	São Cristóvão	89.232
6	Estância	69.278
7	Tobias Barreto	52.156
8	Itabaianinha	41.961
9	Simão Dias	40.838
10	Nossa Senhor da Glória	36.613
Total	-	1.361.407

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Atlas Brasil (2021).

O estudo de Ramos Filho (2012) sobre a estrutura fundiária e agrária sergipana permite a compreensão do quadro descrito. O estudo ratifica como a reconversão da população rural em predominante urbana, consolidando a urbanização do estado, está profundamente ligada a concentração desigual de terras e a expropriação da população rural dimensionada pelas imposições do capital. Um importante indicador que aponta e permite reflexões sobre essa condição é o Coeficiente de Gini (CG), utilizado para calcular a concentração de algum fator em que 0 é o resultado de distribuição perfeita e 1 concentração extrema. A tabela abaixo permite observar a evolução do Índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011) no Estado de Sergipe.

Tabela 2 - Sergipe: evolução do Índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)

Ano	Índice de Gini
1992	0,787
1998	0,788
2003	0,773
2011	0,725

Fonte: Extraído de RAMOS FILHO (2012).

Os dados apresentados pelo autor permitem verificar que a distribuição da propriedade da terra de Sergipe, no período de 1992 a 2011, embora mostre uma leve redução de 0,787, em 1992, para 0,725 em 2011, permanece com a estrutura fundiária concentrada (RAMOS FILHO, 2012). A evolução da propriedade da terra é outra variável que indica o caráter de concentração, onde pode-se notar:

A primeira observação relevante refere-se ao comportamento do número de imóveis entre 1992 e 2011, no qual todos os estratos de área apresentaram crescimento positivo, sendo o minifúndio, a pequena propriedade em geral e a média propriedade as que mais variaram, respectivamente, na ordem de 130,84%, 130,06% e 82,62%. Por último, verificou-se a variação positiva dos imóveis grandes em apenas 2,86% (RAMOS FILHO, 2012, p. 8).

Assim, embora tenha um aumento em proporção muito menor da área da grande propriedade para as demais áreas, ressalta-se que os números absolutos revelam que em 1992 haviam 70 imóveis grandes cadastrados, que ocupavam 123.308,4 hectares. Em 2011, mesmo após as desapropriações de grandes latifúndios para fins de reforma agrária, o número absolutos dos grandes imóveis cresceu para 72, ocupando 133.361,7 hectares (RAMOS FILHO, 2012).

Outra tendência na dinâmica territorial do estado, que tanto justifica o reduzido crescimento da grande propriedade, quanto revela as estratégias de ocultar a permanência do monopólio familiar sobre a terra, está, segundo o autor supracitado, no parcelamento de uma grande propriedade para criação de vários imóveis de tamanho médio, cujos proprietários legais passam a ser os próprios membros da família do grande proprietário (RAMOS FILHO, 2012). Este fato demonstra que o domínio monopolizado das terras permanece resguardado.

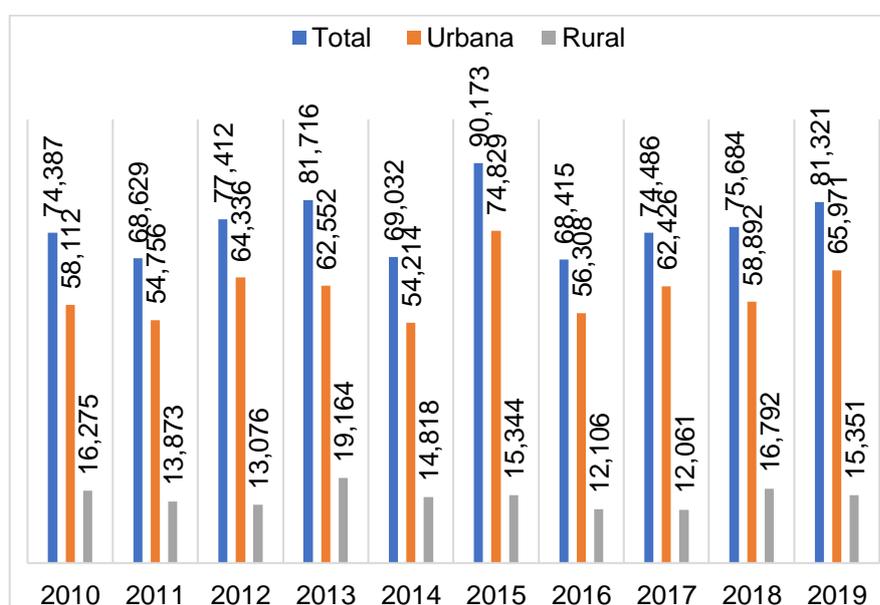
Da concentração da terra, como determinação estrutural na realidade sergipana, resulta uma pressão populacional que se reflete no sentido campo-cidade, acentuando diversas expressões da questão social que se articulam: pobreza, ausência de moradia, segregação socioespacial, violência urbana, falta de acesso a direitos básicos, como saneamento básico, a que está relacionado a inúmeras doenças. Obviamente, é importante destacar que essas expressões são parte da lógica de um modo de produção baseado na exploração do trabalho e, nesse sentido, o espaço urbano, ao tomar forma de mercadoria, determina que a habitação possua valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso. Dentro desse processo determinado pelo capital, o déficit habitacional se manifesta, em seu conceito etimológico, pela:

falta física da unidade habitacional (casa, apartamento, etc.) no estoque de habitações de mercado. A demanda habitacional é a necessidade, por parte de uma população, do “bem habitação”, considerando as características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, além das características socioeconômicas da população (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012, p. 21).

No estado de Sergipe, a demanda por moradia se expressa, não exclusivamente, mas essencialmente pelo déficit habitacional, e tem se mostrado persistente na realidade do estado. Observa-se, conforme o Gráfico 3, que nos

últimos três anos de dados (2017, 2018 e 2019) divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP) esse percentual tem apresentado tendência crescente. Apesar de apresentar uma redução percentual em comparação com o ano 2000, Sergipe permanece com taxa superior a nacional. Em 2000, o déficit habitacional de Sergipe foi de 21,7%, enquanto a taxa nacional marcava 16,1%, já no ano de 2019, a porcentagem do estado representava 10,0%, e permaneceu superior a taxa nacional (8,0%), e até mesmo do Nordeste (9,2%), conforme dados da Fundação João Pinheiro (2013; 2015; 2016; 2018; 2021).

Gráfico 3 - Déficit habitacional em Sergipe (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Fundação João Pinheiro (2013), (2015), (2016), (2018) e (2021).

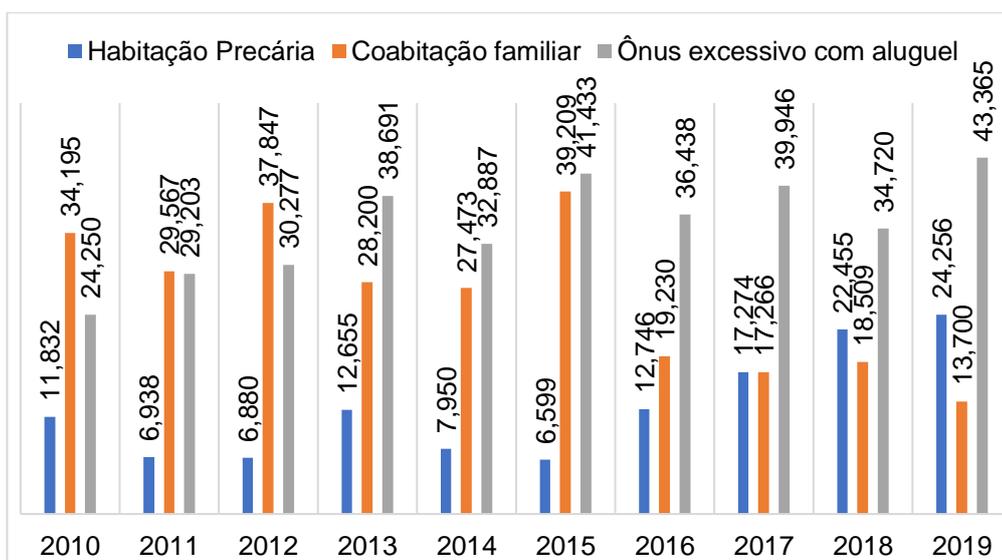
Os dados também revelam que no estado o déficit habitacional concentra-se na área urbana, seguindo a tendência nacional. Pode-se inferir que tanto o percentual elevado do déficit habitacional do estado, quanto sua concentração urbana deve-se ao processo de urbanização tardia e intensa e a expansão capitalista no campo. Sem dúvida, se esse déficit tem como determinação estrutural a concentração da terra e da riqueza social, ela também se articula a desigualdade regional, aqui entendida como outro determinante importante no conjunto de

determinações estruturais necessárias para compreensão da questão da moradia no Estado. Portanto, o déficit habitacional

[...] deve-se não somente à conjuntura da administração governamental interna do Estado brasileiro mas ao modelo de organização político-econômico-territorial, adotado, privilegiando (através de uma série de investimentos em infraestrutura, diversificação de setores econômicos etc.) as regiões (Sudeste e Sul) em detrimento e segregação de outras (Nordeste, Norte) (SANTOS, 2017, p. 81).

Quando se analisa o significado de não ter moradia na relação com o valor a ser pago no aluguel, o ônus excessivo com esse apresenta-se, como ilustrado no Gráfico 4, extremamente elevado, principalmente porque o déficit habitacional “corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Isso quer dizer que o mercado imobiliário é parte da lógica perversa de obtenção de lucro, independente da realidade financeira de grande parte da classe trabalhadora, uma vez que o aumento do valor do aluguel não tem sido acompanhado por melhorias nos rendimentos da classe trabalhadora, considerando que desde a instituição do salário mínimo, ele não atingiu percentuais superiores aos dos índices inflacionários, exceto no governo de JK, conforme aponta Oliveira (2009).

Gráfico 4 - Sergipe: Déficit Habitacional por componente (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Fundação João Pinheiro (2013), (2015), (2016), (2018) e (2021).

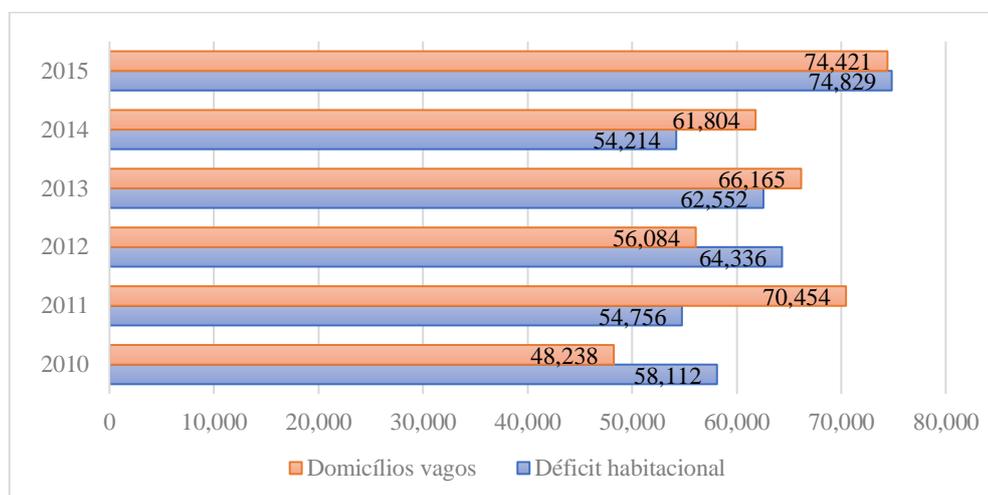
Esse quadro evidencia as dificuldades enfrentadas pelas classes subalternas para manter o gasto com aluguel, tendo em vista que são obrigadas a comprometer grande parcela das suas rendas com essa despesa, e também justifica o elevado número de pessoas à margem do direito à moradia e, também, pessoas em situação de rua, devido à falta de condições de arcar com os altos custos com aluguel de um imóvel.

Portanto, considerando que, no estado, o mercado de trabalho foi historicamente determinado por sua posição subordinada à economia nacional e, nas últimas décadas, as mudanças resultantes da reconfiguração do capital, constituem um processo de globalização excludente - pois na mesma medida em que se globaliza o processo de acumulação do capital, se globaliza e acumula a pobreza, a miséria, as exclusões e, conseqüentemente, as desigualdades sociais -, o desemprego aumenta e, com ele, a questão habitacional assume proporção gigantesca. Nesse sentido, não é por acaso, a tendência de globalização aparece nos indicadores de ampliação do desemprego de Sergipe, o que reflete no aumento da concentração de renda e da pobreza, pois se a venda da força de trabalho não ocorre, a população desempregada não consegue ter meios de subsistência para sobreviver e, muito menos, o acesso à moradia, altamente mercantilizada.

Os determinantes estruturais, acima mencionados, também, influenciam fortemente no "adensamento excessivo", como uma tendência nos domicílios urbanos. Na área urbana, os domicílios que sofrem com coabitação familiar estão em maior quantidade, embora o percentual de domicílios precários tenha crescido após 2015. Isso significa que há em Sergipe um número significativo de duas famílias ou mais ligadas por laços de parentescos, dependências doméstica ou normas de convivência que residem no mesmo domicílio.

Os dados também revelam que o princípio da função social³, garantido constitucionalmente, não está sendo cumprido em Sergipe. Quando comparado ao número do déficit habitacional absoluto no Estado e o número de imóveis vazios percebe-se que, em tese, não seria necessário a construção de nenhum imóvel a mais para sanar a necessidade por moradia no estado. Os dados do gráfico 5 revelam a tendência superior do número de imóveis vazios na relação com o número do déficit habitacional.

Gráfico 5 - Sergipe: Déficit habitacional x Domicílios vagos



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Fundação João Pinheiro (2013), (2015), (2016) e (2018).

³ O Art. 6 da Constituição Federal Brasileira prevê que a propriedade deve cumprir sua função social, ou seja, deve ser utilizada em favor do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos (BRASIL, 1988). Portanto, uma propriedade abandonada não cumpre sua função social legalmente.

Os dados acima, demonstrando o déficit habitacional na relação com os domicílios vagos, podem ser melhor compreendidos quando refletimos sobre o processo de especulação imobiliária. O processo de especulação ocorre quando os proprietários não investem em seus imóveis, deixando-os abandonados ou subutilizados, aguardando sua valorização, que é gerada pelos investimentos dos setores públicos na infraestrutura e construção de serviços urbanos no entorno do território, agregando mais valor às propriedades. Esse movimento agrega mais valor às propriedades, que posteriormente, podem ser vendidas ou alugadas por um valor mais elevado, se apropriando, assim, dos lucros gerados pelos investimentos públicos. Na análise de Pagani, Alves e Cordeiro (2015, p. 172):

O processo de especulação imobiliária leva a uma valorização desigual do solo e, conseqüentemente, dos espaços urbanos, pois a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, promovendo uma segregação socioespacial que conforma territórios distintos de sociabilidade para os diferentes segmentos das classes sociais.

A especulação imobiliária, portanto, se apropria do espaço urbano tornando-o um capital privado e gerando maior desigualdade no acesso à moradia para a classe trabalhadora. Daí porque ela contribui para a manutenção da estrutura urbana segregada do país, dando continuidade à concentração da terra e da riqueza socialmente produzida.

Como já pontuado, Sergipe apresenta caráter espacialmente concentrado de investimentos industriais direcionados à Região da Grande Aracaju, consolidando essa área como principal vetor econômico e de intensos fluxos migratórios (OLIVEIRA, 2011). Assim,

[...] a RMA é principalmente fruto do crescimento da Zona de Expansão Urbana de Aracaju - ZEUA, estes municípios acabaram sendo inseridos num processo de metropolização de forma periférica. Pois se constituíram enquanto um reflexo desse desenvolvimento que “fomentava e priorizava a industrialização em cidades-polo, com o discurso de promover o desenvolvimento das regiões periféricas” (CAMPOS, 2006. p. 31).

Os municípios que compõe a RMA, juntos, concentram a maior parte do déficit habitacional do estado. Em 2019, concentravam 44,67% do déficit

habitacional sergipano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). Também é nessa região que encontram-se a maior parte das Zonas de Aglomerados Subnormais (ZAS). De acordo com Santos (2017), a maioria das ZAS se concentra na Região Metropolitana de Aracaju e também em áreas conurbadas do Complexo Taíçoca, às margens do Rio do Sal (Nossa Senhora do Socorro) e Conjunto Rosa Elze (São Cristóvão).

Tabela 3 - RMA: Aglomerados Subnormais (2010)

Localidade	Aglomerados subnormais	Nº de domicílios	% aglomerados/ domicílios	Pessoas em condições de habitabilidade subnormal	% da população total
Sergipe	46	23.225	3,93%	82.208	-
Aracaju	28	17.538	10,33%	61.847	10,84%
Nossa Senhora do Socorro	14	4.944	10,89%	17.530	10,91%
São Cristóvão	3	533	2,38%	1.860	2,38%
Barra dos Coqueiros	1	210	3,06%	966	3,87%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de QUINTELA (2012).

A expansão urbana sem conformidade com o planejamento, permitiu que essa expansão ocorresse distante do centro urbano e em localidades com carência de equipamentos e serviços públicos, determinando, assim, que a periferia de Aracaju se estendesse para além dos limites territoriais da capital, alcançando áreas rurais dos municípios vizinhos (SANTOS, 2017).

Essa condição, que descreve e determina a demanda por moradia em Sergipe, torna-se perceptível nas ações promovidas pelo Estado, em parceria com agendes privados. Na implantação de obras públicas através de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da atuação da Companhia de Habitação de Sergipe (COHAB) revela-se um modelo de política habitacional distantes das regiões centrais. Voltando-se para os espaços distantes das áreas urbanizadas, os conjuntos habitacionais passaram a direcionar a classe

trabalhadora, sobretudo, a de baixa renda, para àquelas áreas metropolitanas da chamada Grande Aracaju e, portanto, de menor interesse de especulação do capital.

2.2 Emergência do MTST e a sua luta contra as sequelas do capital

Soares do Bem (2006) avalia os movimentos sociais como importantes indicadores para a análise do funcionamento das sociedades conforme revelam as tensões e contradições de determinado momento histórico. Em uma sociedade atravessada por um antagonismo de interesses, ideologias e valores, tal como a sociedade capitalista, há uma heterogeneidade da estrutura social que gera conflitos, contradições e lutas entre as classes sociais. Neste quadro, os movimentos sociais aparecem como

[...] formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social (SOUZA, 1993, p. 99).

Deste modo, os movimentos sociais se inserem na esfera da sociedade civil⁴ e são fundamentados por uma pauta/demanda que se traduz em reivindicações através de uma ação coletiva, com o objetivo de alcançar mudanças políticas e sociais que respondam suas insatisfações e/ou desejos.

De acordo com Scherer-Warren (2009) o espaço, enquanto território, é local e referência desses conflitos e contradições, seja no espaço rural ou urbano. No Brasil contemporâneo um dos principais conflitos pertence a disputa entre o grupo defensor do domínio, controle e manutenção de amplos espaços privatizados (interesse dos ruralistas, dos latifúndios, do agronegócio, do setor imobiliário, das grandes corporações, etc.) contra o conjunto de forças que buscam a conquista, legalização e preservação de espaços com função social para as populações historicamente em situação de exclusão social (como as dos sem-terra, dos quilombolas, dos indígenas, das populações tradicionais, das mulheres

⁴ A sociedade civil permite o surgimento de todas estas reivindicações, que se convertem em receptoras das demandas e dos movimentos sociais. Podemos considerar a sociedade civil como a esfera de interação social compreendida entre a economia e o Estado e que está integrada, sobretudo pela esfera íntima, a esfera de associações (especialmente de caráter voluntário), dos movimentos sociais e formas de comunicação pública (GORCZEVSKI; MARTÍN, 2011, p. 129).

camponesas, dos atingidos por barragens, dos favelados, das novas periferias urbana, entre outros).

Esse conflito reflete tanto as principais classes antagônicas do capitalismo (burguesia-proletário), como uma das categorias fundantes do modo próprio de produção capitalista, a propriedade privada. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) são expressivos movimentos que absorvem as populações dos aglomerados de exclusão.

É importante demarcar que existem diversos e importantes movimentos urbanos de luta por moradia no cenário brasileiro, mas o destaque e o alcance nacional do MTST na contra tendência à política habitacional torna-o referência na análise aqui empreendida, embora seja um movimento recente se comparado à movimentos como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP) que estiveram presentes no I Fórum Nacional de Reforma Urbana (1987), fortalecendo a luta urbana por moradia a partir da década de 1980.

O MTST – movimento ao qual nos propomos analisar – tem sua formação muito próxima ao MST, que firma uma herança de contestação do valor de uso de terras improdutivas, em defesa da democratização da distribuição de terras em favor das necessidades sociais. Apesar de sua relação originária com o MST, o MTST vai ganhando independência ao direcionar seus métodos de atuação e política de organização vinculados diretamente a realidade urbana, incorporando elementos aos quais o movimento rural não tinha se apropriado. Assumem, assim, a moradia e a terra urbana como necessárias na luta para superação das desigualdades sociais vinculadas às imposições do capital.

Goulart (2011) destaca que no final dos anos 1990 a formação política e organização dos trabalhadores “das cidades”, não apenas “nas cidades”, aparecia como preocupação do MST. A partir da Marcha Nacional, em 1997, o MST assentiu que militantes estendessem para as cidades princípios basilares para a construção de movimento similar, a fim de responder a ofensiva neoliberal que intensificava no cenário nacional o desemprego, a precarização do trabalho e a falta de moradia. Emerge posterior a década da instituição da CF/88, e leva, ainda que com novas

configurações, as experiências dos movimentos urbanos das décadas de 1970 e 1980.

O ponto de partida do MTST acontece no estado de São Paulo, na Região de Campinas, que, com auxílio do MST, lançou suas bases de construção autônoma da ocupação “Parque Oziel”. A própria configuração da região apresentava-se propícia para intervenção do MTST, uma vez que na cidade o déficit habitacional era expressivo e o número de ocupações crescentes reunindo cada vez mais famílias (GOULART, 2011).

Nesse primeiro momento, considerando que o MTST valia-se das experiências da forma de organização dos sem-terra, alguns aspectos (próprios do contexto urbano) importou-lhe dificuldades. A complexa realidade urbana, a exemplo do “[...] papel das forças políticas dentro da cidade, como se organizar nesse meio, como se relacionar com os partidos políticos, com o tráfico de drogas e com todas as facções que se organizam no meio do urbano” (BENOIT, 2002, p. 141), constituía-se em dificuldades a serem enfrentadas e que influenciariam a sua atuação nos anos 2000.

[...] a mudança da base social dos movimentos sociais que sofre com a intensa precarização do trabalho, com o crescimento do desemprego estrutural e não tem qualquer experiência em organizações de trabalhadores. Em segundo, a aplicação de políticas sociais regressivas pelos governos neoliberais desde os anos 1990, a piora das condições gerais de vida da classe trabalhadora, que por outro lado, se vê apartada de sua direção histórica, o PT e a CUT, que ao longo dos anos 90, aderiram ao neoliberalismo até completar este ciclo com a vitória eleitoral em 2002, que elege Lula para a Presidência da República (GOULART, 2011, p. 3).

Nos anos seguintes à primeira ocupação, o MTST faz crescer o número de ocupações, alcançando, em 2009, status de nacionalização da luta pela moradia (OLIVEIRA, 2018). Ao enfrentar o empenho midiático e por parte dos governos na sua criminalização, além de ostensiva ação policial, o MTST estrutura-se formulando princípios, traçando objetivos e estratégias organizativas. Definindo-se como [...] “um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos” (MTST, 2015, p. 242), o MTST reconhece que

Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os

mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas (MTST, 2015, p. 242).

Nesse sentido, as contradições do capital e as expressões da questão social atingindo fundamentalmente trabalhadores/as negros/as constituem-se as bandeiras de luta e atuação do MTST. Portanto, as suas reivindicações incorporam a luta popular dos excluídos do modelo de produção baseado na exploração do trabalho do qual resulta a concentração e centralização da riqueza. Não é por acaso que o movimento absorve a parcela da classe trabalhadora que vive a “precarização do trabalho, dificuldades de pagar aluguéis, desemprego, miséria ou pobreza” (OLIVEIRA, 2019, p. 87).

A organização política das demandas da população urbana, apresentada por desse movimento social, evidencia que na relação mercado, capital e sociedade, os interesses do capital sempre se mostram superiores aos direitos sociais, ainda que estes indiscutivelmente estejam garantidas constitucionalmente. Indiscutivelmente isso indica e explica a tendência das classes populares em resolver a problemática da moradia por conta própria, inserindo-se em terrenos irregulares, com pouca ou nenhuma infraestrutura, demonstrando, portanto, que a dignidade da vida urbana, isto é, do direito integro ao acesso à cidade, é negligenciado. Nesse sentido, o MTST afirma-se

[...] [como] um movimento de moradia. Lutamos por moradia, mas entendemos que esta luta é parte de uma luta maior por condições de vida dignas. É aqui que entra nossa proposta de uma Reforma Urbana. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação

pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular tornasse uma luta fundamental contra os interesses do capital (MTST, 2015, p. 242).

A organização interna e os princípios de organização política do MTST leva em consideração os elementos conjunturais que influencia a classe trabalhadora como um todo. Reconhece que “[...] o capital dividiu os trabalhadores devido à diversificação das formas de trabalho: relação assalariada e trabalho por conta própria; formalidade e informalidade; contratos temporários; terceirização; desemprego crônico, etc.” (MTST s/d). Esse cenário que desfaz elementos coletivos de organização acaba por elevar as ações governamentais assistencialistas em detrimento da inserção política da classe trabalhadora urbana.

Nessa perspectiva, o MTST tem se empenhado no desenvolvimento de ações políticas de construção de uma base social consciente e organizada, classificando-se como um “movimento popular, que tem como elemento central a classe trabalhadora, e que expressa sua luta por direitos negados pelo capital e pelo Estado, tais como terra, moradia, serviços básicos, etc. ou por resistência às opressões sofridas enquanto classe” (GOULART, 2011, p. 143).

O empenho na formação e organização política dos trabalhadores precarizados move o MTST nos últimos anos. A formação de uma “identidade coletiva” do movimento tem sido extremamente importante na configuração atual da classe trabalhadora urbana. Ao traçar como objetivos estratégicos “a conquista da moradia, a reforma urbana e a transformação social pela via da construção de uma identidade coletiva” (MTST, 2005, p. 3), o MTST busca construir uma consciência de classe que entende que

A única “saída” a ser considerada é a superação desse estado de coisas, através da formação de militantes qualificados para a ação responsável e da construção de uma identidade coletiva que faça com que o povo explorado perceba que nós somos o time dos oprimidos e que o único time com quem nós devemos brigar e competir é com o time dos opressores (MTST, 2005, p. 3).

Para fortificar a sua base social e romper com “a natureza contraditória e opressora que impede o acesso da maioria da população ao poder e às riquezas sociais” (MTST, 2009 apud OLIVEIRA, 2019, p. 98) a estrutura e dinâmica do MTST,

entende a formação política como fundamental para consolidar a consciência de classe despertada pela experiência de ação coletiva, de modo “que possibilite um direcionamento superador às próprias lutas pela qualificação da base social” (MTST, 2009, p. 8).

Para conduzir tal direção, o MTST mantém e resguarda um “setor de formação”, que determina e estimula linhas de atuação da seguinte forma:

Quanto aos setores, atualmente temos os seguintes: Formação Política – responsável pela formação dos militantes. [...] O povo é nosso combustível, é quem faz o Movimento ir adiante. O papel de organizar os trabalhadores que fazem parte do MTST é dos Coletivos territoriais (coordenação de grupos, núcleos e regionais). Mas, além do combustível, precisamos do motor, a engrenagem que faz a organização do Movimento avançar. Este é o papel dos Coletivos organizativos, que são os setores. Quando os setores funcionam bem, o MTST se organiza melhor. A formação dos militantes, a sustentação financeira da organização, nossas negociações, tudo isso depende de um bom funcionamento dos setores para dar certo. Temos experiências muito diversificadas de ocupações nos estados em que atuamos, que expressam as especificidades de cada região. Mas existem algumas metas que precisam ser comuns a todos nossos acampamentos, como a formação de novos militantes – as ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST (MTST s/d).

O MTST desde suas primeiras movimentações atribui à suas ocupações um lugar de grande importância para formação de seus militantes. A ocupação de terras, assim como ocorre no MST, tem caráter pedagógico e formativo por excelência no MTST, sendo o primeiro momento de aprendizado e formação na própria ação política direta (OLIVEIRA, 2019). Assim, as ocupações de terra urbanas como ação política direta assume, ao mesmo tempo, instrumento de pressão, de denúncia das desigualdades sociais e de construção de um processo de organização autônoma dos trabalhadores. Nesse sentido,

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos [...]

entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência (MTST, 2015, p. 244).

Por constituir-se como empecilho a propriedade privada (fundamental ao capitalismo), as ocupações são comumente tratadas no âmbito da ilegalidade, seja no campo ou em território urbano. A criminalização do MTST como invasores é combatida pelo MTST, que busca superar esse discurso “demonstrando a necessidade de ocupar terras coletivamente, atribuindo a estas, uma função social” (VIEIRA, 2017, p. 16). De acordo com a Constituição Federal, os artigos 5º e 170º determinam que o direito à propriedade privada não é absoluto, a essa propriedade cabe cumprir uma função social. Para o movimento ocupar é simplesmente atribuir à propriedade vazia, abandonada, ilegal, uma função que para o MTST é a moradia popular.

Portanto, as ocupações revelam que a lógica das cidades capitalista não corresponde ao atendimento do direito à moradia, mas em assegurar os lucros de um pequeno grupo que gere o grande capital. Dessa maneira, as ideias de Lefebvre (2001) se confirmam diante das experiências das políticas habitacionais brasileira.

O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias) com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território. O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para o investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 2001, p. 163).

Boulos (2012, p. 46), um dos principais líderes do MTST, esclarece a diferença de invadir e ocupar. Para ele, “invasão foi o que fizeram os portugueses e depois deles os grandes proprietários brasileiros. É grilar e roubar uma terra que é pública e que deveria ter destinação social, em benefício da maioria”. Já quando se refere à ocupação, o referido autor entende como a retomada da terra dos

invasores, para que ela deixe de servir à especulação e ao lucro em favor da moradia digna para a maioria dos trabalhadores.

Um exemplo elucidativo dessa concepção de invasão pode ser evidenciado no levantamento inédito, realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Câmara de Vereadores de São Paulo, dando conta de que grandes empresas invadiram áreas públicas. Segundo o Laboratório de Inovação do Rio de Janeiro, em parceria com a Casa Pública, na ocasião os vereadores de São Paulo estimaram que a prefeitura havia acumulado um prejuízo de R\$ 600 milhões pelo uso irregular de terras públicas por grandes empresas e clubes que pagavam pouco ou nada pelo uso dos terrenos.

A CPI identificou casos escandalosos (e que em alguns persistem até hoje), como o do Clube do Círculo Militar de São Paulo instalado no Ibirapuera, onde o metro quadrado chega a custar R\$ 20.714. Outro exemplo é o clube Esperia, obtido por consecutivas concessões gratuitas de uma área de 71.710,77 m² às margens do Rio Tietê. Outros nomes de grandes empresas apareceram na CPI como Telhanorte, TGI Fridays, Itaú, Bradesco, Shopping Center Norte, além de clubes como São Paulo, Palmeiras, Corinthians, Ipê, Paineiras do Morumbi. Na investigação apenas 10 empresas foram consideradas regulares.

Os exemplos extrapolam o estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, em Parati, a mansão dos Marinhos invade ilegalmente áreas de preservação ambiental. Em Brasília, várias mansões de políticos no Lago Sul estão em áreas públicas. No estado de Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros, por exemplo, destaca-se o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), atualmente operado pela VLI Operações Portuárias, tendo também participação nas operações do porto, a empresa Votorantim Cimentos, que teve ação pública ajuizada no ano de 2016 por conta de irregularidade no licenciamento ambiental. Embora não seja propriamente uma invasão a áreas públicas, o empreendimento.

Assim, quando terrenos não são invadidos ilegalmente e/ou utilizados irregularmente por grandes empresas e construtoras, encontram-se em áreas que estão de maneira ociosas nas mãos de empreiteiras e construtoras em nome da especulação imobiliária. O resultado é rápido e indiscutível, quanto mais terrenos supervalorizados, mais pessoas sem ter como pagar, mais sem-teto; quanto maior

número de imóveis vazios/abandonados, maior quantitativo de pessoas sem o direito básico de moradia, mais sem-teto.

As ocupações tornaram-se a via de pressão mais eficiente contra os governos. Alguns exemplos são bem conhecidos no movimento, como o Condomínio Novo Pinheirinho, localizado em São José dos Campos (SP), que antes era a ocupação Pinheiro, e o condomínio Santo Dias, ambos são resultados de muita luta e pressão das ocupações do MTST em São Paulo.

2.3 Luta por moradia em Sergipe e resposta do Estado à essa expressão da questão social

De início é importante demarcar que em Sergipe, além do MTST, a luta urbana por moradia é protagonizada pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), reconhecido pelas suas ocupações distribuídas no estado, desde 2007, e suas diversas conquistas, a exemplo do Residencial Mangabeiras, onde serão construídas mais de 1.100 residências para as famílias da antiga ocupação (AGÊNCIA ARACAJU DE NOTÍCIAS, 2021); pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), que conquistou o Residencial Vitória da Resistência, após 15 anos de resistência da ocupação organizada, desde 1999 (SANTANA; CARVALHO, 2019); além da atuação desenvolvida pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); da União Nacional de Moradia Popular (UNMP); da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, entre outros movimentos e entidades, cujo propósito é a garantia do direito à moradia. Vale registrar o Movimento de "Ocupação do Centro Administrativo".

Nos anos 1990, duas iniciativas de organização do MTST estiveram em curso. A primeira, como mencionado anteriormente, desenvolveu-se com auxílio do MST, e outra, relacionada à primeira, de deslocamento do MTST de São Paulo para o estado do Rio de Janeiro (GOULART, 2011). Apesar de na literatura encontrar poucas pesquisas sobre a presença do MTST nesse período em outros estados, há, segundo Goulart (2011), documentos do movimento fazendo menção sobre a relação da militância de São Paulo com movimentos análogos em Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

No início dos anos 2000 o MTST amplia o número de ocupações, como também é nesse período que o movimento sofre graves inflexões, com a ostensiva repressão por parte do governo. Exemplos disso está na sequência de despejos, violência e criminalização que sucederam-se nas ocupações Carlos Lamarca, Santo Dias e Rosa Luxemburgo, localizada na região de São Paulo. O movimento já vinha sofrendo duras repressões desde o início, tanto que no ano seguinte à sua implantação, quatro líderes do MTST foram assassinados.

Entre os anos de 2003 e 2005, o movimento passa por um momento de formulação interna, “estabelecendo sínteses programáticas e grupos de atuação, acumulando experiências em mobilização e ocupação de terrenos em São Paulo” (VIEIRA, 2017, p. 18). Nesse processo, o momento culminou na ampliação das ocupações, na intensificação da formação política dos militantes e no fortalecimento da autonomia de sua forma de atuação. Esse período foi necessário e serviu de preparação para a nacionalização do MTST que se deu em 2009.

Ressalta-se que não foram encontradas pesquisas que sistematizem como ocorreu a regionalização do movimento no Nordeste. Esta pesquisa identificou apenas três estudos sobre a presença do MTST na região, a de Vieira (2017), sobre Fortaleza, Rodrigues (2002), sobre a Região Metropolitana de Pernambuco e Modesto (2019) sobre Aracaju.

Em Sergipe, especialmente na capital Aracaju, o Movimento começou a organizar-se no ano de 2017. O trabalho de Modesto (2019) constitui a pesquisa mais completa e que permite observar aspectos fundamentais para compreender a implantação e organização do MTST no estado. A fundação do MTST na capital se deu através de Vinicius Oliveira, que adquiriu experiência por meio de estudo etnográfico em uma ocupação de São Paulo (MODESTO, 2019).

A partir da própria realidade da cidade (demanda crescente por moradia e espaço urbano com segregação socioespacial e econômica) iniciou-se a construção do caráter político-formativo de um grupo de militantes que no planejamento de suas ações corresponderia ao contexto ao qual insere-se o movimento no estado, com acompanhamento periódico do MTST Nacional.

Modesto (2019) destaca que as primeiras mobilizações do movimento na capital pautaram-se no mapeamento dos bairros e zonas mais carentes de Aracaju.

Sucedeu-se com as primeiras reuniões e as primeiras movimentações de pessoas convidadas à ação. Vinicius Oliveira, fundador e uma das lideranças estadual do movimento, em entrevista à Modesto (2019), destaca as dificuldades do MTST no estado:

[...] iniciar com dificuldades estruturais, pois a maioria da coordenação do movimento não tem emprego e renda fixa, o movimento não tem sede, nem transporte e todo o movimento é organizado através da solidariedade e da luta. Além das dificuldades quanto às informações como as de empresas devedoras do Estado, do banco de dados de terras urbanas públicas, dos cartórios fornecerem certidões no prazo correto, entre outros. Ademais, acrescenta que falta um observatório de políticas urbanas na grande Aracaju (MODESTO, 2019, p. 42).

Em novembro de 2017, o recém formado Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Sergipe implantou sua primeira ocupação no bairro Japãozinho, periferia da cidade de Aracaju. Nomeada “Beatriz Nascimento”, a ocupação faz honra à historiadora e militante sergipana, importante referência na luta contra a segregação racial e urbana do estado. Ainda durante a consolidação desta primeira ocupação, o movimento efetuou no dia 4 de maio do mesmo ano a sua segunda ocupação, nomeada “Marielle e Anderson Vivem” em homenagem a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson, assassinados no Rio de Janeiro em 2018.

O terreno ocupado pela ocupação Beatriz Nascimento pertencia ao poder público e inicialmente foi designado para construção de uma escola de ensino médio, mas permanecia desocupado. Reunindo mais de 1.300 famílias, a ocupação luta pela transformação de área ocupada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que conforme definido no Plano Diretor do Desenvolvimento de Aracaju (PDDU), deve ser reservada para moradia popular (MODESTO, 2019).

Figura 1 - Vista área da ocupação Beatriz Nascimento (destaque em azul)



Fonte: Google Maps.

Izadora Brito (advogada e militante do movimento), em declaração ao *site* do MTST, afirma que logo após o assentamento das famílias no local, iniciou-se a negociação com o Governo do Estado. A conquista do MTST Sergipe veio com a posse do terreno no dia 7 de junho de 2018, após 7 meses da ocupação no terreno (MTST, 2018). De acordo com Modesto (2019), o acordo firmado entre o movimento e o poder público determinou que o terreno acomode as novas habitações, mas também a escola de ensino médio para qual inicialmente havia sido destinado, “para que não haja disputa de direitos entre educação e moradia” (ibid., p. 44).

Modesto (2019) destaca que dos 15.000 m² do terreno, apenas 4.000 m² foram doados para construção das moradias, contrariando o que foi acordado inicialmente, em que a maior parte da terra estaria destinada para moradias. Assim, as negociações junto ao governo continuam na Procuradoria de Justiça, na luta de que todo o terreno seja atribuído para construção de moradias.

A ocupação Beatriz Nascimento é a ocupação mais consolidada do movimento no estado. Entretanto, as condições da ocupação são precárias e difíceis. Modesto (2019) traz, através de sua pesquisa, elementos fundamentais para compreensão das dificuldades e facilidades das famílias na ocupação. Esses elementos somados com informações disponíveis do MTST Sergipe permitem dimensionar a atuação do movimento frente o contexto habitacional.

Os barracos estão distribuídos em filas, ladeados por vias de pedestres sem calçamento, e possuem área média de dois a três metros quadrados. O terreno alaga com facilidade, necessitando de auxílio dos moradores na drenagem improvisada que conduzem por meio de valas a água até a rua. Com relação a iluminação, os moradores conseguiram estendê-la por toda ocupação, as gambiarras e postes improvisados atravessam o terreno. Os banheiros e as condições de saneamento básico dependem de um ponto d'água instalado e também necessita de auxílio dos moradores para alcançar melhorias (MODESTO, 2019).

Figura 2 - Ocupação Beatriz Nascimento: Disposição dos barracos



Fonte: Facebook Mídia Ninja.

Figura 3 - Ocupação Beatriz Nascimento: alagamento e lama



Fonte: Instagram do MTST (@mtstsergipe)

Por dispor de poucos metros quadrados os barracos abrigam conjuntamente em um único cômodo a função de estar e de dormir, além de não possuir separações entre adultos e crianças (pais e filhos). Também é possível encontrar a presença de animais (cavalo, galinha, cachorro e gatos) que são criados pelos moradores (MODESTO, 2019).

A maioria (ou a totalidade) das atividades e tarefas são realizados coletivamente, exceto os barracos individuais que são de uso privado. A política colaborativa mantém a funcionalidade dos espaços coletivos, que são: a cozinha, mantida por através de doações (alimentos, móveis e utensílios), que oferece gratuitamente as três refeições ao dia; os banheiros (dispõem de duas bacias sanitárias, uma pia e um chuveiro) divididos em masculino e feminino, tem utilização coletiva, assim como a organização e a limpeza; a lavanderia não dispõe de torneira e água encanada, são caixa d'água localizadas no chão, também é nessa área que os moradores fazem a secagem da roupa (MODESTO, 2019).

Ainda sobre os equipamentos de coletividade, Modesto (2019) aponta o barracão cultural como espaço de convivência cotidiana dos assentados, além de ser o espaço em que realizam-se as atividades coletivas da ocupação (assembleias, vivências e eventos). Apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores e coordenadores, a autora destaca que a ocupação é movida pela política colaborativa

(solidariedade e colaboração) adotada pelo MTST. Com relação a fonte de renda, a ocupação possui um bazar mantido por doações e o dinheiro arrecadado com as peças vendidas é utilizado para melhorias e manutenção da ocupação.

Como há outras movimentações do MTST para formações e fixação de outras ocupações na cidade, os coordenadores gerais se revezam entre eles e são responsáveis, juntamente com os coordenadores de cada grupo na ocupação, de gerenciar a manutenção e organização do assentamento, estando a frente de diversas tarefas, como marcar e conduzir as assembleias com os moradores e reunião de coordenadores, passar informações dos atos do movimento que ocorrerão, gerenciar o estoque de alimentos, recepcionar pessoas de fora que desejam visitar a ocupação, entre outras atividades (MODESTO, 2019).

O fundador do MTST Sergipe, Vinícius Oliveira, explica que inicialmente o movimento apresentou a proposta da construção de um condomínio pelo programa Minha Casa Minha Vida, pela modalidade Entidades, com apoio do governo estadual e com entrada do governo federal. Entretanto, a devolutiva do governo do estado foi negativa, afirmando que não há dinheiro para isso e apontando como proposta para o MTST uma parceria com a prefeitura. Porém, não houve encaminhamentos para firmar essa documentação (MODESTO, 2019).

Esses acordos vêm sendo cada vez mais difíceis diante da posição do atual governo presidencial, que não apresenta uma sólida política de habitação popular. Dos muitos pontos que refletem as inflexões do governo de Jair Bolsonaro (eleito em 2019), registra-se uma posição conservadora. Aliás, aprofundando a postura já iniciadas no governo de Michel Temer (2016-2018). Duas das posições assumidas incidem diretamente na questão habitacional e na relação com os movimentos que lutam por moradia popular. A primeiro, a descontinuidade na implementação das políticas urbanas e cortes financeiros em curso. O segundo, fechamento dos espaços de participação e controle social, no qual se destaca o fim do Conselho das Cidades.

Não há dúvida de que esta direção assumida incide diretamente nas negociações do MTST junto ao governo, uma vez que tem que lidar com o “agravamento da perseguição e riscos de criminalização aos movimentos sociais, ameaçando a liberdade de organização e manifestação social dos cidadãos, em

especial das classes populares” (SANTOS JUNIOR; DINIZ; SAULE JUNIOR, 2020, p. 6).

A segunda ocupação realizada pelo movimento na capital do estado (Aracaju) ocorreu no dia 5 de maio de 2018, no bairro Coroa do Meio, zona sul de Aracaju. Diferente da Beatriz Nascimento, a ocupação Marielle Franco e Anderson Vivem está localizada em posição privilegiada, estando próximo ao Shopping Center e a Orla de Aracaju, além das principais vias do bairro. A área ocupada é fruto de especulação imobiliária pela elite da cidade, desde a década de 1980, a referida ocupação sofre, dias após a instalação da ocupação, mandado de reintegração de posse e armado uma forte repressão contra os militantes do movimento, através de ação da Guarda Civil Metropolitana de Aracaju (GCM). O cerco formado dificulta a entrada de pessoas, alimentos e materiais para construção dos barracos.

Figura 4 - Ocupação Marielle Franco e Anderson Vivem: bairro Coroa do Meio



Fonte: G1 (2018).

Episódios de repressão violenta marcaram a existência da ocupação, quando agentes da GMA efetuaram disparo contra uma jovem gestante integrante do MTST. No dia seguinte, um apoiador do movimento foi preso pela Polícia Militar que no momento cumpria ação de reintegração de posse do terreno concedida pelo Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Trata-se, portanto, de uma sequência de atos de repressão e criminalização do MTST. Assim, depois de dias resistindo à ação ostensiva da força policial, com decisões desfavoráveis do Poder Judiciário e da criminalização por parte/falta de negociação com o poder municipal, os ocupantes

da Marielle e Anderson Vivem viram-se forçados a sair do terreno. A solução dada pela prefeitura foi um galpão localizado na região central da cidade, para onde os integrantes foram deslocados.

Figura 5 - Galpão em que as famílias da Ocupação Marielle e Anderson Vivem foram encaminhadas



Fonte: Extraído de Modesto (2019).

Aproximadamente 727 famílias, entre crianças, idosos e adultos e em média de quatro pessoas por família ocupavam o referido terreno. No processo de desocupação, as famílias foram remanejadas para um galpão custeado pela prefeitura de Aracaju. As condições encontradas no galpão eram inadequadas e insalubres. O ambiente improvisado acomodou várias funções em um mesmo cômodo, excetuando a cozinha. Não houve ação efetiva, por parte da prefeitura, para alterar essa situação, tanto que as famílias permaneceram no local por meses (MODESTO, 2019).

Por toda essa condição, no dia 12 de dezembro de 2018, cerca das 300 famílias da ocupação Marielle e Anderson Vivem montaram seus barracos no terreno do governo estadual que se encontrava abandonado, no bairro Mosqueiro, Zona de Expansão de Aracaju. De acordo com o líder Vinicius de Oliveira, o terreno ocupado estava há mais de 14 anos sem uso e a sua localização beneficiaria não apenas os trabalhadores sem teto com moradia, mas com a proximidade dos seus locais de trabalho, tendo em vista que a maior parte dos ocupantes eram trabalhadores da praia, marisqueiros ou pescadores que vivem aos redores dessa

região, ou ainda que vivem de trabalho informal de vendas na praia, além dos desempregados. Ademais, além ser uma localidade que evitaria dificuldades com linhas de ônibus, com ausência de escolas, postos de saúde e outros elementos que fazem parte do direito à cidade (MODESTO, 2019).

Figura 6 - Marielle e Anderson Vivem: novo terreno ocupado



Fonte: Facebook MTST Sergipe.

É importante destacar que o processo de negociação com a Prefeitura de Aracaju no sentido de criação de um grupo de trabalho composto pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) e o MTST para reinstalar as famílias em outro terreno de propriedade da Prefeitura não teve êxito, uma vez que esta se negou a atender as reivindicações dos Sem-Teto. Todo esse contexto impulsionou para a decisão de saída das famílias do galpão para reorganização da luta do MTST em Aracaju. Essa reorganização resultou na ocupação do já mencionado terreno.

Como evidenciado pela pesquisa de Modesto (2019), as duas ocupações, Beatriz Nascimento e Marielle e Anderson Vivem, seguiram o mesmo *modus operandi* e ocuparam terrenos de posse do poder público, entretanto apenas uma teve reintegração de posse e de maneira muito rápida. Podemos perceber que há uma diferença fundamental entre ambas: sua localidade. Enquanto a primeira ocupa terreno em um bairro sem infraestrutura, a outra encontra-se em um bairro em que o metro quadrado é mais valorizado, o que causa mais empenho, por parte do capital imobiliário, na retirada dos assentados, na perspectiva de evitar a desvalorização do bairro. Não há o que estranhar, essa já é uma tendência conhecida nas cidades brasileiras, que dentro da sua dinâmica tem empurrado a população mais pobres para localidades vazias de infraestrutura e de serviços públicos. Aliás, situação que

pode ser verificada na própria condução da política habitacional, afastando as faixas mais baixas de renda para conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, por meio do seu principal programa: o Minha Casa Minha Vida.

2.4 Luta pela moradia em Sergipe: uma luta protagonizada por trabalhadores/as negros/as

Se o panorama acima permitiu visualizar a estrutura, a luta e os percalços sobre os quais se desenvolvem a organização espacial e política do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto no estado de Sergipe, faz-se necessário tratar, mesmo que minimamente, o perfil da base social que compõe esse movimento no estado, identificando, no conjunto da classe trabalhadora, os segmentos que lutam pela moradia através das ocupações.

Não há pesquisas que abarcam o perfil socioeconômico dos trabalhadores que compõem o MTST em Sergipe, do mesmo modo não encontram-se dados das famílias assentadas disponíveis por parte do movimento que permitam mapear e/ou traçar esse perfil. Mas há, como vemos nas pesquisas sobre déficit habitacional, um perfil daqueles que tendem a se unir aos movimentos por moradia. Tentaremos, portanto, formar a partir deste perfil, um quadro que nos forneça elementos sobre os participantes do MTST em Sergipe a partir da demanda por moradia na capital.

O trabalho de Goulart (2011) que apresenta o perfil do acampamento Carlos Lamarca, em Osasco, demonstra que há elementos convergentes com a dinâmica de bairros periféricos e pobres das grandes cidades: a presença do migrante, a renda intermitente e muito baixa, a presença de famílias com filhos em maior número, a figura da mulher como chefe de domicílio com filhos, a escolaridade como um fator diminuto na obtenção de renda.

Na Região Metropolitana de Aracaju essa demanda por moradia não é diferente, é similar. Segundo a Fundação João Pinheiro (2021), em 2019, 72,8% do déficit habitacional da RMA têm mulheres como chefe de família, além de 74,9% do ônus excessivo com aluguel também ter mulheres como responsáveis. Analisando a participação de cada faixa de renda na composição do déficit habitacional verifica-se

que a tendência nacional é uma concentração de renda domiciliar de até um salário mínimo (41,5%) em 2019.

Outro elemento que permite compreender a demanda por moradia em Aracaju e, conseqüentemente, pode impulsionar trabalhadores/as para unir-se ao movimento de luta por moradia, é a infraestrutura, ou falta dela nos bairros e entornos dos domicílios e, obviamente, o perfil de quem mais sofre com a segregação demográfica e socioeconômica.

Nesse sentido, é importante observar que Aracaju se expandiu formando uma divisão territorial de desigual distribuição demográfica e socioeconômica, constituindo-se em uma cidade que apresenta paisagens fundamentalmente opostas. A Zona Norte concentra áreas menos favorecidas financeiramente e que o setor público reserva menor investimento, em oposição a Zona Sul que abrange os bairros mais ricos da cidade, dispendo de shoppings centers e, conseqüentemente, mais condomínios fechados, prédios e serviços. A Zona Oeste que abriga largas avenidas e o centro administrativa e, ainda, há também a Zona de Expansão que congrega as regiões próximas à praia, com construções luxuosas, e no seu extremo bairros de extrema pobreza (MODESTO, 2019).

Esse zoneamento é marcadamente desigual. De acordo com o Observatório Social de Aracaju (2019), o Mapa de Pobreza e Desigualdade Social do município apresenta uma concentração de domicílios em situação de pobreza em áreas que estão localizadas no extremo Norte e Sul, em regiões cuja ocupação tem ocorrido de forma desordenada nesses últimos anos, com agravantes de serem áreas sensíveis do ponto de vista ambiental. A identificação dessa situação toma por base a análise do indicador de rendimento médio mensal das pessoas de 10 ou mais anos de idade. Os bairros Grageru, Jardins, Salgado Filho e 13 de julho são localidades em que destacam-se os moradores com maiores salários. Na porção Norte da cidade destacam-se as localidades com os mais baixos rendimentos (Japãozinho, Santa Maria, Porto Dantas, Lamarão). A desigualdade de rendimentos é perceptível quando observamos que enquanto no bairro Jardins o valor do rendimento médio dos moradores era de R\$ 6.925,13, o Japãozinho tinha uma média de R\$ 515,07.

A partir da Mapografia Social do Município de Aracaju, realizada pelo referido observatório, também é possível notar a correlação entre rendimento médio e o

perfil étnico-racial da população. Na região central da cidade, cujo nível de rendimentos per capita dos domicílios são mais elevados, o índice de população branca é mais representativa. Já nos territórios mais periféricos da capital (principalmente no extremo Norte e extremo Sul) a taxa de pessoas que autodeclararam-se de cor preta e parda são majoritários e, conforme dito anteriormente nas análises sobre rendimento médio, esses espaços caracterizam-se por baixos níveis de renda. Assim, os bairros com maior concentração de pessoas de cor preta/parda estão localizados na periferia da cidade: Santa Maria, Porto Dantas, Palestina, Japãozinho, Cidade Nova, Industrial, Lamarão, Jardim Centenário, Olaria, Capucho e América.

Nos bairros que concentram os piores rendimentos nominais e que formam a periferia da cidade (em que habitam a maioria da população preta/parda), também são os que apresentam as piores taxas de alfabetização. Essa disparidade é visível quando observamos essa taxa por bairros, quando o Santa Maria (84,5%), Porto Dantas (84,6%), Japãozinho (85,2%), Capucho (85,6%), Olaria (87,1%), estão as mais baixas. Em contrapartida, Grageru, Jardins, Salgado Filho, São José e 13 de julho apresentam taxa de alfabetização maior que a taxa municipal, que marca 93,7%.

A tipologia e os perfis dos domicílios aracajuanos também permitem compreender a desigualdade socioespacial. O último Censo Demográfico (de 2010) identificou 169.493 domicílios em Aracaju, com médio de 3,6 pessoas por domicílios, a maior concentração está na porção Sul, com destaque para a região da Farolândia, Santa Maria e Zona de Expansão. No mesmo censo verificou-se que os domicílios de baixa renda (com rendimento nominal mensal entre $\frac{1}{4}$ de salário mínimo até um salário mínimo) são 43% de todos os domicílios, em que bairros como Santa Maria, São Conrado, 17 de março, Cidade Nova e a Zona de Expansão estão em evidência.

Com relação aos domicílios com esgotamento sanitário irregular, os bairros com os maiores índices são o Santa Maria, Zona de Expansão e a Farolândia. No que se refere aos bairros que têm concentração de domicílios com coleta irregular de lixo, também se destaca o bairro Santa Maria e a Zona de Expansão.

Ademais, verifica-se que os trabalhadores que compõe o MTST são os que se encontram em condições sociais mais precarizadas, desempregados/as e trabalhadores/as que estão há mais tempo fora do mercado de trabalho e/ou com renda insuficiente para pagar aluguel.

Os dados apresentados acima (considerando as desigualdades demográficas e socioeconômicas), embora apresentem limites para um perfil dos que lutam por moradia nos acampamentos do MTST, não resta dúvida de que eles são extremamente relevantes para pensar a realidade que caracteriza o contingente que, no cotidiano da luta por moradia, compõe os acampados do MTST em Sergipe, obviamente que uma realidade aproximada.

Nessa perspectiva de aproximação, consideramos ser estas as características que formam a demanda por moradia na capital e, conseqüentemente, as famílias que vivenciam essa condições tendem a se encaminharem para as ocupações do MTST. Outros traços assumidos por essa parcela da classe trabalhadora são relevantes destacar como perfil dos/as acampados/as: a maioria mulheres como responsáveis pelo núcleo familiar, com um rendimento mensal baixo, pessoas empurradas para áreas sem infraestruturas, e essencialmente negros. Portanto, é um perfil correspondente com a maioria das ocupações do MTST.

Quando se analisa esses dados na relação com os indicadores sociais, apresentados pela PNAD/IBGE, e as desigualdades raciais apontadas pelas pesquisas do IPEA, a condição diferenciada da parcela da classe trabalhadora negra nos leva a crer que a luta por moradia no estado de Sergipe é a luta tocada, fundamentalmente, pelos/as trabalhadores/as negros.

CAPÍTULO III - POLÍTICA HABITACIONAL COMO RESPOSTA DO ESTADO À LUTA POR MORADIA EM SERGIPE

3.1 Política Habitacional em Sergipe: no compasso da lógica do capital e da segregação sócio-racial

A problemática habitacional, intensificada com a industrialização e a urbanização do país a partir da década de 1930, coloca a temática da habitação social e da questão urbana, no geral, no rol das políticas sociais (MOTTA, 2011). A partir desse período as respostas do Estado foram configurando-se, acrescentando a questão habitacional na agenda governamental. Em 1946 foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), constituindo-se como a primeira agência de abrangência nacional com o caráter exclusivo de construção de casas populares para a população de baixa renda.

Atuando “na provisão de serviços de infraestrutura e saneamento básico, bem como [no] estimul[o] [de] atividades recorrentes e complementares, capazes de imprimir maior dinamismo a sua atividade-fim” (AZEVEDO, 1988, p. 108), a referida fundação servia aos interesses políticos, uma vez que buscava apoio popular, obtendo a oportunidade em tirar o maior número de dividendos políticos da classe assalariada urbana (AZEVEDO, 1988).

Nas décadas seguintes, tanto foi intensificando o crescimento da demanda por moradia, como o setor habitacional foi cada vez mais absorvido e requisitado pelo capital [imobiliário], como vetor estratégico de redução da queda dos lucros e superação dos ciclos de crise. Sobre essa condição, Ribeiro (1999) pontua que com o propósito de solucionar o problema de habitação (resultado do crescimento das cidades) e reestruturar a economia diante de uma crise financeira e política, o Estado traçou e instituiu uma política habitacional para a produção de moradia em parceria com o mercado imobiliário, visando facilitar/assegurar a reprodução do capital. O cenário formado posteriormente representava

As grandes mudanças estruturais, econômicas, políticas e populacionais implicaram numa nova ordem sócioespacial e em novas funções urbanas assumidas pelo Estado, que passou a interagir com os segmentos capitalistas – industrial e imobiliário – no

sentido de atender as reivindicações populares, ora como mediador, ora como propulsor do processo de reestruturação espacial que estava acontecendo nas grandes e médias cidades através das várias dinâmicas de ocupação dos espaços (CAMPOS, 2005, p. 203).

Nesses moldes, surge, na década de 1960, um modelo de política de habitação caracterizada pela penetração do capital financeiro no setor de moradia. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, levaram à cabo essa política, objetivando estimular a construção de moradias populares em parceria com o mercado imobiliário. De acordo com Oliveira (2015, p. 7), o SFH “tinha como finalidade a captação de recursos para área habitacional, bem como financiar a aquisição e a construção da casa própria”, enquanto o BNH tinha “a função de fiscalizar, regulamentar e prestar assistência aos demais agentes que faziam parte do sistema”.

Dentro desses parâmetros, essa política se estendeu nacionalmente centrada nas capitais dos estados. Ela se volta a atender principalmente as regiões metropolitanas que apresentavam ritmo de crescimento populacional acelerado. Aliás, processo visível em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Salvador, Recife, Fortaleza e Aracaju (SANTOS, 2017).

Em Sergipe, esse modelo de política foi executado pela Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB/SE), que marca historicamente a inserção do Estado como agente modelador da formação socioespacial no território sergipano. Fundada por meio da Resolução nº 24/1965 do antigo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE), a COHAB foi o órgão responsável pela implantação dos projetos de infraestrutura e construção de unidade habitacionais e executor estadual das diretrizes da Política Nacional de Habitação, no período de 1960 a 2000.

A atuação da COHAB, em Sergipe, iniciou-se efetivamente em 1968, como resultado da política criada pelo Governo Federal, correspondendo a necessidade de criação de órgão em escala estadual pela captação, construção e entrega de unidades habitacionais em todo estado, através do SFH e do BNH. O modelo de política desenvolvido direcionava a sua ação para as classes com rendimento mais

alto, como destaca Campos (2005), para os bancos privados que ao negociarem diretamente com os incorporadores, somente repassando aos mutuários finais as construções finalizadas, por meio de financiamentos à longo prazo. Já a classe de baixa renda (com rendimentos mensais de 01 a 05 salários mínimos) o processo de desenvolvimento ficava a cargo da COHAB, desde a construção até a entrega da habitação para as famílias selecionadas. E os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) eram responsáveis pela construção de casas e/ou apartamentos por meios de empreiteiras para faixas de 05 a 10 salários mensais (CAMPOS, 2005).

De antemão, essa divisão na condução da política habitacional, seguindo esse modelo, direcionava a configuração das cidades de forma desigual, à medida que deixava de fora as famílias que não possuíam renda mínima ou comprovação de rendimentos. Os empreendimentos ligados à COHAB-SE, considerando o local de implantação das unidades habitacionais e a prioridade de atendimento por faixa de rendimento, dão conta de ratificar a condição do Estado como agente influenciador de territórios segregados em Sergipe.

Um dos aspectos que contribuiu para a intensificação e concentração da produção habitacional na capital (Aracaju), corresponde à política nacional de desenvolvimento adotada no estado já na década de 1960 transferindo a sede da Petrobras para Aracaju, a criação da Universidade Federal de Sergipe e da condução da política pública nacional de habitação (SANTOS, 2018). Esses acontecimentos impulsionaram a dinamização econômica e o crescimento populacional em Aracaju influenciando o processo migratório que, associados à saturação no mercado de trabalho da região Sudeste e os novos empreendimentos, passa a determinar um fluxo maior de migração interna entre o interior e a capital sergipana.

As primeiras intervenções da COHAB no estado de Sergipe, mantendo como foco a capital, como destaca Santos (2018), concentrou a produção dos conjuntos habitacionais na região central e adjacências de Aracaju. Essa afirmação é reiterada por Rodrigues (2005) ao apontar que, 36,55% do total das unidades habitacionais no estado foi construído em Aracaju, entre a década de 1970 e 1980.

Tal concentração intensificou a valorização de áreas já notadamente privilegiadas, permitindo que o capital, ao se apropriar dos espaços, fosse responsável por dimensionar o crescimento e a configuração da cidade. Esse processo favoreceu a especulação imobiliária, ao consentir que o capital imobiliário privado comprasse espaços de reservas e expansão da cidade, a exemplo das áreas onde estão localizados os bairros São José, 13 de Julho e Salgado Filho. Isso garantiu que o metro quadrado dessas localidades correspondesse ao lucro esperado pelo capital, criando vazios urbanos supervalorizados e empurrando a população de baixa renda para as margens empobrecidas da cidade.

Um marco dessa condição que consolida a partilha do espaço urbano entre sul nobre e oeste pobre, como destaca Santos (2018), está na construção, pela COHAB-SE, do Conjunto Jardim Esperança, em 1974, impulsionando a construção do Conjunto Inácio Barbosa pela INOCOOP/BASE. A ocupação desse conjunto foi marcada pela concentração da classe média em ascensão, a exemplo de funcionários públicos federais e do setor de serviços especializados. Assim, a ocupação espacial assume uma configuração pautada na renda e esta, por sua vez, é determinação fundamental, ou seja, a classe serve de “referência como limite estrutural elitizado da zona sul da cidade” (SANTOS, 2018, p. 3). Nas décadas seguintes esse cenário foi confirmando-se.

A confirmação da atuação da COHAB, em Sergipe, marcando definitivamente a produção do espaço urbano, em paisagens fundamentalmente opostas, pode ser percebida por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas do extremo sul da capital em divergência à construção das unidades habitacionais destinadas a população de baixa renda, a partir da década de 1980, que localizam-se mais distantes da estrutura dos centros urbanos.

A construção do Conjunto Santa Tereza em 1980 que resultou na formação do Bairro Aeroporto, a produção de 4.510 unidades habitacionais do Conjunto Augusto Franco em 1982 e a formação do Conjunto Jornalista Orlando Dantas, com 13.419 unidades, firma a ocupação do sul de Aracaju. Soma-se a esse cenário, a construção, nesse mesmo período, de 3.904 unidades habitacionais, divididas entre 11 conjuntos residenciais, pela INOCOOP/BASE. As construções da INOCOOP, destinadas à classe de maior renda, consideram dois fatores primordiais: foram

executas em locais privilegiados ou em áreas da Zona Sul, e são direcionadas (por determinação prévia do capital) para a classe média e alta (SANTOS, 2018).

Enquanto havia um empenho para consolidação da ocupação do sul da cidade e de áreas privilegiadas, a COHAB-SE também estava na produção de habitações populares a partir da partilha do espaço urbano determinado pelo setor imobiliário. As unidades reservadas à população de baixa renda foram distribuídas ao longo de todo território aracajuano que, em conjunto com as construções da INOCOOP/BASE – em proximidade de locais já dotados de infraestrutura provida pelo governo –, corroboram para a formação da “gigantesca e emaranhada cartografia habitacional do município de Aracaju nos últimos anos” (CAMPOS, 2005, p. 217).

Observar o direcionamento da COHAB na capital aracajuana, desde sua fundação, atentando-se para seu empenho na divisão do solo urbano, partilhando-o com o setor imobiliário, é confirmar o Estado como agente produtor e modelador do espaço urbano, sendo subserviente ao modelo de acumulação capitalista, quando assume

execução de grandes obras públicas, de implementação de infraestruturas e equipamentos coletivos de consumo, bem como agente regulador do uso e da apropriação do espaço por meio de legislação urbana específica e controle dos financiamentos habitacionais através dos bancos estatais, de acordo com as políticas públicas de crédito de cada momento (CAMPOS; SANTOS, 2019, p. 3)

Nesse sentido, a dinâmica do espaço urbano de São Cristóvão está muito mais ligada à expansão habitacional e populacional da capital aracajuana do que aos processos de extensão de melhorias em infraestrutura ligados à sede são cristovense. Essa configuração intensifica-se e se faz notar a partir da década de 1980, quando a produção de conjuntos habitacionais em novos espaços urbanos, no município de São Cristóvão, leva à formação do Grande Rosa Elze (GRE), marcada, assim, a execução de uma política habitacional determinada pela especulação do mercado imobiliário e assegurada pelas políticas municipais.

As intervenções do poder público, por meio de leis e normas que redimensionam o espaço urbano e rural, como a Constituição Estadual de Sergipe (1989) – que modifica o limite de São Cristóvão com Aracaju –, e a Lei

Complementar nº 25/1995 – que determina a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) –, são movidas, segundo Vasconcelos e Souza (2016), pela necessidade de arrecadações de recursos federais, pela Prefeitura. Trata-se, portanto, de promover a produção local de forma racional e sustentável, de modo que favoreça a implementação de uma política voltada essencialmente às questões econômicas. (VASCONCELOS; SOUZA 2016),

A dinâmica urbana da região do Grande Rosa Elze, composto por onze comunidades, é a expressão direta da atuação da COHAB no município de São Cristóvão. Em nome de uma política habitacional que direciona a produção das unidades habitacionais para segregar novos espaços e manter o movimento de especulação imobiliária, a COHAB segue o compasso das requisições do capital, produzindo e/ou reproduzindo a segregação socioespacial do espaço urbano, essencialmente na Região Metropolitana de Aracaju, mas não exclusivamente. Não é ao acaso, a configuração desse espaço e a exclusão da população de baixa renda a partir do seu modelo segregacionista.

Assim, na região há destaque para os bairros Jardim Rosa Elze e Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, que configuram-se como núcleos habitacionais de maior destaque, por terem sido integrados à políticas públicas de ordenação do uso e ocupação do solo, desencadeada pela inserção da UFS e pela atuação da COHAB que adquiriu áreas nas proximidades (MENEZES, 2011). Essas transformações urbanas produziam um novo dinamismo em São Cristóvão, centrado na região do Grande Rosa Elze, devido a crescente ocupação do Rosa Elze que, de acordo com Souza (2005), correspondeu ao latente processo de metropolização da época. Portanto, tal processo permitiu a valorização do solo local, através de conjuntos habitacionais dotados de infraestrutura estadual, mas equivale essencialmente a estratégia de valorização de áreas na capital, estendendo sua periferia pela construção de loteamentos e conjuntos habitacionais em terras são cristovenses (idem).

Souza (2005) destaca que apesar do forçoso processo de urbanização levado a região do Grande Rosa Elze, no qual alcançou-se melhorias na condição de acesso e transporte, além da intensificação da ocupação dos loteamentos e a proliferação de novos empreendimentos, a atual estrutura urbana denota as

precárias condições econômicas do município e do estado. Ou seja, os incrementos aos serviços básicos, como água e energia elétrica, não proporcionaram o aumento de outros serviços essenciais, fazendo que o fluxo de procura por esses serviços ainda seja Aracaju.

A Região do Grande Rosa Elze, no foco da política de habitação, permitindo a abertura de novos loteamentos e conjuntos habitacionais, libera também o crescente deslocamento de pessoas do campo para cidade, além de absorção da população sobrando da capital. Com o aumento populacional aumentou-se, conseqüentemente, a demanda habitacional e de infraestrutura urbana. Nesse sentido, Souza (2005) destaca que as áreas urbanizadas da região marcaram a contínua e intensificada insuficiência de serviços de infraestrutura urbana, a desoportunidade de emprego, a desigualdade sócio-racial entre distintas classes, além do rotativismo dos domiciliados dos conjuntos habitacionais. Sobre essa condição, Pizzol (2006, p. 1) observa que as “multidões de migrantes demandando habitações, infraestrutura, serviços e empregos e, conseqüentemente, estas demandas recaíram sobre o poder local, que, na maioria das vezes, não pode atender a todos no tempo necessário”.

Movimento similar e de igual intencionalidade – comportando suas particularidades –, ocorreu no município de Nossa Senhora do Socorro, quando do processo de formação do Complexo Habitacional Taiçoca. No bojo das ações desenvolvimentista da política nacional de habitação e na direção do Plano de Industrialização local acontece a instalação desse Complexo Habitacional planejado e executado pela parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE) e a COHAB.

A nova configuração do espaço urbano do município, assim como em São Cristóvão, acontece em áreas isoladas e distantes da sede municipal, marcada pelo favorecimento desse Núcleo Habitacional por meio da construção de unidades habitacionais, pelo Governo Federal, através da ampliação do perímetro urbano e da atuação da COHAB. O Complexo Taiçoca, em proximidade a Aracaju e as vias de acesso à capital, com projeção de construção de 20 mil unidades habitacionais que comportaria 125 mil habitantes, e a implantação do Distrito Industrial no seu entorno, na busca pela dinamização da economia, desencadearam o progressivo processo de migração até Nossa Senhora do Socorro (RODRIGUES, 2017).

Como a atuação da COHAB, em Aracaju, não logrou a redução do déficit habitacional para a classe trabalhadora de menor renda e as condições da capital não comportavam as demandas socioeconômicas de quem buscava melhores condições de vida, emprego e moradia, Nossa Senhora do Socorro passou a absorver o contingente sobranter e empobrecido da sede aracajuana. A realidade que se formava a partir da construção dos conjuntos habitacionais da Taiçoca refletia o descompasso entre o planejado para região e a realidade executada.

A demanda local deveria ser atendida na própria região por meio da atividade industrial e de serviços instaladas, porém a crise econômica da década de 1980 de dimensão nacional dificultou a instalação plena do Distrito Industrial, o que favoreceu o movimento de dependência/ligação entre a capital e o município, uma vez que mesmo com domiciliado em Nossa Senhora do Socorro, a sua população buscava trabalho em Aracaju. Assim, configurou-se o município como cidade dormitório com movimentos pendulares, em que seu contingente populacional realiza deslocamentos diários rumo à Aracaju (SOUZA, 2016).

Os processos ocorridos nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão correspondem a proposta de metropolização da época que, segundo Lima (2006), avançava a produção habitacional para áreas circunvizinhas como estratégia para valorização do solo da capital. Portanto, esses municípios estavam determinados em diminuir o déficit habitacional de Aracaju, não com a integração dos municípios em melhorias urbanas.

Algumas mudanças ocorrem a partir da década de 1990, que redimensionam a centralidade da atuação da política habitacional na Região Metropolitana da Sergipe. A começar pela transformação da COHAB em Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP)⁵ em 1995, direcionando-se agora a dois

⁵ Criada em 1966, no governo de Sebastião Celso de Carvalho, quando o Estado começava a preocupar-se com o crescente déficit habitacional, surgia a Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB). A missão do novo órgão era promover acesso moradia à população de baixa renda. Caberia à COHAB administrar no estado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), sustentado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A partir dessa integração foram contraídos empréstimos para a construção de conjuntos habitacionais. A COHAB foi formada como uma empresa de economia mista, com recursos do governo e da iniciativa privada. Coube ao primeiro presidente da empresa, Monsenhor José Curvelo Soares, a missão de construir e comercializar habitações populares, especialmente para as famílias com renda de até 03 salários mínimos. Para ampliar o espectro de suas ações, atendendo faixas acima da prevista, mudou-se sua razão social. Em abril de 1999, ocorreu a grande transformação na missão da empresa. Em decorrência de

ramos, de habitação e obras públicas. Apesar da aparente ampliação de sua atuação, essa mudança recaiu de forma negativa/negativamente sobre o campo habitacional, perceptível na redução do número de construção das unidades habitacional nesse período se comparado com o executado anteriormente. É importante sinalizar que estas mudanças estão relacionadas diretamente ao alinhamento do Brasil à programática neoliberal.

Com o repasse das atribuições do BNH para Caixa Econômica Federal há um reordenamento da política habitacional, quando organismos financeiros internacionais atraídos pela possibilidade de reaquecer e impulsionar as condições de acumulação do capital, passam a ofertar aos Estados e demais agentes, empréstimos e orientações para investimentos na área de saneamento e construção de habitação popular e de investimentos em infraestrutura urbana e novos produtos imobiliários (CAMPOS; SANTOS, 2019). As mudanças não romperam com os aspectos negativos já vivenciados na área habitacional pois

por um lado, ampliam-se as condições de autonomia e de iniciativa locais (estados e municípios) na definição de agendas e implementação de políticas. Por outro, os mecanismos de financiamento revelaram um caráter fortemente regressivo e propício a manipulações políticas (CARDOSO, 1999, p. 5).

Nesse contexto de contrarreformas, apesar da CEHOP estar responsável pelo gerenciamento de programas federais de investimentos – como o Morar Melhor, Habitar Brasil, Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos (URIAP) e o Casa Nova, Vida Nova –, e intensificar as ações governamentais de investimentos em infraestrutura social e urbana em Sergipe, notadamente, essas iniciativas estiveram centradas em Aracaju, sendo o único município do estado que municipalizou a política habitacional, através do programa Moradia Cidadã.

A intensificação de programas na linha de erradicação de moradias subnormais e a liberação dos recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conduz à reestruturação dos bairros periféricos de Aracaju. Estas ações se localizaram na zona sul e oeste do município, com a construção de

reforma administrativa, a empresa assumiu as atividades do Departamento de Edificações Públicas (DEP), ganhando assim, uma nova denominação, Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, integrando a Secretaria de Estado de Obras Públicas, hoje Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano (SEINFRA) (SANTOS, 2017, p. 154).

2.525 unidades habitacionais, das quais 2.223 foram construídas pela CEHOP com recursos do Programa Nacional Habitar Brasil/BID⁶ e 302 em regime de autoconstrução, subsidiada com recursos do próprio Estado (CAMPOS, 2017). No bojo dessas ações foram construídas unidades, através da ação da CEHOP, que formou o Conjunto Padre Pedro, denominada de Terra Dura, localizado numa área de risco ambiental, distante da malha urbanizada e sem acesso a serviços básicos de infraestrutura, região posteriormente denominada de Bairro Santa Maria (Lei nº 2.979/2001).

O caso do Bairro Santa Maria é importante para evidenciar como as melhorias de infraestrutura e serviços implantadas não foram suficientes para alterar a segregação socioespacial do território, do mesmo modo que a construção das unidades habitacionais não solucionou a problemática dos aglomerados subnormais. As ações que representavam a estratégia de remoção das favelas e contenção da proliferação dos assentamentos irregulares, acabaram por transferir a população de baixa renda – agora sob a supervisão do poder público –, para áreas que não ofereciam infraestrutura adequada, e com reduzida oferta de serviços, não comportando equipamentos e saúde, lazer, segurança e transporte, além do deficitário sistema de saneamento básico e abastecimento de água e energia elétrica.

Os movimentos sociais na capital, levando as insatisfações populares, exercem pressão sob o poder público na busca por condições de vida melhor, expressando a “ineficiente” condução da política de desenvolvimento urbano (Lei nº 10257 de 2001). Essa pressão culminou em algumas melhorias e importantes intervenções urbanas como a delimitação do bairro Japãozinho em 2006, localizado na zona norte da cidade, a construção do conjunto Residencial Vitória da Resistência, inaugurado em 2014, no Bairro Lamarão, com o objetivo de substituir a ocupação da antiga Salina São Marco, e a execução dos projetos de reassentamentos e transferência de famílias das áreas de risco ambiental, como:

⁶ O Programa Habitar Brasil BID- PHBB, implantado a partir de 1999, criado por meio do empréstimo junto ao banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos provenientes do orçamento Geral da União (OGU), da contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os do BID. Objetivou intervenções em assentamentos subnormais de regiões metropolitanas e capitais por meio de subprogramas: desenvolvimento institucional de Municípios e urbanização de Assentamentos Subnormais (SILVA, 2013, p. 4).

Morro do Avião, Ocupações do Arrozal, Prainha, Marivan, Água Fria e Gasoduto, para o Bairro 17 de Março (FRANÇA, 2014).

As intervenções levadas aos Bairros Santa Maria, Japãozinho e Lamarão não alcançaram uma reestruturação que correspondesse/perfizesse o interesse social. As marcas da continuada negação de serviços públicos e privados são aparentes, notadamente os serviços relacionados à infraestrutura para mobilidade e saneamento básico. Segundo o Observatório Social de Aracaju (2019), esses três bairros merecem destaques por estarem sempre entres os bairros com os maiores índices de domicílios em condições de fragilidade.

O Santa Maria e Japãozinho estão dentro dos 27,8% do total dos domicílios aracajuano com esgotamento sanitário irregular (OBSERVATÓRIO SOCIAL DE ARACAJU, 2019). Esses bairros também sofrem com a irregularidade na coleta de lixo, com agravamento de que, apesar do Lamarão e Japãozinho estarem próximos de Áreas de Preservação Permanente, identifica-se a destinação inadequada de lixo. A situação se reproduz quando se refere ao abastecimento irregular de água e energia, além de domicílios sem banheiros adequados (OBSERVATÓRIO SOCIAL DE ARACAJU, 2019).

Simultaneamente às obras do Programa Moradia Cidadã, os empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial – que subsidiou a construção de 39 empreendimentos em Aracaju, totalizando 6.850 unidades habitacionais, no período de 2001-2009 –, destinadas à classe média baixa (FRANÇA, 2018), se concentram em áreas periféricas. Assim, distantes da malha urbana, essas intervenções estatal foram responsáveis por “induzir a direção da expansão urbana e a fragmentação de Aracaju, que aumentou seu território horizontalmente, apresentando ocupações pontuais e grandes vazios urbanos” (CAMPOS; SANTOS, 2019, p. 9). Portanto, dentro da mesma lógica e dinâmica da intervenções estatal, na política habitacional, se desencadeia a garantia da acumulação do capital beneficiando as áreas de vazios com recurso público para posterior comercialização pelo mercado imobiliário (CAMPOS; SANTOS, 2019).

No bojo das ações de construções de unidades habitacionais e obras de infraestrutura urbana, dirigidas pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP/COHAB) - no gerenciamento de programas federais e estaduais

de investimentos nas áreas de desenvolvimento habitacional e urbano -, é perceptível a execução de uma política habitacional que não altera o cenário deficitário da falta de moradia para as populações de baixa renda e/ou com dificuldade de comprovação de rendimentos.

Quadro 1 - Atuação da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP/COHAB) até 2019

Áreas contempladas	Unidades residenciais	Construções
Aracaju	20.595	Conjunto Castelo Branco; Dom Pedro, Lourival Baptista, Costa e Silva (Zona Oeste). Conjunto Assis Chateaubriand/Bugio (Zona Norte). Augusto Franco; Santa Tereza, Orlando Dantas, Leite Neto (Zona Sul)
Grande Aracaju	22.162	Conjuntos Eduardo Gomes e Rosa Elze (São Cristóvão). Complexo Taiçoca: Conjunto Siri, Mutirão, Marcos Freire I e II e Fernando Collor (Nossa Senhora do Socorro). Lafayette Coutinho e Prisco Viana (Barra dos Coqueiros)
Demais territórios sergipanos	13.431	Estância, Lagarto, Itabaiana e Simão Dias.
Total	56.188	

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponíveis em: <https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/em-53-anos-cehop-entrega-mais-de-55-mil-moradias-e-melhora-a-infraestrutura-de-variios-setores>.

Acompanhar a trajetória da política de habitação no estado de Sergipe é identificar que as principais ações estão diretamente ligadas à abertura de novos espaços para continuação da acumulação do capital, mantendo as desigualdades sócio-racial, revelando que

(...) a ação contraditória do Estado nesse processo se constitui de duas formas básicas: de um lado precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca - isto é, de espaço social em espaço abstrato - mercadoria. De outro lado, o patrocínio de intervenções explícitas em favor do capital

revela a verdadeira relação de dominação via apropriações seletivas e territorializações programadas (TRINDADE JÚNIOR, 2005, p. 2).

A análise da Política Habitacional em Sergipe até aqui permite afirmar que ela historicamente caminhou no compasso da lógica do capital e da segregação sócio-racial, principalmente quando se verifica que os espaços produzidos para a população preta e pobre a enclausura em bolsões de pobreza, privando-a do direito à cidade, mesmo depois de ações estratégicas de cunho social. Desse modo, as intervenções do poder público nas áreas mais fragilizadas não alteram a segregação socioespacial do tecido urbano. Assim, além do déficit habitacional para faixa de menor rendimento se manter, as melhorias em reestruturação urbana não alcançam igualmente o contingente mais empobrecido.

3.2 Os Programas Minha Casa Minha Vida e recém Casa Verde e Amarela: o que os números revelam?

A entrada dos mecanismos internacionais, em conjunto com outros agentes internos, no campo da produção de habitação, iniciada nos anos 2000, seguiu alargando-se e fazendo incidir sobre o direcionamento da produção de habitação no Brasil e, conseqüentemente, da expansão urbana. Os financiamentos internacionais, através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e de programas federais como a Caixa Econômica Federal encorajou o mercado privado na adesão da construção de empreendimentos habitacionais de interesse social.

A política nacional de habitação de interesse social adquiriu novos contornos com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Como parte das ações desenvolvidas pelo governo Lula, o PMCMV surge inicialmente como estratégia de combater os efeitos da retração econômica causada pela crise internacional de 2008, objetivando impulsionar a atividade econômica, principalmente no setor da construção civil e infraestrutura (ROMAGNOLI, 2012).

Concomitantemente, o Programa também visava solucionar a falta de moradia das famílias de baixa renda, tendo “como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda de até dez salários mínimos” (BRASIL, 2009). Ressalta-se a importância

social do PMCMV, que teve como meta a construção de um milhão de moradias em dois anos. Destas, o maior número de unidades habitacionais seria destinado à faixa de renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos (faixa 1), principal população que compõe o déficit habitacional do país.

Em Sergipe, entre os anos de 2009 e 2018, o PMCMV desenvolveu 530 empreendimentos com a construção de 52.916 unidades habitacionais nas três faixas de atendimento. O PMCMV teve um número maior de empreendimento e de unidade construídas na Região da Grande Aracaju⁷, tendo um protagonismo maior se comparado ao resto das cidades sergipanas. Almeida e França (2021) indicam que essa concentração corresponde aos aspectos demográficos, considerando que a região comporta 44,98% dos habitantes do estado e recebeu 55,29% da oferta do Programa (ALMEIDA; FRANÇA, 2021). Nessa região, a concentração de empreendimentos, assim como ocorreu com o PAC e nos programas habitacionais locais, se deu na Região Metropolitana de Aracaju onde estão os municípios mais urbanizados e mais populosos, com destaque para capital aracajuana.

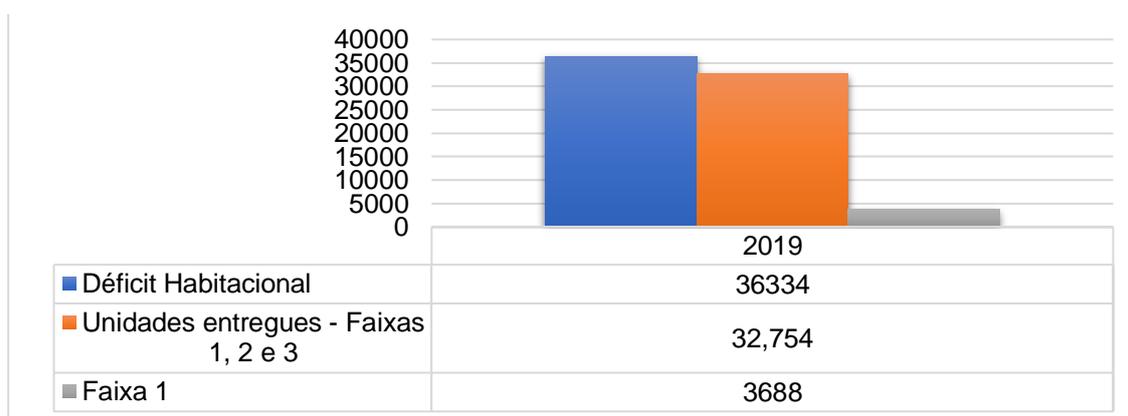
A Região Metropolitana de Aracaju concentra o maior percentual do déficit habitacional do Estado, com uma tendência maior para a faixa de rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos, que compunha 69,1% do déficit já no ano de 2010. Esta tendência, comum em todo território nacional, motivou a implementação do programa com a proposta de priorizar a redução do déficit habitacional para as famílias que não possuíam rendimentos superior à 3 salários.

A proposta de reduzir o déficit na faixa 1, através do financiamento de moradia popular, se desfez ao longo da execução dos empreendimentos na Região Metropolitana de Aracaju. Após aproximadamente dez anos do seu lançamento, o Programa construiu o total de 32.754 unidades na região, mas na faixa 1 não ultrapassou 1.904 unidade entregues. O aumento do déficit habitacional em 1.723

⁷ Localizada no centro-leste do estado de Sergipe, às margens do Oceano Atlântico, o Território da Grande Aracaju é formada por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas. Com base no dados do IBGE (2010), Almeida e França (2021) destacam que sua área territorial é de 2.174,88 km², concentrando quase 10% do total do estado e com densidade de 5.172,01 hab/km² até 2010. No mesmo ano a região possuía 930.245 habitantes centrados em áreas urbanas, sendo 79,30% vivendo em área urbana e 29,70% nos povoados dos seus municípios. O maior percentual de domicílios também estava em espaço urbano, apontando que em 2010 existiam 269.432 domicílios, sendo 254.475 urbanos (94,45%) e 14.957 rurais (5,55%) (ALMEIDA; FRANÇA, 2021).

imóveis e os tímidos 5,8% de moradias destinados para população de baixa renda demonstram a contradição do programa com sua proposta inicial de priorizar a faixa de menor de menor rendimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).

Gráfico 6 - Região Metropolitana de Aracaju – Déficit habitacional 2019 x Unidade Habitacionais entregues pelo PMCMV (2009-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Fundação João Pinheiro (2021) e do Ministério do Desenvolvimento Regional (2021).

Em Aracaju, que concentrava 71,77% do déficit habitacional da RMA em 2010, como também tem congregado muitos movimentos sociais na lutar popular por moradia digna, tinha-se uma indicação por parte do discurso governamental de comprometimento com a proposta inicial do PMCMV na redução do déficit habitacional. Aderindo ao Programa, em abril de 2009, na primeira gestão de Edvaldo Nogueira, a Prefeitura Municipal de Aracaju tinha a perspectiva de que o “projeto [iria] contribuir para a redução do déficit habitacional na construção civil e na geração e emprego” (INFONET, 2009).

Apesar do discurso governamental entusiasmado e de ofertar empreendimentos nos dois eixos de mercado (interesse social e de interesse econômico), Aracaju mostrou uma produção habitacional mais reduzida para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, com um pequeno quantitativo de empreendimentos e de unidades construídas. A tendência encontrada nos empreendimentos do Programa, na capital, sugere um processo muito familiar na produção de moradia ofertadas

pelo poder público na dinâmica urbana de Aracaju: a expansão da cidade por meio da segregação sócio-racial.

Se a inserção do Estado na produção de habitação fomentou a dispersão urbana e periferização da moradia em Aracaju, através a atuação da COHAB (em todo processo de metropolização) - segregando espaços.

Portanto, o que se identifica é e excluindo o contingente empobrecido, a apresentação de programas como o PMCMV não conseguiu alcançar a sua meta de correção da distribuição deficitária de moradias para a baixa renda. Aliás, meta que se apresentava como oportunidade de retardar e/ou interromper a influência do capital imobiliário no direcionamento e ocupação das cidades a continuada apropriação do mercado privado sob os empreendimentos de melhoria urbana, desenvolvida pelo poder público, e a ininterrupta expulsão da população pobre e preta para áreas da periferia, sem infraestrutura e oferta de serviços adequados. Em que pese o fato dessa população receber algum tipo de investimento, este não faz alcançar e/ou reduzir as desigualdades sócio-raciais e econômicas, intensificando os problemas ambientais e as desigualdades econômicas.

Os dados discriminados do quadro abaixo permitem dimensionar como o desenvolvimento do Programa na capital tem se distanciado da faixa de interesse social em detrimento de empreendimentos tidos como mais lucrativas. Embora tenha alcançado classes com menor poder aquisitivo na produção de habitação popular, em termos quantitativos não obteve resultados expressivos, não ultrapassando 1.547 unidades construídas para a faixa 1, em quase dez anos de existência.

A atuação do PMCMV em Aracaju acaba por ratificar as desigualdades e confirmar o lugar de exclusão dos/as trabalhadores/as negros/as na cidade, determinando áreas periféricas para a construção dos seus empreendimentos. O maior número de unidades construídas para faixa de até 3 salários está localizado no Bairro Santa Maria, com 281 unidades entregues em 2010 e 468 em 2013, reforçando o processo do desigualdade sócio-racial determinado espacialmente.

Quadro 2 - Empreendimentos do PMCMV em Aracaju – Faixa 1 (2009-2018)

Faixa	Modalidade	Ano de contratação	Unidades contratadas	Construtora	Valor Empreendimento	Empreendimento
FAIXA 1	FAR Empresas	2013	114	Alvorada INC	8.784.000	Cidade Nova – Residencial Zilda Arns
FAIXA 1	FAR Empresas	2010	281	ENGEB	10.552.955	Santa Maria – Residencial Santa Maria
FAIXA 1	FAR Empresas	2010	369	IMPACTO	15.320.644	Soledade – Residencial Jaime Noderto da Silva
FAIXA 1	Entidades	2014	280	Monte Sião	17.080.000	Condomínio Getúlio Alves
FAIXA 1	Entidades	2013	315	CMP/BRSE	1.427.150	Residencial José Raimundo
FAIXA 1	FAR Empresas	2013	468	J. Nunes Construtora	28.548.000	Santa Maria
TOTAL UNIDADES ENTREGUES			1.547			

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Caixa Econômica Federal (2021).

Reforçando as análises precedentes, as localidades onde estão os empreendimentos destinados a população de baixa renda são áreas que não recebem investimentos governamentais suficientes, congregando sempre os piores indicadores de abastecimento de água e energia elétrica, coleta irregular de lixo e as piores índices de distribuições de rendas. São também as áreas que concentram maiores taxas de pessoas negras, como é o caso do Santa Maria, Cidade Nova, Soledade.

O cenário aracajuano não diverge do contexto geral da precarização da população negra diante das estratégias do capital. Apesar de algumas variações regionais, são os negros que mais residem em domicílios inadequados, no Brasil em 2019 dos 45,2 milhões de pessoas que residiam em moradia com alguma inadequação, 31,3 milhões eram de cor preta ou parda, segundo o IBGE (2020). Esse cenário se intensifica quando também é a população negra que está nas piores faixas de desocupação e de distribuição de renda.

A visibilidade trazida nos indicadores socioeconômicos conseguem dimensionar essa lugar de precarização, quando em Sergipe é a população negra que, segundo o Atlas Brasil (2021), apresenta maior percentual de extremamente pobres (12,73%), pobres (23,75%) e os mais vulneráveis à pobreza (43,75%) em 2017. Na população branca, essas proporções eram de 7,34%, 15,45% e 30,73%,

respectivamente. São também os negros que mais sofrem doenças relacionadas a falta de saneamento básico, no ano de 2017 no estado 2,97% da população negra passou por internações com doenças relacionadas ao saneamento básico, enquanto a população branca esse percentual caía para 0,51%. Situação comumente encontrada nos bairros onde estão localizados os empreendimentos do PMCMV em Aracaju.

A realidade concreta ao mostrar que tem sido os/as trabalhadores/as negros/as a que mais sofre com a falta de renda e moradia digna e, conseqüentemente, com a negação do direito à cidade, também revela que as políticas públicas, até então implantadas, não alteraram espacialmente a segregação sócio-racial. É certo, a reserva dos espaços mais precarizados, nas cidades, para essa parcela da classe trabalhadora é histórico e socialmente construído a partir dos determinantes históricos estruturais, discutidos no capítulo I, dentre os quais merece destaque o racismo no mercado de trabalho.

É importante retomar aqui que a segregação sócio-racial do espaço da cidade dialoga organicamente com a marginalização dos/as trabalhadores/as negros/as do mercado de trabalho, principalmente quando se tem presente que a precarização nas condições de moradia foi determinada pelos processos de formação sócio-histórica do Brasil quando os racialmente excluídos do trabalho assalariado, na transição do trabalho escravo, passaram a ocupar os trabalhos de menores prestígios e com remuneração irrisória. A impossibilidade de renda suficiente determinava, com o crescimento das cidades e do racismo estrutural, seu lugar de moradia: os cortiços, as favelas, os espaços impróprios para a habitação (COSTA; AZEVEDO, 2016).

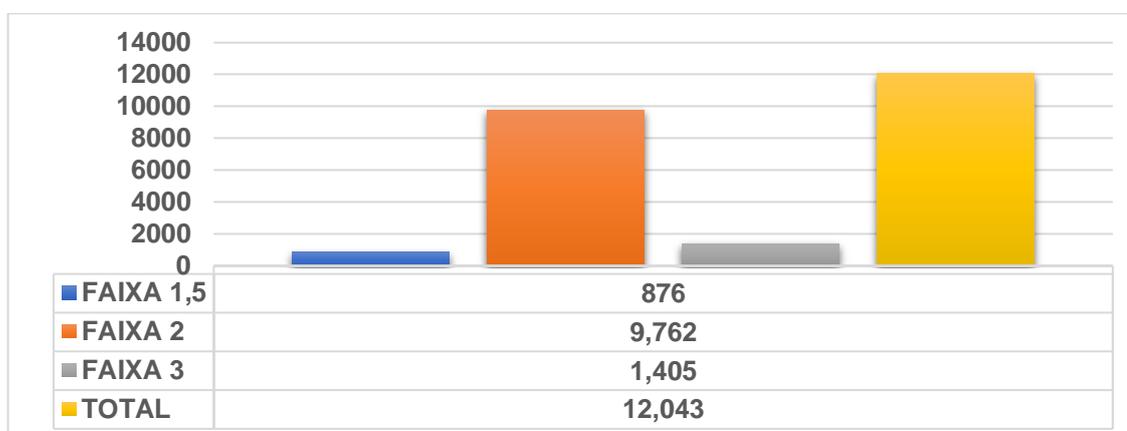
Nessa relação orgânica entre condições de trabalho e de moradia, é importante destacar que no contexto de crise e a reestruturação produtiva, as estratégias do capital se mantiveram reforçando as condições de trabalho e de vida da população negra. Aqui está um indicativo de que “o racismo, ao se associar às ‘novas’ relações, tem influenciado efetivamente a concentração da parcela negra da classe trabalhadora no desemprego e/ou nas ocupações informais, com precárias relações de trabalho” (MARTINS, 2012, p. 465, grifos do autor). A posição de delimitar essa população aos espaços de moradias sem condições de habitualidade,

também se manteve, obviamente que agora sob a lógica de financeirização do capital e da programática neoliberal.

No âmbito dessa lógica, é importante observar outro processo conhecido na produção do espaço urbano de Aracaju, e que seguiu de maneira continuada durante nos anos de execução do PMCMV: a injeção de subsídios para valorização imobiliária. Possibilitada por dois processos já sinalizados por França (2014), que garantem a rentabilidade lucrativa do setor imobiliário, os subsídios estatais, para valorização imobiliária, ocorrem de forma indireta e direta. O seu formato indireto ocorre quando os investimentos governamentais produzem no espaço urbano melhorias que ocasionam um aumento no valor dos imóveis daquela região. Em Aracaju isso é perceptível com a ampliação da Ponte Presidente Juscelino Kubitschek que liga os bairros Inácio Barbosa e Farolândia e integra o Projeto de Mobilidade Urbana, que requalificou os corredores de transporte Beira-Mar, Augusto Franco, Hermes Fontes e Centro/Jardins, além da abertura da avenida de acesso ao Bairro Jabotiana. Ou seja, ao apropriarem-se de melhorias urbana promovidas pelo governo e que produzem alta nos imóveis que acerbam e, conseqüentemente, nos empreendimentos dos projetos do Programa.

A forma direta de beneficiamento do mercado imobiliário ocorre através das próprias Diretrizes do MCMV, quando deixa a cargo das construtoras a escolha da localização dos empreendimentos. Os dados mostram que, dentro dessa lógica, há uma priorização das faixas 2 e 3⁸, em que os empreendimentos se voltam para a construção concentrada de moradias destinadas à parcela da classe trabalhadora com rendimento capaz de pagar por financiamentos de créditos acrescidos de juros (FRANÇA, 2014). Dentro dessa estratégia, busca-se evitar a inadimplência e obter maiores lucros. Outra estratégia muito utilizada pelas construtoras para redução dos custos das construções, já sinalizada por França (2014), é a repetição dos projetos e do processo constitutivo, mesmo que os empreendimentos sejam promovidos em bairros distintos.

⁸ Segundo Ministério do Desenvolvimento Regional (2020), a renda familiar mensal para Faixa 2 permitida é de até R\$ 4.000,00, atendida apenas pela modalidade MCMV Financiamento, com subsídios de até R\$ 29.000,00, com juros de 6% a 7% ao ano. Na faixa 3, que também somente pode ser atendida pela linha de financiamento a renda é e até R\$ 9.000,00, com 8% de juros ao ano.

Gráfico 7 - Aracaju: Unidades entregues – faixas de atendimento (2009-2021)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (2021).

A partir dos dados apresentados, a ideia que se forma é que a produção habitacional de interesse social somente, ou quase absolutamente, tem se realizado como forma de frear a população pobre de seguir para os centros urbanos, retirando-a de áreas de extrema precariedade para áreas em que os investimentos governamentais chegam muito vagarosamente, como aconteceu com os bairros do Lamarão e Japãozinho, e tem se repetido com os empreendimentos do PMCMV na faixa 1.

De meta objetiva das políticas do setor, o ‘combate ao déficit’, expressão largamente utilizada na mídia impressa e televisiva, tem sido utilizado como pretexto para a criação de novos instrumentos de crédito, mais vocacionados à acumulação financeira de capital que à universalização do direito à moradia (ROYER, 2009, p. 21, grifos do autor).

Como o fim dos governos petista, a eleição de Jair Bolsonaro trouxe ares de incerteza para as políticas sociais e também para a política de habitação popular. A preocupação com a construção de moradia de interesse social tem início, já em 2019, no começo do governo Bolsonaro, quando se extingue o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) pelo Decreto nº 9.759/2019. Assim, determinava-se o fim de diversos outros órgãos colegiados, instituídos na esfera pública e retirava de cena um ‘notável instrumento de democracia e matéria de política urbana’. O fim do

ConCidades⁹, composto por mais da metade de participantes dos movimentos populares por moradia e de trabalhadores, retira a representação da sociedade civil dos espaços de decisão política na promoção de políticas públicas, a exemplo do até então Programa Minha Casa, Minha Vida.

Essa mudança nos leva a pensar que uma das mais comentada ações governamentais nos últimos anos, na área do construção de Interesse Social, se deu com a instituição do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) através da Lei nº 118/2021, de dia 12 de janeiro de 2021, em substituição ao PMCMV. O processo que possibilitou o programa Casa Verde e Amarela teve como fundamento a Medida Provisória nº 996 de 25 de agosto de 2020, levantando dúvidas sobre as motivações governamentais da Medida Provisória, principalmente porque não estavam evidentes os critérios de relevância e urgência que a justificasse. O que ficou evidente é que pela própria natureza da ação, a lei seria instituída sem a discussão necessária com a sociedade civil e o Congresso Nacional.

Movimentos Sociais de Luta por Moradia e reforma urbana, como o MTST, manifestaram-se a respeito das mudanças propostas pelo governo ao programa Minha Casa Minha Vida. A Coordenação Nacional do Movimento veio em nota se opor contra a declaração do Ministro do Ministério de Desenvolvimento Regional, que disse que “as famílias de baixa renda não seriam mais proprietárias de seus imóveis, mas sim locatárias” (BRASIL DE FATO, 2019). O MTST informa que sua locação social significa um grave retrocesso na política de habitação popular, uma vez que a faixa mais expressiva do déficit habitacional, assim como as milhares de famílias do MTST, se encaixam na faixa 1.

Aprovado o texto, o PCVA trouxe duas principais diferenças em relação ao PMCMV: alterações nas faixas de atendimento, passando a atender famílias com renda mensal de até R\$ 7 mil, em áreas urbanas, e renda anual de até R\$ 84 mil, em áreas rurais, somente ficando ofertado subvenção da União às famílias da faixa 1 que tiverem renda de até R\$ 4 mil em área urbana ou com renda anual de até R\$

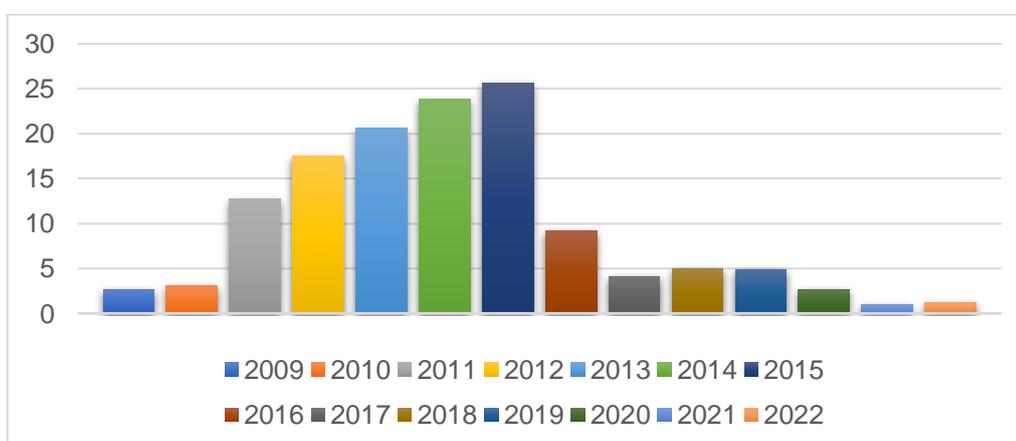
⁹ A criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no ano de 2004, representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU [...]. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2020).

48 mil em área rural, visando adequar as parcelas ao orçamento familiar' (BRASIL, 2021). A outra modificação refere-se às taxas de juros estipulados que dependeriam das regiões do País. No caso da região Norte e Nordeste as taxas de juros estão entre 4,25% e 4,5% ao ano e nas demais regiões do país, as taxas marcam 5% (BRASIL, 2021).

Decerto, os dois Programas parecem em linhas gerais serem muito parecidos, não apresentando nenhuma mudança que demonstre efetivo progresso de um programa para o outro, sem apresentar diretrizes que revertam o problema de moradia e/ou reverta o seu histórico comprometimento com o mercado privado imobiliário. Assim, o PCVA não passa de um produto de marketing do governo federal, com o utilizando-se dos contratos prévios do MCMV e a regulação de fundos e programas já existentes, mas modificando suas denominações, visando agradar determinado segmento político, conforme destaca Sousa, Maciel, Ushara (2021).

A meta estabelecida para o PCVA é atender 1,6 milhões de famílias na faixa de baixa renda até 2024, além de regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil, também, com o prazo de 2024. Notadamente, esse cenário é cada vez mais distante se comparado com os recursos destinados ao Programa, o que causa incerteza inclusive sobre sua continuação. Assim, os recursos destinados ao Programa, pela União, apontam uma redução nos últimos anos, caindo de R\$ 4,8 milhões em 2019 (até então PMCMV) para R\$ 2,7 milhões em 2020 (ano em que instituiu-se o PCVA), menor valor desde 2009, sem demonstrativo de aumento nos dois anos seguintes, como demonstrado abaixo.

Gráfico 8 - Subsídios da União: PMCMV (2009-2019) e PCVA (a partir de 2020)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CMAP (2020) e DIEESE (2021).

Apesar das mudanças trazidas com os programas Minha Casa, Minha Vida e o Casa Verde e Amarela e representarem, em algum grau, avanço com relação a agenda governamental no atendimento à financiamento de programas habitacionais para segmento populacionais mais empobrecido, anteriormente não prioritários, eles não rompem com o direcionamento do recurso público para a acumulação do capital e a subordinação dos interesses sociais.

A observação das principais ações do MCMV em Sergipe, mesmo em contexto político de forte presença do Estado e projetos políticos populares, confirmou que o atendimento da política habitacional para famílias de menores faixas de rendimento, garantido constitucionalmente, não potencializou uma alternativa que priorizem os interesses sociais em detrimento dos econômicos. Sem dúvida, a análise dos dados permite afirmar que o Casa Verde e Amarela, no comando do governo de Jair Bolsonaro, se constitui em retrocesso, principalmente dada a instabilidade e incertezas dos recursos financeiros. O quadro exposto indica que os Movimentos de Luta por Moradia têm encontrado respostas do Estado 'inefícazes' e cada vez menos espaços de reivindicarem, de forma legítima, o direito à moradia.

3.3 Dos Despejos ao uso da violência: a resposta do estado de Sergipe à luta por moradia

De acordo com a análise de Duriguetto (2017), o constrangimento e a criminalização das lutas sociais das forças populares são inerentes à sociedade capitalista e das relações de dominação e opressão da classe dominante sobre as classes subalternas. No contexto da ofensiva neoliberal tem se percebido a intensificação das ações de criminalização dos movimentos sociais e suas lutas, na tentativa de deslegitimar as resistências organizadas da classe trabalhadora contra as desigualdades sociais desse sistema.

O processo de criminalização dos movimentos sociais, que expressa o poder coercitivo do Estado, se complementa com a deslegitimação das ações reprimidas e a incriminação daqueles que as fazem, como forma de garantir que as ações de

repressão não gerem um efeito contrário na sociedade, pondo em xeque os interesses da classe capitalista (VIANA, 2018).

No caso do MTST, suas ações são constantemente alvo de criminalização, pois suas lutas entram em conflito direto com o Estado e com os interesses da burguesia. As ações violentas da polícia contra os militantes, a classificação negativa como "invasores" e a atribuição de "caráter violento" e de "vandalismo" demonstram a associação da criminalização, deslegitimação e incriminação ao movimento, produzidas tanto pela ação estatal como também pelo discurso midiático a favor do capital. No caso da luta por moradia em Sergipe, perpetua-se a "vocação secular do Estado brasileiro para tratar a questão social como 'caso de polícia'" (BRITO, 2013, p. 99, grifos do autor).

Em que pese a participa o de trabalhadores/as brancos, a luta por moradia em Sergipe vem se constituindo como uma luta fundamentalmente de trabalhadores negros, em que as respostas do Estado, a exemplo do ocorrido no contexto nacional, vem se dando a partir dos despejos e uso de violência. Soma-se a esse cenário a oferta institucionalizada de uma política habitacional que acentua e sustenta o 'histórico processo de segrega o socioespacial, conduzindo para áreas desprivilegiadas esses/as trabalhadores/as pobre e pretos/as, mesmo com a institui o de programas que se apresentam como destinados ao atendimento dos segmentos da classe trabalhadora mais empobrecida.

Esses traços das respostas do Estado   luta por moradia em Sergipe podem ser verificados nas a oes mobilizadas, pelas gestões municipais e estaduais, envolvendo o Poder Judiciário e a Força Policial. São recorrentes os despejos e reintegra o de posse que atingem os movimentos sociais de luta por moradia no Estado, em um contexto cujos programas de habita o (federais e locais) não respondem ao déficit habitacional, tão pouco desaceleram a apropria o da cidade pelo capital.

No bojo das a oes governamentais, as demandas dos sem-teto, notabilizadas através da pressão exercida principalmente pelas ocupa oes, pareciam ganhar espaço, potencializando a possibilidade de acesso   moradia por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. O Programa que emergiu em um contexto político de discurso democratizante, no Estado de Sergipe não ultrapassou a sua herança de

garantidor da acumulação capitalista. Em Aracaju, que concentra majoritariamente os movimentos de luta por moradia do estado e, também, é a sede do MTST, a execução do MCMV, como resposta à questão da moradia, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, mostrou-se empenhado na priorização dos interesses econômicos da indústria da construção civil e do mercado imobiliário.

A observação da partilha do território aracajuano, desenvolvida durante os capítulos, permite dimensionar como as respostas governamentais ao deficitário e desigual acesso à moradia se encontra dentro das estratégias de acumulação capitalista. Afinal, não se deve esquecer que, como indica Chesnais (1996), as centrais diretivas da mundialização da economia, impõe restrições à soberania e à autonomia dos Estados nacionais e na periferia capitalista, mesmo sob o comando de projetos políticos inclinados “à esquerda”, as ações são movida para

[...] implementação de programas e projetos para atendimento de demandas de seguimentos sociais historicamente excluídos sem que sejam produzidos modificações nas suas formas de inserção produtiva, nos processos de apropriação de terra urbana, de periferização e mecanismos de acumulação e apropriação do valor. (SANTOS et. al., 2014, p. 715).

A peculiaridade de atuação do PMCMV, em Aracaju, se dá sob duas condições: o baixo quantitativo de empreendimentos destinados à população de baixa renda, que em dez anos não ultrapassou o percentual de 5, % das unidades entregues, e as localidades em que se encontram os empreendimentos nessas faixas, garantindo o continuado processo de segregação sócio-racial, uma vez que expulsa e marginaliza a população pobre e preta da capital. Daí porque esse contexto tem impulsionado os movimentos urbanos de moradia a reivindicarem o direito à moradia e à cidade, constitucionalmente instituídos, mas comumente negligenciados, principalmente em um cenário com dois agravantes conjunturais: o mandato presidencial da direita radical bolsonarista e a pandemia do Covid-19.

Desde o início do governo, o presidente Bolsonaro não tem apresentado demonstrativos de preocupação com as minorias e/ou direitos sociais. Os espaços de atuação e diálogos dos movimentos populares urbanos, conquistados anteriormente, viu-se cada vez mais atacados e deslegitimados. Uma série de ações nos últimos anos vem cada vez mais intensificando a “criminalização da pobreza, na

judicialização do protesto social, na repressão política aberta e na militarização” (LONGO, KOROL, 2008, p.46) contra os movimentos sociais e populares, sendo muito presente nos movimentos urbanos. Dentre os muitos esforços de contenção das resistências populares, e que representam o que Duriguetto (2017) denomina de penalização e criminalização das classes sociais e de seus movimentos sociais, está o Projeto de Lei 1595/19, aprovada na Câmara dos Deputados, em 19 de junho de 2021.

Constituindo-se, em período democrático, como um marco na ampliação da punição e repressão, o Projeto de Lei Antiterrorismo (PL nº 2.016/2015)¹⁰ direciona a atuação do Estado para os movimentos sociais ao utilizar uma definição indeterminada de terrorismo, em que criminaliza os atos que exponham ao perigo a pessoa, o patrimônio, a paz pública e a integridade pública. O texto também trata de atos que aparentam ter a intenção de causar terror social por meios que possam promover a destruição em massa, tais como explosivos, gases tóxicos, conteúdos químicos, ou qualquer outra forma de violência. Além da ideia de Lei que propunha criminalizar, sob o enquadramento de terrorismo, as ações de ocupação do MST e MTST, classificando-as como invasões de propriedade privada e atos de destruição de bens. A referida Sugestão recebeu mais de 20.000 votos de apoio em votação popular, mas foi rejeitada na votação do Senado Federal, que decidiu pelo seu arquivamento (NOGUEIRA, 2019).

Em entrevista, Adriano Pilatti (IHU, 2016) aponta como essas ações caracterizam-se como perigosas lutas sociais ao depender de uma larga margem de subjetividade da autoridade policial, do Ministério Público e do juiz, considerando que serão essas instâncias a classificarem se o ato delituoso foi cometido com propósito social ou reivindicatório e, assim, sofrer o enquadramento no Código Penal, ou se foi cometido com propósito terrorista.

Para Sauer (2008 apud DURIGUETTO, 2017, p. 112), esse tipo de ação é caracterizado como “mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas

¹⁰ O Projeto de Lei nº 2.016/2015 foi transformado na Lei Ordinária 13260/2016. A Ementa altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre organizações terroristas. Na nova Ementa: regulamenta o dispositivo no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e de 12.850, de 2 de agosto de 2013 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

sociais”, principalmente quando são fechados os canais os espaços de diálogo como os movimentos populares, a exemplo da extinção do Conselho Nacional das Cidades. À esses mecanismos de repressão se soma a substituição do Programa Minha Casa, Minha Vida pelo Casa Verde e Amarela. Nesta, percebe-se a reversão às conquistas e retardamento do acesso à moradia do contingente mais empobrecido da classe trabalhadora. O ataque aos investimentos da política habitacional mostra o quanto é regressiva a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social: em 2019 recebeu 63,2 milhões (0,39% de participação do Ministério do Desenvolvimento Regional) e caindo para 24,1 milhões (0,19%), em 2021, conforme dados do Siga Brasil (2022).

Além do ataque aos investimentos governamentais na área da habitação social do atual governo, de não fomentar espaço de diálogo com os movimentos populares, de retroceder da produção de moradias para famílias de baixa renda e das tentativas de judicialização dos conflitos e lutas sociais, as ações sociopolíticas do Estado em respostas às reivindicações dos movimentos sociais urbanos, de luta por moradia, também, se manteve na esfera da violência e repressão.

Atestando a afirmação supracitada, os últimos dois anos, mesmo em meio a Pandemia de Covid-19, uma série de despejos e reintegração de posses realizou-se na capital do Estado. Em outubro de 2020, a comunidade, formada por 23 famílias de pescadores, localizada na Orla do Bairro Industrial (Aracaju), sofreu ordem de despejo da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Os moradores informaram que os documentos expedidos, por parte da SPU, determinam uma multa de R\$ 7,5 mil caso a determinação não seja cumprida. Eles também relatam que estão cadastrados em um programa de moradia estadual há quase 10 anos, mas que até então não houve avanços (G1, 2020).

Ações de reintegração de posse também ocorreram em 2021, mesmo com mobilizações e manifestos solicitando que ações desse teor não ocorressem em meio a pandemia de coronavírus, ainda que não houvesse um aparato legal. Foi o caso da Ocupação João Molungu, na Avenida Ivo do Prado, centro de Aracaju. Na manhã de 23 de maio de 2021, aconteceu a operação de reintegração de posse executada pela Polícia Militar. A ação iniciou-se com a derrubada no muro do prédio com o auxílio de uma

retroescavadeira, permitindo que dezenas de policiais do Batalhão de Choque da PM lançassem bombas de efeito moral (MARCO ZERO, 2021).

De acordo com a nota de apoio do ANDES-SN (2021), foram despejadas 200 famílias que ocupavam o prédio e, na ocasião, sete militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) foram presos, dos quais quatro eram estudantes da Universidade Federal de Sergipe. A mobilização de movimentos sociais junto com o apoio jurídico da OAB foram responsáveis pela conquista do relaxamento da prisão ilegal dos(as) militantes, conforme informado pelo ANDES-SN (2021). Cabe ressaltar que essa ação de despejo teve uma grande repercussão, em que sindicatos, entidades, movimentos sociais e partidos políticos¹¹ prestaram apoio às famílias despejadas, repudiando a ação do governo do estado, que recusou o diálogo com o movimento, por diversas vezes, optando por uma desocupação violenta, através da Polícia Militar. É importante destacar que, segundo o Marco Zero (2021), a Ocupação João Mulungu estava localizada no antigo prédio da Polícia Federal de Sergipe, abandonado pela construtora Cosil, de propriedade de Danusa Silva, primeira dama de Aracaju, o que evidencia a prevalência dos interesses privados nessa ação.

As ações, mobilizações e justificativas que levam a essas remoções, não estão no fato de que há ilegalidade nesses movimentos urbanos, mas sim quem são essas pessoas que passam a ocupar aqueles espaços. Esses movimentos sociais compostos essencialmente por pobres e majoritariamente por negros são a expressão mais direta do que a filósofa espanhola Adela Cortina denomina de aporofobia¹². Cortina propõe uma reflexão sobre a pobreza e os fenômenos sociais relacionados a ideia de rejeição, aversão e desprezo pelos pobres.

São os pobres e considerados incapazes de contribuir para o desenvolvimento econômico do país que devem ser expulsos e excluídos dos lugares privilegiados das cidades. Essa estratégia ganha força na opinião pública por propagar – veículos midiáticos com financiamento do capital – a ideia do outro como inimigo e perigoso. Por isso recorrem

¹¹ Foram emitidas notas de apoio/solidariedade pelo CRESS/SE; ANDES-SN; ASSIBGE-SN; PCdoB/SE; PT/SE; MST; SINTUFS, entre outros.

¹² O neologismo “Aporofobia”, elaborado pela filósofa espanhola Adela Cortina, professora de Filosofia Moral da Universidade de Valença, foi desenvolvido para evidenciar o que ela chama de *sistêmica rejeição à pobreza e às pessoas sem recursos* (DEUS, 2020, p. 123, grifos do autor). De acordo com Soares (2018, p. 3), o termo foi eleito em 2017 como palavra do ano pela Fundación del Español Urgente, promovida pela agência Fundéu BBV, e em seguida incorporada ao Dicionário da Língua Espanhola, aguardando ainda a inclusão como circunstância agravante no Código Penal.

a estratégia de associação da pobreza à criminalidade como parte das medidas punitivas e repressivas estatais, conjugando-os suas reivindicações como ilegais e seus sujeitos como criminosos (SAUER, 2008 apud DURIGUETTO, 2017). Trata-se, portanto e ao mesmo tempo, de “ocultar a lógica conflituosa das lutas de classe” e uma forma de “administração das desigualdades e, também, das resistências organizadas pelos trabalhadores” (DURIGUETTO, 2017, p. 108).

Nesse processo de resposta do Estado à questão da moradia, as desocupações se mostram como a resposta mais privilegiada. Em 19 de outubro, houve a operação de reintegração de posse do terreno do antigo Clube da Telergipe, localizado na rodovia Inácio Babosa, Zona de Expansão de Aracaju. Ocupado por de 300 famílias, as reivindicações dos ocupantes das ocupações Marielle Franco e Anderson, Terra Santa e Brisa Mar também têm respostas violentas, através da desocupação dirigida pelo braço armado do Estado (a Polícia Militar) (F5 NEWS, 2021). Nesta, apesar da condução pacífica, o próprio ato de retirar famílias, acompanhada de crianças que não têm para onde ir consuma-se como uma ação violenta.

Embora a desocupação não tenha ocorrido com tamanha violência, como o caso anterior, ela aconteceu já sob vigência da Lei 14.216, que suspende ordens de despejos até o final do ano de 2021. A Lei, que passou por veto do presidente Bolsonaro, suspende os despejos determinados por ações em virtudes do não pagamento de aluguel de imóveis comerciais, de até R\$ 1,2 mil, e residenciais, de até R\$ 600. No caso das ocupações, a suspensão vale para aquelas ocorridas antes de 31 de março de 2021, sendo aplicada somente as que não tiveram ações de desocupação já concluída na data de publicação da lei (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A ação de reintegração de posse operada pela prefeitura de Aracaju, mesmo após a suspensão dos despejos, é justificada pela secretária da Assistência Social de Aracaju, Simone Passos, em entrevista (G1, 2021), ao afirmar que as pessoas que fazem parte da ocupação já haviam sido mapeadas, sendo identificado que a maior parte dessas famílias possuem moradia fixa, sendo aluguel ou casa dos parentes. A afirmação feita pela secretária não reduz a necessidade de moradia própria, inclusive sendo o ônus excessivo com aluguel urbano o principal componente do *déficit* habitacional no Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro (2021). Em Sergipe, dos domicílios que compõem o *déficit* 43.365 representam o

ônus excessivo com aluguel. A tentativa de invalidar a formação da ocupação pelo fato de seus integrantes terem morada na casa de parentes também não se sustenta, uma vez no déficit sergipano 16,84% pertence a coabitação familiar, atingindo em 2019 o total de 13.700 domicílios dentro desse componente.

A secretária também declarou que o município procura registrar esses moradores para inclui-los em programas de assistência e auxílio-moradia, quando houver necessidade. Também entra na defesa do poder municipal, de acordo com a secretária, o fato de no levantamento feito a maioria das pessoas possuir moradia fora da cidade de Aracaju, alertando que não está no alcance da secretária (G1, 2021).

As ações de remoção com justificativas questionáveis também é uma estratégia que acompanha há muito tempo os movimentos urbanos que ocupam áreas estratégicas de valorização do capital. Essa tendência compõe o bojo das intervenções abusivas e arbitrárias dos agentes do Estado na retirada dos integrantes dos movimentos, que utilizam

chegada repentina de equipes de demolição, sem qualquer aviso prévio para que os moradores providenciassem outra moradia ou a remoção adequada dos seus pertences; emprego de táticas violentas e intimidantes, como o acionamento da polícia militar para lançar bombas com gás de pimenta contra moradores resistentes; retirada de pessoas sem o recebimento de habitação alternativa e/ou indenização justa; realização de remoções com base em justificativas contestáveis, como as de definição de área de risco (MATTOS, 2013, p.180-181).

Os acontecimentos apresentados reiteram a afirmativa de que o poder dominante atua na tentativa de ocultar os conflitos sociais, criminalizando as forças contestadoras e suas ações revolucionárias. Assim, as respostas do Estado ao/às trabalhadores/as negros se assemelha à resposta do Estado como caso de polícia, sobretudo quando se observa, de acordo com Rodrigues (2016, p. 89-90), que "[...] procede-se à reintegração de posse, com forte aparato policial, e as manifestações de trabalhadores são punidas violentamente, com poder de polícia". Obviamente, a coerção vem sempre acompanhada da construção de uma ideologia que acaba penetrando a sociedade e impedindo que a questão se mostre em sua raiz. Não é ao acaso que as lutas sociais

[...] são tidas como manifestações violentas: greves, ocupações de terras para plantar, para morar, passeatas ou demonstrações públicas. Afirma-se que este tipo de manifestação, são violações cometidas pelos inimigos da sociedade, como se os ocupantes, grevistas e outras manifestantes não integrassem a sociedade. Na realidade, com estes discursos, impede-se que estas manifestações sejam entendidas com as que mostram os problemas reais e cotidianos da maioria sociedade (RODRIGUES, 2016, p. 90).

Desse modo, a ação truculenta e ostensiva da polícia associada a não casual inércia do poder público em solucionar a demanda por moradia das camadas populares, marcam a existência do MTST no Estado. Exemplo nesse sentido pode ser apresentado com o caso da ocupação Marielle Franco e Anderson, inicialmente assentada em um terreno do poder público localizado no bairro Coroa do Meio, Zona Sul de Aracaju. O local ocupado foi o propulsor/desencadeador de uma série de ações de opressão e criminalização por parte do poder municipal, do Poder Judiciário, dos órgãos de segurança pública e da parcela/parte da sociedade civil. Por sua localização privilegiada ações violentas foram legitimadas em nome da defesa da propriedade. O ponto máximo da ação repressiva, depois de uma sequência de confrontos com os militantes do movimento (“cerco policial que impedia a entrada de pessoas, alimentos e dos advogados do movimento”), foi a ocorrência de uma jovem militante atingida por um projétil de arma de fogo. Em uma das abordagens da Guarda Municipal de Aracaju (GMA), houve um tumulto com a prisão de um dos ocupantes do local e foi realizado um disparo para o alto pelos agentes da Guarda Municipal de Aracaju, que atingiu a jovem Natanele dos Santos, que estava na cozinha de um dos barracos.

Assim, nota-se, na última década, uma tendência relacionada à questão da moradia, quando há cada vez mais uma redução na destinação dos investimentos na área de habitação de interesse social, e conseqüentemente uma oferta menor na produção de moradia, há também um aumento de repressões aos movimentos sociais que lutam por moradia. Os números revelados sobre os Programas Minha Casa, Minha Vida (o mais consolidado e conhecido programa de habitação) revelam que, mesmo nos governos Lula e Dilma, a resposta a questão da moradia não ultrapassaram a estratégia de valorização do espaço urbano para o mercado privado imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do materialismo histórico-dialético, esta monografia buscou analisar a política habitacional no que se refere a produção de habitação de interesse social de Sergipe e sua efetividade frente às principais reivindicações e lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A pesquisa permite compreender como as políticas habitacionais dos governos Lula, Dilma e Bolsonaro dialogam (ou não) com o atendimento da demanda do MTST por moradia. Diante disso, pressupõe-se que este trabalho pode contribuir com o debate em questão, evidenciando particularidades da realidade sergipana.

As análises apresentadas mostram que a transformação do espaço urbano em mercadoria, consubstanciada nas ações subservientes do Estado à lógica do capital, vem promovendo uma realidade de ausência de acesso à moradia enquanto direito social. Em Sergipe, essa realidade é notável nos índices crescentes do *déficit* habitacional que superam a marca nacional, apesar de um quantitativo de imóveis vazios suficiente para sanar a falta de moradia no estado.

Soma-se a isso a produção de territórios de segregação socioespacial e racial, em decorrência da expansão urbana da capital sergipana, marcada pela construção de conjuntos habitacionais que empurraram a população pobre e preta para as periferias, especialmente para os municípios vizinhos, contribuindo para a formação da Região Metropolitana de maneira excludente e desigual.

Com a crescente demanda por habitação, os sujeitos que vivenciam essa realidade de inacessibilidade à moradia digna – trabalhadores negros, fundamentalmente – passam a formar movimentos reivindicatórios para representar a população privada de seus direitos, apontando para a necessidade urgente de superação dessa condição. Os movimentos sociais de luta por moradia, como o MTST, são, portanto, a expressão da problemática do *déficit* habitacional que atinge parcela das classes subalternas e repercutem em suas condições de vida.

Contudo, constatou-se que as políticas estatais em resposta às suas demandas, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, atual Programa Casa Verde e Amarela, apesar de apresentar em sua natureza a possibilidade de reduzir/solucionar o *déficit*, na verdade fortaleceram o capital financeiro,

beneficiando as empresas do ramo da construção civil e o setor imobiliário. Em Sergipe, isso se evidencia na localização dos empreendimentos construídos em Aracaju pelo PMCMV para a faixa 1, que, comumente, são em áreas desprovidas de investimentos governamentais, a exemplo dos bairros Santa Maria, Cidade Nova e Soledade, que já congregam a maior parte da população preta e pobre da cidade, ratificando, assim, a segregação socioespacial e racial.

Percebeu-se também que em as construtoras priorizam a construção de empreendimentos em Aracaju para as faixas 2 e 3, com vistas a obter maior retorno financeiro através dos juros, enquanto a produção habitacional para a faixa 1, que, por sinal, compõe majoritariamente o *déficit* habitacional, se mostra reduzida, mostrando uma contradição com a proposta inicial do Programa.

Analisar a fração de classe que compõe o *déficit* habitacional, e, concomitantemente, a base social do MTST, revela o resultado do processo de acumulação capitalista, que relega a classe trabalhadora e a população negra às piores condições de habitação nas cidades.

Reconhece-se o MTST como um espaço de luta política que investe na formação política de militantes com consciência crítica e identidade coletiva. Portanto, acredita-se que, numa conjuntura em que se intensifica a desqualificação e a criminalização dos movimentos sociais, é imprescindível fortalecer a base social do movimento e realizar esforços em articular forças coletivas, no sentido de assumir uma luta classista como condição necessária para o alcance de suas reivindicações, que só pode se dar com o rompimento com as bases capitalistas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ARACAJU DE NOTÍCIAS. **Prefeitura apresenta Relatório de Impacto de Vizinhança do Residencial Mangabeiras**. Aracaju, 27 out. 2021. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/93018/prefeitura_apresenta_relatorio_de_impacto_de_vizinhanca_do_residencial_mangabeiras.html. Disponível em: 20 mar. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Lei que suspende despejos durante a pandemia passa a valer**. 8 out. 2021. Disponível em: www.12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/08/lei-que-suspende-despejos-durante-a-pandemia-passa-a-valer. Acesso em: 2 fev. 2022.

ALMEIDA, Ana Flávia Alves de Oliveira. **Direito à cidade**: respostas do estado em torno da moradia e sua função social. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, SE, 2016.

ALMEIDA, Viviane Luise de Jesus; FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Onde e como estão concentrados os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no território da Grande Aracaju, Sergipe?**. 73ª Reunião Anual da SBPC, 2021.

ALVES, Carina de Santana. **A formação Sócio-histórica brasileira e a questão urbana**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 7., 14., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019.

ANDES-SN. **Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN de solidariedade ao movimento de luta por moradia João Mulungu, de Aracaju-SE, e às 200 famílias que foram expulsas de forma violenta e lideranças presas pela PM**. Brasília, DF, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nOTA-dA-DIRETORIA-nACIONAL-dO-aNDES-sN-dE-sOLIDARIEDADE-aO-mOVIMENTO-dE-IUTA-pOR-mORADIA-jOAO-mULUNGU-dE-aRACAJU-sE-e-aS-200-fAMILIAS-qUE-FORAM-eXPULSAS-dE-fORMA-vIOLENTA-e-IIDERANCAS-pRESAS-pELA-pM1/page:40/sort:Conteudo.updated/direction:desc>. Acesso em: 4 jan. 2022.

ANDRADE, Ciro Brasil de et al. Vulnerabilidade social no estado de Sergipe. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação Brasileira. Brasília: IPEA, INCT, 2017.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, José Aurício Lopes; NASCIMENTO, Marcones da Silva; PEREIRA, Evelyne Medeiros. Questão social e Nordeste brasileiro hoje: O desenvolvimento regional no sertão centro-sul cearense. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2019.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil Aracaju, SE**. 2021. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/280030>. Acesso em: 18 nov. 2021.

AZEVEDO, Sergio de. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.

BARRETO, Ana Claudia de Jesus. O lugar dos negros pobres na cidade: estudo da área de risco do bairro Dom Bosco. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BBC NEWS. **Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista**. Brasil, 7 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774#:~:text=Brasil%20tem%206%2C9%20milh%C3%B5es,diz%20urbanista%20%2D%20BBC%20News%20Brasil>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BENOIT, Hector. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, p.134-149, 2002.

BOULOS, Guilherme Castro. **Por que ocupamos? Uma introdução a luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

BRASIL DE FATO. **MTST critica mudanças no Minha Casa Minha Vida na faixa de famílias de baixa renda**. Porto Alegre, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/06/05/mtst-critica-mudancas-no-minha-casa-minha-vida-na-faixa-de-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 8 fev. 2022.

BRASIL DE FATO. **MTST critica mudanças no Minha Casa Minha Vida na faixa de famílias de baixa renda**. Porto Alegre, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/06/05/mtst-critica-mudancas-no-minha-casa-minha-vida-na-faixa-de-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 4 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (org.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda habitacional no Brasil**. Brasília: CAIXA, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Empreendimentos Minha Casa Minha Vida**. 2018. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Empreendimentos_MCMV.zip. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAIXA. **Empreendimentos Minha Casa Minha Vida**. 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CAMPOS, Antonio Carlos. O Estado e o Urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v.1, n. 34, p. 199-222, 2005.

CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Flávio Henrique Matos. Estado e reestruturação urbana em Sergipe (2000 - 2018): uma análise sobre os principais programas de habitação de interesse social. **Confins - Revista franco-brasileira de geografia**, n. 41, 2019.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Uma avaliação da experiência brasileira recente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., 1999, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Anpur, 1999.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CMAP. CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio-de-avaliacao-cmas-2020-pmcmv>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CNN BRASIL. **Bolsonaro coleciona frases polêmicas sobre o coronavírus; relembre**. São Paulo, 7 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-coleciona-frases-polemicas-sobre-o-coronavirus-relembre/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. **Socializando**, v. 3, n. 1, p. 145-154, jul. 2016.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 10, n. 4, p. 79-106, mar. 2001.

DEUS, Flávio Rocha de. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 123-136, jul. 2020.

DIEESE. **Impactos Econômicos do corte do Programa Casa Verde e Amarela em 2021**. 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18565.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2022.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

ESTADÃO. Brasil tem 11,42 milhões vivendo em moradias irregulares. 21 dez. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-11-42-milhoes-vivendo-em-moradias-irregulares,813842>. Acesso em: 14 dez. 2021.

F5 NEWS. **Reintegração de posse é realizada em terreno de Zona Sul na Zona de Expansão de Aracaju**. Sergipe, 19 de out. 2021. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/reintegracao-de-posse-e-realizada-no-antigo-clube-da-telergipe.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesco, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 21., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

FIGUEIREDO, Radaine Dayan Acciole Gomes de; VASCONCELOS, Laiane Conceição de; NATALE, Thamis de Oliveira. **As Particularidades da Questão Social em Sergipe**: uma análise para além da imediatividade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus reflexos no espaço em Aracaju-SE, Brasil: Dispersão Urbana e Periferização da Moradia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPARQ, 2014.

FREITAS, Décio. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte: FJP; CEI, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=73954&codUsuario=0>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte: FJP; CEI, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76699&codUsuario=0>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte: FJP; CEI, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76697&codUsuario=0>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **A formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2003.

G1. **Comunidade do Bairro Industrial, em Aracaju, protesta contra ordem de despejo federal**. Sergipe, 13 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/10/13/comunidade-do-bairro-industrial->

[em-aracaju-protesta-contr-a-ordem-de-despejo-federal.ghtml](#). Acesso em: 8 jan. 2022.

G1. **Famílias retiradas de ocupação continuam alojadas em galpão**. Sergipe, 9 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/familias-retiradas-de-ocupacao-seguem-alojadas-em-galpao.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2022.

G1. **Reintegração de posse ocorre em terreno na Zona de Expansão de Aracaju**. Sergipe, 19 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/10/19/reintegracao-de-posse-ocorre-em-terreno-na-zona-de-expansao-de-aracaju.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 03, p. 514-522, 2018.

GORCZEVSKI, Clovis; MARTÍN, Nuria Beloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Em 53 anos, Cehop entrega mais de 55 mil moradias e melhora a infraestrutura de vários setores**. Sergipe, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/em-53-anos-cehop-entrega-mais-de-55-mil-moradias-e-melhora-a-infraestrutura-de-varios-setores>. Acesso: 28 jan. 2022.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Piauí. Edição 82. Julho de 2013a.

HARVEY, David. O novo Imperialismo. 7 ed. São Paulo: Edições Layola, 2013b.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

IBGE. **Aglomerados Subnormais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do->

territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IHU. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A tipificação de crime de terrorismo no Brasil: A perversidade da lei é a sua própria criação. 2 mar. 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552134-a-perversidade-da-lei-antiterrorismo-e-a-sua-propria->. Acesso em: 27 jan. 2022.

INFONET. **Aracaju adere ao programa Minha Casa Minha Vida**. Sergipe, 30 abr. 2009. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/aracaju-adere-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LIMA, Justino Alves. **Comunidades carentes**: lugares da não-informação. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LONGO, Roxana; KOROL, Claudia. Criminalização dos movimentos sociais na Argentina. In: BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia. **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung, 2008. p. 10-13.

MARCO ZERO. **Em pleno domingo, PM Sergipe desocupa com violência imóvel da família da primeira dama de Aracaju**. 23 maio 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/em-pleno-domingo-pm-de-sergipe-desocupa-com-violencia-imovel-da-familia-da-primeira-dama-de-aracaju/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000a.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000b.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Questão étnico-racial: seus nexos com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. In:

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Vera Núbia (org.). **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; GOIS, Magaly Nunes. Questão agrária e luta étnico-racial no Brasil. *In*: SANTOS, Josiane Soares; VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida; MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Questão agrária e desenvolvimento rural**. São Cristóvão, Editora UFS, 2017. p. 39-83.

MATTOS, Romulo Costa. Remoção das favelas do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro Revista**, n. 21, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: Contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1998.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição. Dinâmica Urbana do Bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço. **Scientia Plena**, v. 7, n. 11, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Conselho das Cidades (ConCidades)**. 17 set. 2020. Disponível em: www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-das-cidades-concidades. Acesso em: 26 jan. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**. 6 ago. 2020. Disponível em: www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida/programa-minha-casa-minha-vida-mcmv. Acesso em: 26 jan. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Relatório Executivo RM Aracaju**. 2021. Disponível em: <http://sishab.mdr.gov.br/operacoes/relatorio>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MODESTO, Érica Andrade. **Organização espacial e política das ocupações do MTST em Aracaju/SE e seus desdobramentos habitacionais**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, 2019.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS, ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG). 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MTST Sergipe. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MTSTSergipe/>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MTST. As linhas políticas do MTST: Resolução final do I Encontro Nacional (2011). **Revista InSURgência**, Brasília, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **Contradições entre o campo e a cidade no Triângulo Mineiro**: uma reflexão sobre o fechamento das escolas no campo. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, MG, 2019.

o emprego formal no Nordeste tenha crescido 262% quando se compara o período entre janeiro de 2003 e junho de 2005 com os mesmos meses de 1999 e 2001, respectivamente

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE ARACAJU. **Mapografia Social do Município de Aracaju**. 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OSERVATORIO-Mapografia-Social-de-Aracaju-para-o-Observatorio-Social-final.pdf>. Acesso: 13 dez. 2021.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de. A política habitacional no Brasil desde a criação do Sistema Financeiro da Habitação até o Programa Minha Casa Minha Vida, em cidades médias: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul – RS. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 7., 2015, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: UNISC, 2015.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. Migração e desigualdade regional em Sergipe. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 167-188, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos de; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA E OS EFEITOS DA LEI DE TERRAS DE 1850. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 3, n. 1, p. 36 – 54, jan./jun., 2017.

OLIVEIRA, Renan Dias. As ocupações urbanas do MTST: grandes mobilizações em resposta à grande crise. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS, 4., São Paulo, 2018. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2018.

OLIVEIRA, Renan Dias. Do trabalho precário à organização política: formas de atuação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 84-102, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Luiz de Castro. “**Salário mínimo no Brasil**”: Impactos na redução das desigualdades. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2009.

PAGANI, Eliane Barbosa Santos; ALVES, Jolinda de Moraes; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n.1, p. 167-183, jan./jun. 2015.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, v. 4, n. 1/2, jan./dez. 2005.

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano. **Caminhos da Geografia**, v. 07, p. 1-7, 2006.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADONOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia de trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

QUINTELA, Marcel Dantas de. **Considerações sobre os Aglomerados Subnormais em Sergipe segundo os resultados do Censo Demográfico 2010**. Observatório de Sergipe, 2012. Disponível em: <https://observatoriose.wordpress.com/2012/01/04/consideracoes-sobre-os-aglomerados-subnormais-em-sergipe-segundo-os-resultados-do-censo-demografico-2010/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992–2011)**. Artigo DATALUTA (Banco de dados da luta pela terra). Presidente Prudente: NERA, 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio. 1999.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (orgs.). In: **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996. 53-78p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência Contra Movimentos Populares e Resistências. **Movimentos Sociais**, v. 1, n. 01, jul./dez. 2016.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. “**Daqui não saio, daqui ninguém me tira**”: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2002.

RODRIGUES, Maria Zélia Matos Dantas. **Evolução do Uso e Ocupação do Solo do Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

RODRIGUES, Vinicius Silva. **As transformações recentes no espaço urbano de Nossa Senhora do Socorro**. 2017. Trabalho de Conclusão de (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, 2017.

ROMAGNOLI, Alexandre José. **O Programa Minha Casa, Minha Vida na política habitacional brasileira**: continuidades, inovações e retrocessos. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financerização da Política Habitacional**: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTANA, Dauane Conceição Santos de; CARVALHO, Lygia Nunes. Resistência Urbana em Aracaju/SE: A conquista do Residencial Vitória da Resistência. **Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 31-46, mar. 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; SAULE JUNIOR, Nelson. **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR, 2020.

SANTOS, Jorge Edson. **A luta por habitação popular**: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). 2017. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Centro de Ciência Agrárias, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SANTOS, Josiane Soares et al. “Questão social” no Brasil: O nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 239-261, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social e Sociedade**, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos et al. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia - a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 713-734, 2014.

SANTOS, Mario Jorge Silva. A Política habitacional (1968-2002) e a (re) produção da segregação socioespacial no espaço urbano regional de Aracaju. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: AGB, 2018.

SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, set. 2008. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Processos-recentes-de-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re) territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 1, n. 1, p. 105-124, 2009.

SIGA BRASIL. **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**. 2022.

Disponível em:

<https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral>. Acesso em: 4 fev. 2022.

SILVA, Francismary de Amorim. O Programa Habitar Brasil Bid: sua trajetória na cidade de Cuiabá. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2013.

SILVA, Iris Karine dos Santos; ALVES, Juliane São Pedro; ANDRADE SÁ, Regivânia de. Um olhar sobre a estrutura fundiária na atualidade: a concentração fundiária em Sergipe. **Revista Cerrados**, v.14, n.2, p. 202-229, jul./dez. 2016.

SILVA, Regine Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. **A urbanização brasileira**. Programa Universidade a Distância, UNIDIS Grad, 2009.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 97, 2006.

SOARES, Francisco José Passos. Aporofobia e a ética da corresponsabilidade e da hospitalidade cosmopolita em Adela Cortina. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 14, p. 1-13, 2018.

SOUZA, Paulo Henrique M.; MACIEL, Igor; USHARA, Yasmin. **Programa Casa Verde e Amarela: Comentários à Lei 14.118/21**. 1. ed. Porto Alegre: Simplíssimo, 2021.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, v. 20, n. 41, p. 245-265, 2018.

SOUZA, Fernando Antonio Santos de. Acción del Estado y segregación socioespacial: el caso de Nossa Senhora do Socorro en el Nordeste brasileño en Sergipe. In: MANCILLA, Marcelo Rodríguez; ESPINOSA, Jaime Erazo; ABRAMO, Pedro (org.). **Procesos urbanos en acción: Desarrollo de ciudades para todos?**. Quito: Abya-Yala/Universidad Federal de Río de Janeiro/Clacso, 2016. p. 123-144.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, Otávio Cezar Juliano. **O Rural e o urbano: uma análise espacial do município de São Cristóvão/SE**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

THEODORO, Mário. A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 9, n. 194, ago. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Carlos Alberto; SOUZA, Otávio César Juliano de. Mobilidade e dinâmica no espaço rural e urbano em São Cristóvão no estado de Sergipe/Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 1, p. 88-107, ago. 2016.

VIANA, Nildo. A criminalização dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, mar. 2018.

VIEIRA, Leonardo Anderson Ricardo. **O fazer de um formigueiro: o MTST, os Sem Teto e a Ocupação Povo sem Medo em Fortaleza**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.